

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

**“TRABALHADORES CEARENSES, UNI-VOS!”:**  
O Pacto de Unidade Sindical em Fortaleza (1957-1964)

Bárbara Cacau dos Santos

Fortaleza/CE  
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

**“TRABALHADORES CEARENSES, UNI-VOS!”:**  
O Pacto de Unidade Sindical em Fortaleza (1957-1964)

Dissertação apresentada à  
Coordenação do Programa de  
Mestrado em História Social da  
Universidade Federal do Ceará  
como requisito parcial para a  
obtenção do título de mestre,  
sob a orientação do Prof. Dr.  
Frederico de Castro Neves.

Bárbara Cacau dos Santos

Fortaleza/CE  
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

**“TRABALHADORES CEARENSES, UNI-VOS!”:**  
O Pacto de Unidade Sindical em Fortaleza (1957-1964)

**BÁRBARA CACAU DOS SANTOS**

Esta dissertação foi julgada e aprovada, em sua forma final, pelo orientador e membros da banca examinadora, composta pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Frederico de Castro Neves - UFC  
(orientador)

---

Prof. Dr. William James Melo – UECE/UI  
(membro)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Telma Bessa Sales - UFC  
(membro)

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2009.

- S233t Santos, Bárbara Cacau  
 “Trabalhadores cearenses, uni-vos!": o Pacto de Unidade Sindical em Fortaleza (1957-1964) / Bárbara Cacau dos Santos; orientador Frederico de Castro Neves. -- Fortaleza, 2009.  
 182f. ; 30 cm
- Dissertação (Mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em História Social. Fortaleza, 2009.  
 Orientador: Frederico de Castro Neves.
1. Sindicalismo – Fortaleza, CE – História – 1957-1964.  
 2. Trabalhadores – Atividades Políticas – Fortaleza, CE – 1957-1964  
 3. Sindicatos – Estado – Fortaleza, CE – 1957-1964. I. Neves, Frederico de Castro. II. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDD 335.82098131

Ao Raimundo Heriardo Pereira  
dos Santos, meu pai,  
*in memoriam*, de quem herdei o  
sorriso e o gosto pelas  
discussões políticas cotidianas.  
Sua lembrança se materializou  
em estímulo para continuar a  
luta, mesmo carregando em  
mim essa dor calada e o  
coração repleto de sua  
ausência.

À Nazita Cacao dos Santos,  
minha mãe, por caminhar  
comigo nessa jornada, com  
leveza, perseverança e  
serenidade.

## AGRADECIMENTOS

Muitíssimo obrigado.

Ao Professor Frederico de Castro Neves, pelo incentivo, paciência e humanidade, que lhe é natural, com que conduziu todo o processo concernente às orientações, sempre enriquecedoras e estimulantes.

Aos professores William Melo e Eurípedes Funes, pelas elucidativas contribuições, que se fizeram fundamentais para o desenvolvimento da presente pesquisa. E, novamente, ao Prof. William Melo, pela disponibilidade em aceitar o convite para compor a banca examinadora.

Pela mesma razão, agradeço à Professora Telma Bessa Sales (UFC), e, ainda mais, pelo convívio e amizade cultivada ao longo dos anos do curso de Mestrado.

Aos professores do programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, pela postura de compromisso assumido com o programa e com seus alunos.

Ao Professor Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, exemplo raro de intelectual, pelas prazerosas aulas da disciplina de Sociologia do Pensamento Brasileiro, por despertar em mim o gosto pela literatura, principalmente, brasileira – não vivo mais sem um livro de cabeceira dos grandes literatos –, e, sobretudo, pelo ser humano que é.

Ao amigo e Professor Lindericy Lins, pelo estímulo e auxílio na elaboração do projeto de pesquisa, quando cursar Mestrado era apenas projeção e sonho.

Aos amigos da Associação Anistia 64/68, Célio e Mário de Albuquerque, pelas contribuições valorosas e essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Ao Sr. Miguel Ângelo de Azevedo, Nirez, por ter colocado à nossa disposição o seu riquíssimo acervo de fontes fonográficas.

À diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, pela valorização da memória histórica e pela presteza com que nos recebeu. Pela mesma razão, agradeço também à diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Fortaleza.

Ao José Airton de Farias, pela concessão de entrevistas realizadas com lideranças comunistas atuantes no período da pesquisa.

Aos pesquisadores Francisco Ribeiro Moreira e Virgínia Maria de Aguiar e aos funcionários Augusto e Elineuza Freire, do Núcleo de Documentação Cultural – NUDOC/ UFC, por se fazerem sempre prestativos.

Aos funcionários do setor de hemeroteca da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, em especial, à Gertrudes e à Zilah, pelo atendimento sempre cordial.

À FUNCAP, pelo apoio financeiro, sem o qual seria ainda mais difícil a realização deste trabalho.

Aos meus amigos e amigas, em especial, à Janaína Bento, à Jordana dos Santos e ao Leo Natanael, pelas horas incansáveis de desabafos, tornando o período de pesquisa, por vezes fatigante e difícil, em dias mais amenos e suaves.

Aos meus irmãos, Alber e Camila Cacau, pela torcida e apoio, e, novamente, à minha irmã Camila, pelas valorosas correções gramaticais e observações feitas no texto final.

Ao meu companheiro, Tiago Silva, por trazer mais alegria aos meus dias, pelos incansáveis gestos de incentivo e confiança, quanto à realização da dissertação, e por todo seu amor, paciência e dedicação.

À minha mãe, D. Nazita Cacau, com carinho especial, pelo amor e apoio incondicionais.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ADEP – Ação Democrática Popular

ANL – Aliança Nacional Libertadora

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BOC – Bloco Operário Brasileiro

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

CGTB – Confederação Geral dos Trabalhadores no Brasil

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNI – Confederação Nacional da Indústria

CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias

COAP – Comissão de Abastecimento e Preços

COB – Confederação Operária Brasileira

COPE – Comissão Permanente das Entidades Sindicais e Similares do Estado do Ceará

CTEC – Congresso dos Trabalhadores do Estado do Ceará

DNERU – Departamento Nacional de Endemias Rurais

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

FALTAC – Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará

FTICE – Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Ceará

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

JOC – Juventude Operária Católica

MEB – Movimento de Educação de Base

MTIC – Ministério do Trabalho Indústria e Comércio

MUT – Movimento Unificador dos Trabalhadores

NUDOC – Núcleo de Documentação Cultural

PCB – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

PLAMEG – Plano de Metas do Governo

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático



PST – Partido Social Trabalhista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PUC – Pontifícia Universidade Católica

PUS – Pacto de Unidade Sindical

SAPS – serviço de alimentação da previdência social

SESI – Serviço Social da Indústria

SNI – Serviço Nacional de Informações

TRT – Tribunal Regional do Trabalho

UDN – União Democrática Nacional

UEE – União Estadual dos Estudantes

UNSP – União dos Servidores Públicos

VT – Virgílio Távora

## RESUMO

O período de 1957 a 1964, no Brasil, compreendeu um momento de enorme ebulição do movimento operário. Os trabalhadores se lançaram às ruas em luta por demandas de justiça social e participação política efetiva na sociedade. No Ceará, as lideranças sindicais construíram um organismo intersindical, denominado Pacto de Unidade Sindical, decorrente das lutas dos anos de 1950, com o objetivo de centralizar e disputar a orientação do movimento sindical nos limites do Estado, estabelecendo relações e alianças com lideranças políticas internas e de outras regiões do Brasil. As lideranças do Pacto Sindical também partilharam do projeto político nacional de luta por reformas de base, através, principalmente, do incentivo à organização de sindicatos rurais. O objetivo desta pesquisa é analisar a tessitura interna do Pacto Sindical, sua composição, sustentabilidade, estratégias de lutas e alianças. E, perceber em que medida suas lideranças conseguiram adquirir certo poder de barganha e de decisão, junto à esfera estatal. A documentação manuseada para esta pesquisa consiste em jornais, atas de algumas organizações sindicais cearenses, destacando as atas do próprio Pacto Sindical (1963-1964) e depoimentos de sindicalistas.

## ABSTRACT

The period from 1957 to 1964 in Brazil, comprised a time of enormous boiling the labor movement. The workers took to the streets to fight for demands for social justice and effective political participation in society. In Ceará, the union leaders have built an inter-union body called "*Pacto de Unidade Sindical*", arising from the struggles of the 1950s, in order to centralize and run for guidance of the trade union movement within the limits of the state, establishing relationships and alliances with political internal and other regions of Brazil. The leaders of the "Pacto Sindical" also shared the political project of national struggle for basic reforms, primarily through encouraging the organization of rural unions. The objective of this research is to analyze the internal fabric of the "Pacto Sindical", its composition, sustainability strategies, struggles and alliances. And see to what extent its leaders were able to get some bargaining power and decision by the State sphere. The documentation for this research handled includes newspapers, minutes of some unions Ceara, highlighting the minutes of the "*Pacto Sindical*" (1963-1964) and statements from union leaders.



CAPÍTULO 3 – Tecendo Alianças.....	127
3.1. Os comunistas e o Pacto Sindical: Política de Alianças.....	127
3.1.1. Frente Operário-Camponesa.....	132
3.2. Alianças Eleitorais: Os Trabalhistas e o Pacto Sindical.....	138
3.3. Alianças Táticas: Governo Virgílio Távora e fissuras no Pacto Sindical.....	147
3.4. Espaços na Institucionalidade: o caso da Delegacia Regional do Trabalho.....	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
FONTES.....	171
Fontes Orais.....	171
Jornais.....	171
Atas Sindicais.....	172
Fontes Fonográficas.....	173
Legislação.....	173
Documentação Militar.....	174
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	175

## INTRODUÇÃO

Essa gente injustiçada/ Vive triste abandonada/ Tão cansada de sofrer/ Sua voz hoje se ergue/ Contra a dor que a persegue/ Contra os homens do Poder/ Junto a essa massa humana com vontade soberana/ E um soberbo ideal/ Os humildes defendendo/ Ele vai sempre crescendo/ O nosso PACTO SINDICAL.

(Trecho do hino da entidade Pacto de Unidade Sindical, escrito por José Jatahy<sup>1</sup>, em 1962)

Esta dissertação compreende uma investigação acerca dos esforços empreendidos por lideranças sindicais em construir um organismo intersindical, Pacto de Unidade Sindical (PUS), no intervalo entre os anos de 1957 e 1964. Essa experiência organizacional conquistou relevância social à medida que interagiu e foi reconhecida enquanto instrumento coletivo de luta pelos trabalhadores cearenses, perante as condições determinantes da época.

As crises que a República Brasileira enfrentou durante o interregno democrático (1945-1964), de acordo com Ferreira, incutiram o sentimento vitorioso às forças populares e ligadas ao movimento sindical<sup>2</sup>. Sob essa perspectiva, a assunção à Presidência da República de Juscelino e a vice de João Goulart em 1955, após a ameaça de golpe sanada pelas articulações políticas do general Henrique Teixeira Lott, firmou-se enquanto incentivo ao exercício da cidadania, lida como participação política e protesto popular.

Por outro lado, o período marcado pela redemocratização política entre os anos de 1945 e 1964 é caracterizado também pela permanência da estrutura sindical trabalhista do governo de Vargas, nos moldes de integração do movimento sindical ao Estado, que objetivava desmobilizar o avanço das lutas operárias, prevendo a colaboração de classes entre empresários e trabalhadores, sob orientação do Estado através do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC)<sup>3</sup>. No entanto, o movimento sindical, de acordo com Ricardo Maranhão,

---

<sup>1</sup> José Jatahy foi Presidente do Sindicato dos Músicos e do Pacto Sindical.

<sup>2</sup> FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA; DELGADO. (orgs.) O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>3</sup> COSTA, Sérgio Amad. *Estado e controle sindical no Brasil: um estudo sobre os mecanismos de coerção* – (1960/64). São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.

“aproveitava espaços abertos nos vaivens desse ‘pacto populista’, para avançar em organização e melhorias, independentemente do Estado”<sup>4</sup>, principalmente, após a revogação do atestado ideológico para as eleições sindicais em 1952.

Nesse contexto, rompendo com a orientação estatal, a formação de organismos intersindicais marcou a movimentação sindical de âmbito regional e nacional. O Pacto de Unidade e Ação (PUA), por exemplo, surgiu no ventre da Greve dos 300 Mil em São Paulo, no ano de 1953, como consolidação do Comitê Intersindical de Greve. Essa greve teve resultado positivo pela criação deste Pacto, aumento da sindicalização e surgimento de novas lideranças<sup>5</sup>. Outra importante greve contribuiu para fortalecer o movimento organizado de trabalhadores em São Paulo: o processo grevista de outubro de 1957, de dimensões grandiosas, que contabilizou cerca de 400 mil trabalhadores, ao paralisarem suas atividades laborais em protesto por melhores salários. De acordo com Negro e Silva, as entidades intersindicais motivam e mobilizam os trabalhadores na luta cotidiana pela melhoria de vida e por direitos trabalhistas. Essas agremiações surgem a partir dos interesses e da organização dos próprios trabalhadores<sup>6</sup>.

As múltiplas experiências dos trabalhadores na busca de fazer-se enquanto classe também revelaram uma intensa mobilização na cidade de Fortaleza nesse período. A atuação reivindicatória dos sindicatos e a emergência dos movimentos sociais, além das constantes iniciativas de formação de comitês populares nos bairros (Pirambu, 1947; Sítio Bom Futuro, 1948; Monte Castelo, Moura Brasil, Jardim América)<sup>7</sup> são provas disso. Durante a efervescência desses movimentos reivindicatórios, destacamos a formação da organização intersindical que surgiu no intuito de aglutinar os sindicatos dos trabalhadores cearenses: o Pacto de Unidade Sindical. Tal organização objetivava unir os diversos trabalhadores em torno de suas necessidades, tornando-se um núcleo aglutinador e motivador do movimento operário, com o intuito de reivindicar melhorias nas condições de trabalho e de vida.

---

<sup>4</sup> MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a política populista no Brasil (1954-1964). IN: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. 3º Vol. O Brasil Republicano: sociedade e política. 2ª. Ed. São Paulo: DIFEL, 1983. p. 286.

<sup>5</sup> NEGRO, Antônio Luigi; Silva, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. *O Brasil Republicano*. Vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 65.

<sup>6</sup> Id. Ibidem. p. 72

<sup>7</sup> JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000, p. 76 e 77.

Ao pensar na possibilidade de realizar uma pesquisa historiográfica acerca da instituição de organização intersindical dos trabalhadores cearenses, intitulada Pacto de Unidade Sindical - PUS, durante o período de efervescência política e cultural brasileiro que desembocou em uma das mais cruentas ditaduras militares da América Latina, penetrou-nos uma profunda sensação de ousadia e desafio: ousadia, por ser uma pesquisa inédita na historiografia cearense; e, desafio, porque o objeto “Pacto Sindical” se relaciona com vários aspectos do cotidiano da cidade de Fortaleza, em dimensões diversas, desde a esfera do trabalho até a inserção da intersindical na luta pelo poder local.

Em virtude do arsenal de abordagens analíticas possíveis, fez-se necessário definir, o quanto antes, nossas escolhas metodológicas e teóricas. Ao estudar uma instituição de classe, faz-se *mister* compreendermos a concepção de luta de classes. Esta, afastada dos meios acadêmicos pela descrença da utilização do método de Marx, retorna com E. P. Thompson, ao conceituar classe a partir das relações históricas vividas pelos trabalhadores em cada momento. De acordo com Thompson:

... as classes surgem porque homens e mulheres, em relações produtivas determinadas, identificam seus interesses antagônicos e passam a lutar, a pensar e a valorar em termos de classe: assim o processo de formação de classe é um processo de autoconfecção, embora sob condições ‘dadas’<sup>8</sup>.

Para Thompson, a classe não pode ser concebida senão a partir da luta de classes e da rede de relações sociais, materiais e produtivas que incorporam homens e mulheres em determinado momento histórico, em processos de conflitos de interesses e de valores tradicionais e alternativos. Essa afirmativa não corresponde ao conceito de que todas as relações de produção são simples relações humanas. É pensar que a sociedade está estruturada sob forma de classes e que as estruturas sociais e econômicas exercem uma atuação, de pressões e limites, que pretendem ordenar, regular, limitar e determinar o comportamento humano, ao mesmo tempo em que os homens e as mulheres são responsáveis por

---

<sup>8</sup> THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.121.



suas escolhas e suas ações, no processo de luta por interesses e necessidades culturais, dentro desse contexto.

Essa análise partilha da noção de experiência em Thompson:

E quanto à “experiência” fomos levados a reexaminar todos esses sistemas densos, complexos e elaborados pelos quais a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra realização e expressão (sistemas que o próprio rigor da disciplina, em Ricardo ou no Marx de O Capital, visa excluir): parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo o que, em sua totalidade, compreende a “genética” de todo o processo histórico, sistemas que se reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiência de classe peculiares) sua pressão sobre o conjunto<sup>9</sup>.

A “experiência humana comum” se processa no âmbito da cultura, que compreende todo o comportamento humano e se materializa em suas relações produtivas, familiares e comunitárias, como valores, normas, idéias, sentimentos. Nesse sentido, a classe é percebida não só através de suas organizações, mas em todo processo histórico. É importante mencionar que a opção dos trabalhadores em instituir uma organização classista expressa, acima de tudo, a vontade de afirmar as identificações comuns que lhes são características, ao mesmo tempo em que esses organismos se confirmam enquanto instrumento coletivo de luta e de resistência nas relações *desiguais* entre capital e trabalho.

As instituições de classe, nos termos de Castoriadis<sup>10</sup>, surgem *no e através do* fazer do proletariado, ao mesmo tempo em que os trabalhadores constróem uma relação com “suas” organizações. A construção do Pacto Sindical era uma constante, no sentido de que a todo o momento as lideranças sindicais procuravam revitalizar, atrair novos adeptos e ampliar suas possibilidades de ação. O Pacto se inseria no cotidiano das fábricas e empresas comerciais através de mobilizações e de propaganda dos sindicatos filiados.

Ao pesquisar a instituição de classe “Pacto de Unidade Sindical” deparamo-nos com a complexidade de ações de sujeitos na história. Indícios nos

<sup>9</sup> Idem, p. 189.

<sup>10</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo, 1985. p. 11-78. (Introdução: a questão da história do movimento operário)

sugerem que trabalhadores cearenses participaram e legitimaram o Pacto Sindical como instrumento de lutas por seus interesses, sejam em greves conjuntas, reuniões populares em praças suburbanas de Fortaleza, seja em lutas cotidianas nos locais de trabalho. Entretanto, em virtude do amplo universo de pesquisa, optamos por voltar nosso estudo para análise da experiência organizativa das lideranças sindicais do Pacto de Unidade Sindical. Isso não significa dizer que menosprezamos a ação dos trabalhadores anônimos que atuaram no período em questão ou que utilizaremos a fala das lideranças como se fosse de “toda a classe”, mesmo porque procuramos, sempre que possível, compreender essa interação existente entre trabalhadores e lideranças, no cerne da construção do Pacto<sup>11</sup>.

No decorrer da pesquisa, as fontes nos levaram a considerar o PUS como uma alternativa “dos trabalhadores” nas disputas do campo do poder local, ora no confronto direto com os patrões, que muitas vezes constituía-se como sendo o próprio órgão governamental, ora como mediador de projetos políticos de interesses trabalhistas, por esses motivos optei pelos caminhos da História Política, pensada como prática social que se articula com todos os aspectos da vida humana<sup>12</sup>.

Nesse caminho, propomos como um dos objetivos analisar os jogos de interesse e de poder que envolveram assiduamente sindicalistas do “Pacto Sindical”, através de suas relações diretas com o Estado. Para tanto, é preciso compreender o papel que esse Estado representava nas relações sociais e o porquê os trabalhadores e suas organizações passarem a se atrair por essa instância e a tudo que se refere ao jogo político.

René Rémond propõe uma explicação plausível à importância dada à figura estatal nas sociedades modernas:

À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política. A prova disso está na atração cada vez maior que a política e as relações com o poder exercem sobre grupos cuja finalidade primeira, não era, contudo política: associações de todos

<sup>11</sup> Hobsbawm, em artigo intitulado “A História de baixo para cima”, já salientava sobre o risco, muitas vezes, percorrido por marxistas e socialistas, em geral, de supor substituir a história dos trabalhadores, pela história dos movimentos e organizações operárias. HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 218 e 219.

<sup>12</sup> RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

os tipos, organizações socioprofissionais, sindicatos e igrejas, que não podem ignorar a política<sup>13</sup>.

Ao gerir aspectos importantes da vida social, o Estado representou um dos fatores que possibilitou pensar a história política ligada ao todo social. Depois de alguns anos relegados ao ostracismo, a política (embora não tenha desaparecido de todo) retornou às discussões acadêmicas com novos questionamentos e não se apropriando apenas das falas dos “heróis” e dos “grandes homens” como autores da história.

A incorporação de novas demandas sociais pelo Estado e a conquista da cidadania por setores, antes desprezados pela arena política, tornaram-se realidade à medida que movimentos político-sociais forçaram a admissão da participação ampliada, tendo como principal exemplo a conquista do sufrágio universal. Nesse momento, a lógica liberal individualista passa a permitir um “universal” na configuração do Estado, ao passo que “o poder soberano, eleito pelo conjunto da sociedade, somente adquire legitimidade quando se reveste de uma forma ‘geral’”<sup>14</sup>. Entretanto, esse processo dialético, de acordo com Vianna, torna-se mais complexo, em virtude de que a universalização só existe em termos ideológicos e o “poder soberano”, em diversos níveis, expressa os interesses dominantes.

No caso brasileiro, o ano de 1930 inaugurou “o Estado como referência obrigatória da luta de classes”<sup>15</sup>. O Estado brasileiro atravessou um período de remodelação, com o advento da revolução de 1930, ao incorporar no bojo da sua ação medidas de caráter intervencionista em amplos setores da sociedade. Estas medidas visavam o fortalecimento do poder do Estado e criavam instrumentos de controle e supervisão da esfera social.

No bojo desse mesmo processo, através do projeto de governo chamado “trabalhismo”, o trabalhador adquire *status* de cidadão. O governo de Vargas incorporou demandas de lutas dos trabalhadores na atribuição de benefícios através da legislação trabalhista, ao mesmo tempo em que dispensou recursos administrativos e de propaganda, no intuito de fortalecer a imagem do cidadão-trabalhador e que foi responsável pela criação do mito Vargas. Apesar da

---

<sup>13</sup> Idem. p. 24.

<sup>14</sup> VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p.16.

<sup>15</sup> PAOLI, Maria Célia. Os Trabalhadores urbanos na fala dos outros. IN: LOPES, José Sérgio Leite. *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura de classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ – Museu Nacional/ Marco Zero, 1987. p. 66.

capacidade repressiva e dominante deste projeto político estatal, é importante ressaltar nas relações entre Estado e classe trabalhadora a noção de *pacto social* e, nesse caso, refletir tanto sobre a dimensão simbólica quanto a material, que estiveram presentes na invenção do trabalhismo, como ideologia de outorga<sup>16</sup>.

A invenção do trabalhismo se funde, a nível nacional, com a criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que deveria assumir o papel de herdeiro do legado de Vargas. Entretanto, no Ceará, em virtude do PTB se apresentar de forma conservadora e distante do movimento sindical urbano, o Pacto Sindical, através da ação de lideranças sindicais, principalmente comunistas, apropria-se do projeto trabalhista, reivindicando por dentro dos limites do Estado a execução e ampliação dos direitos advindos com a legislação trabalhista.

A partir dessa ótica, para o entendimento das relações entre classe operária e Estado, French sugere a incorporação da noção de aliança, que flexibiliza o processo de negociação envolvendo os diversos atores em questão. O sistema de alianças adotado entre lideranças sindicais e indivíduos, partidos políticos e grupos sociais foi sintomático, no período estudado, nas relações que tinha o Estado como alvo das reivindicações.

Diante do exposto, com o intuito de perceber o processo formativo do Pacto e a relação de suas lideranças na luta pelo poder local, dividimos o presente trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo, sob título “Construindo a Unidade”, dedicamos nossa atenção para análise do processo de construção do Pacto de Unidade Sindical (PUS) no final da década de 1950. Para tanto, esquadramos o programa do ‘Pacto de Unidade dos Trabalhadores’ (chamado posteriormente de Pacto de Unidade Sindical), que fez parte dos debates surgidos no I Congresso dos Trabalhadores do Estado do Ceará, realizado nos dias 12 a 15 de dezembro de 1957. Esse Congresso foi organizado no bojo do processo de lutas nacionais, tendo como referência a greve dos 400 mil trabalhadores em São Paulo. No entanto, apesar de romper com a estrutura sindical vigente, o programa do Pacto pressupõe a análise da realidade de exploração, em termos econômicos e sociais, dos trabalhadores cearenses e propõe soluções negociadas dessa realidade, sob pauta do projeto trabalhista de governo, buscando se inserir em seu campo corporativo.

---

<sup>16</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005.

Os pontos do programa envolveram a efetivação e a ampliação de direitos trabalhistas conquistados e fizeram parte das trajetórias de lutas dos trabalhadores cearenses ao longo dos anos de 1950, período de apropriação e consolidação do projeto trabalhista. Objetivamos ainda identificar os grupos políticos e lideranças sindicais que atuaram no processo de organização do Congresso e votaram a favor à criação do Pacto Sindical.

Além disso, ainda nesse capítulo, ao fazer breve apreciação da trajetória de organismos intersindicais no Brasil e no Ceará, pretendemos mostrar as regularidades de processo *no* fazer-se da classe operária e demonstrar que a constituição de uma instituição intersindical não faz parte apenas de um projeto político específico, como comunismo ou anarquismo, mas constitui forma de organização tradicional da classe operária. Assim, procuramos analisar algumas lutas dos trabalhadores cearenses que previam os esforços de ação intersindical coordenada, no período que antecedeu a formação do PUS.

No decorrer da pesquisa, percebemos que as lideranças sindicais sofreram inúmeras perseguições e boicotes em confronto direto com dirigentes da Federação dos Trabalhadores do Estado do Ceará – FTICE. No âmbito da luta pela direção do movimento sindical cearense, essa Federação pretendia por fim às expectativas dessas lideranças de dar prosseguimento às lutas coordenadas e à unidade intersindical, agora formalizada com a criação do Pacto de Unidade Sindical - PUS. Nesse sentido, procuramos analisar a dinamização do movimento sindical cearense, através dessas perseguições sofridas pelo PUS. Enfim, compreendendo o Pacto como parte de um todo complexo, objetivamos entender ainda como as mudanças ocorridas nas esferas internacionais comunistas, durante o processo de construção do Pacto, influenciaram diretamente os rumos desta intersindical.

No segundo capítulo, voltamos nossa atenção para os caminhos da organização interna do PUS. Nesse sentido, a estrutura organizacional, as lutas orientadas pelo Pacto e as lideranças fizeram parte de um mesmo processo de escolhas e que também previam tensões e conflitos. Partindo desse pressuposto, analisamos os mecanismos de organização para o funcionamento da unidade intersindical, tais como o processo de escolha de delegados sindicais, das eleições da diretoria, dos recursos financeiros, de disputa interna, de propaganda.

No contexto de fermentação ideológica e política dos anos 1960, imbuído de sensação de vitórias das forças democráticas em virtude da posse de João

Goulart, as lutas orientadas pelo Pacto Sindical versavam sobre unidade e solidariedade de classe. Nesse sentido, procuramos entender como a estratégia da ação direta contribuiu para o reconhecimento popular da intersindical.

Ainda no segundo capítulo, transcendemos o período proposto de estudo, de 1957 a 1964, ao analisar trajetórias de vida do bancário José de Moura Beleza e do músico José Jatahy, ambos presidentes do Pacto Sindical, gestão 1961/1963 e gestão 1963/1964, respectivamente, a fim de entender as formas diferenciadas de viver um projeto coletivo, nos termos de Gilberto Velho<sup>17</sup>, através dos novos significados criados pelos sujeitos em questão.

No terceiro capítulo, detemo-nos nossa atenção com referência ao desencadear do sistema de alianças realizado pelas lideranças do Pacto Sindical. Nesse sentido, ressaltamos que o PUS passou a atuar como frente de ação, comportando outros agrupamentos classistas e setores da sociedade, que não apenas os trabalhadores urbanos organizados, integrando-se ao Pacto, organizações camponesas e estudantis. Entrementes, o intuito de conquistar a adesão dessa gama diferenciada de grupos sociais esteve fundamentado em uma política específica de alianças do movimento sindical urbano, impulsionada, principalmente, pela concepção de frente única desenvolvida pelo PCB. Deste modo, nossa atenção privilegiará a parceria entre camponeses e operários, que, a nosso ver, consolida-se, sobretudo, no empenho dos sindicalistas em promover debates, a fim de criar sindicatos de trabalhadores rurais nas diversas regiões cearenses. Aliado a essa meta de ação, as lideranças do Pacto, tendo a sua instituição como exemplo, passaram a articular e impulsionar também a formação de intersindicais zonais. Por fim, esse capítulo dialoga com as alianças no âmbito das estratégias eleitorais de 1962 e das relações com o poder político estatal.

No tocante à metodologia, nos termos de E. P. Thompson, o historiador constrói uma lógica histórica, ao elaborar perguntas adequadas à interrogação das evidências. Nesse íterim, o diálogo entre conceito e evidências deve ser uma constante durante o procedimento da pesquisa histórica. Ainda à luz das observações de Thompson, sabemos que o conhecimento histórico é “incompleto”, “seletivo”, “limitado” e definido pelas perguntas feitas à “evidência” propostas pelo

---

<sup>17</sup> VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

historiador<sup>18</sup>. Os registros humanos, de determinadas épocas, receberão a “titulação” de fontes históricas, a partir das questões levantadas pelo historiador. É preciso, para isso, a compreensão do significado dos conteúdos presentes na fonte, do contexto histórico, dos valores e mentalidade da época.

No caso de nossa pesquisa, a escolha pelas fontes pautou-se: primeiro, em virtude de um movimento ainda tímido de abertura dos registros governamentais do período ditatorial no Brasil, o que nos possibilitou outro tipo de compreensão do período e elaboração de novas perguntas; segundo, pela iniciativa de pessoas, que tiveram seus direitos violentados, de organizar uma associação que privilegia a construção de um acervo de memória. Estas pessoas, representadas por Mário Albuquerque e Célio, alguns dos fundadores da Associação Anistia 64/68 contribuíram imensamente para o desenvolvimento da pesquisa.

O contexto é primordial para compreendermos as fontes e os significados das evidências. Os dirigentes sindicais e líderes partidários modificaram, em certa medida, a forma de pensar o passado a partir da experiência traumática de tortura, a que foram alvos em fins dos 1960 e 1970, e do sentimento de “derrota” histórica da esquerda. Ainda assim, a fala desses personagens possibilita identificar aspectos importantes das tensões e conflitos de classes. As fontes orais utilizadas na pesquisa, a priori, foram produzidas, em diferentes circunstâncias, por pesquisadores, integrantes ou não de Institutos de Pesquisa. Temos as entrevistas com Professor Alencar e Tarcísio Leitão, ambos militantes comunistas, cedidas pelo escritor Airton de Farias; a entrevista de José Jatahy, músico e sindicalista, cedida por Miguel Ângelo de Azevedo, conhecido como Nirez, e, iremos utilizar também a entrevista de José de Moura Beleza, líder bancário, realizada pelos pesquisadores Francisco Ribeiro Moreira e Virgínia Maria de Aguiar do Núcleo de Documentação Cultural – NUDOC, da Universidade Federal do Ceará - UFC.

A não participação da produção da fonte oral circunscreve suas possibilidades analíticas. Nesse sentido, a fonte relacional construída com a participação do historiador e do narrador<sup>19</sup> não pode ser confrontada. Apesar dessa

---

<sup>18</sup> THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 47-62 (“Intervalo: a lógica histórica”) p.82-117

<sup>19</sup> PORTELLI, Alessandro. *Um trabalho de relação: observações sobre a história oral*. Artigo publicado anteriormente em francês e em italiano, conforme as seguintes referências: un travail de relation: quelques observations sur l'histoire orale. *Clio Revue domande et tessinoise sur les didactiques de l'histoire*. (Genève, CH), 4, 2004, 18-28. Un lavoro di relazione: osservazioni sulla storia

dificuldade, essas entrevistas preservam validade e importância histórica, porque a construção da narrativa e as escolhas daquilo que se quer eternizar são expressas no ato da fala. Nesse sentido, utilizamos as fontes orais, enquanto fonte de informação, submetendo-as ao método da lógica histórica<sup>20</sup>, mas também procuramos entender o processo de construção dessas narrativas e os significados das experiências vividas pelas lideranças, dentro do contexto em que as fontes orais foram produzidas.

Contribuíram para o presente estudo, os esforços da Associação Anistia 64/68 em disponibilizar cópia de inquéritos policiais dos anos ditatoriais para pesquisa histórica. Dentre estes, pesquisamos o Inquérito Policial Militar – IPM de 1964, instaurado durante os primeiros dias de governo ditatorial brasileiro em Fortaleza. Este IPM é composto por amplo acervo documental apreendido em residências, locais de trabalho e sindicatos. Dentre essa documentação, consta um livro de atas do Pacto Sindical, do período de 1963 a 1964, de fundamental importância para o entendimento das tensões e conflitos internos da intersindical. Além de conter mais de 70 depoimentos de integrantes do Pacto Sindical e do Partido Comunista Brasileiro. A utilização desse recurso jurídico militar para incriminar e julgar possíveis subversivos reflete a forma como os militares pensavam a sociedade naquele momento, fundamentada na ordem política e controle social.

Ao passar as páginas da documentação anexada neste Inquérito, defrontamo-nos com memórias repletas de dor. Nomes eram sublinhados, circulados pelos militares na ânsia de identificarem militantes comunistas: estavam à procura dos “subversivos”. Documentações oficiais, clandestinas e pessoais encontradas em sindicatos, escritórios de trabalho e residências eram re-significadas como instrumento de delação. As fontes tornaram-se produto da ação repressiva policial.

Os militares responsabilizaram Annibal Bonavides, dirigente político do PCB, pelas informações sobre militantes comunistas contidas nos documentos, como se fosse fruto de delação. O surrão<sup>21</sup> do Annibal apreendido pelos militares com a documentação acerca das atividades do PCB ainda hoje é bastante lembrado em conversas entre militantes comunistas. Além da documentação pessoal de Annibal, os militares conseguiram apreender fontes de outros militantes, tal como

---

orale. *Ricerche storiche salesiane*, 36, XIX (gennaio-giugno 2000), pp. 125-34. Artigo traduzido por Lila Cristina Xavier luz.

<sup>20</sup> THOMPSON. *Op. Cit.* 1981.

<sup>21</sup> Sacola artesanal de palha.



cartas e apontamentos de José Leandro Bezerra da Costa, líder rural e comunista, dentre outros. Entretanto, para tristeza de nós historiadores e alívio, naquele momento, de algumas lideranças, acervos documentais de sindicatos foram destruídos antes da apreensão militar.

Houve significativa destruição de documentos sindicais em Fortaleza, quando da deflagração do golpe civil-militar de 1964. Percorremos o centro da cidade na pretensa caminhada em busca de fontes documentais do período. Árdua peregrinação! Percorremos oito sindicatos. Dentre os Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias estavam: Construção Civil, Têxteis, Sapateiros, Gráficos; além do Sindicato dos Empregados no Comércio, Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Ceará; e, Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Ceará. Destes, encontramos farta documentação, do período estudado, apenas nos sindicatos dos têxteis e sapateiros. A partir desses documentos, tivemos a percepção relacional entre lideranças do Pacto e dos Sindicatos e a interação de projetos e estratégias de ação.

A destruição desse acervo documental, em muitos casos, justificava-se pela necessidade de proteção à militância sindical, que viria a ser aprisionada no Quartel da 10ª Região Militar em Fortaleza, durante os primeiros dias de abril de 1964. Entretanto, a maioria das justificativas encontradas pelo caminho em conversas com funcionários e dirigentes sindicais dizia respeito a destruição da documentação, de forma continuada, em virtude da ação do tempo, em que as amarelas folhas foram alvos de traças e de má conservação do local de arquivo, o que demonstra descaso desses dirigentes sindicais frente à preservação de memórias das experiências organizativas dos anos idos.

Outra justificativa refere-se à ordem ideológica, em virtude da aceitação da concepção tradicional da história dos trabalhadores brasileiros em que predominava o “sindicalismo amarelo”. Nessa visão, os “pelegos” estariam à frente do sindicato apenas para tornar possível a conciliação com o Estado. Estas lideranças consideradas traidores da “classe”, não mereceriam ter seus nomes eternizados pela história e por isso a destruição dessa documentação se fez em tom de libertação do passado. Uma última justificativa, que se não fosse trágica seria cômica, referiu-se a venda da documentação para empresa de reciclagem em troca de uma quantia destinada a confraternização entre lideranças.

Um caso que merece destaque, refere-se a nossa visita à Federação, que atualmente ocupa algumas salas do Serviço Social da Indústria – SESI, situada na Rua Pedro I – Centro, Fortaleza-CE. Lá, a maioria da documentação foi também destruída, ainda assim, tivemos acesso ao livro de registro do Conselho Fiscal da década de 1950, contendo atas com a disposição de chapas que concorreram a este conselho e à Justiça do Trabalho, disputando cargos de juízes classistas.

Conversamos com funcionários sobre histórias da Federação, com intuito de encontrar alguma liderança que viveu o período. Durante a conversa informal, um fato causou imensa surpresa: quando perguntamos sobre Antonio Alves da Costa, Presidente da Federação durante os anos de 1950 a 1967, o silêncio adentrou a sala. Os funcionários até questionaram se realmente era essa a pessoa que presidiu a federação por tanto tempo. Para eles, de acordo com os discursos proferidos em cerimônias da federação quando a História era exaltada, o fundador desta instituição se apresentava na figura de José Moreira Leitão, secretário na gestão de Antonio Alves e seu sucessor. Antonio Alves, de acordo com os funcionários, não era representado na fala das lideranças posteriores. Não é possível responder o porquê desse esquecimento. Talvez, o motivo se dê em virtude de que as atitudes de Antonio Alves da Costa carregam em si a imagem e a lembrança da co-participação no processo de implantação da ditadura no Ceará, pois este dirigente esteve à frente desse processo, prestando auxílio aos militares durante as intervenções sindicais.

Dentre outras documentações consultadas, tivemos acesso às atas do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Fortaleza através do projeto “Mundos dos trabalhadores na cidade da luz: Fontes para a história social do trabalho em Fortaleza, 1891-1979”, sob a coordenação de Luigi Biondi e Edilene Toledo. As lideranças portuárias têm um modo de organização próprio e que se difere dos sindicatos tradicionais. A distribuição dos serviços no Porto era de responsabilidade do sindicato, o que implicou em tentativa de controle da vida cotidiana dos trabalhadores pelas lideranças sindicais nos arredores do Porto, nos casos que se referiam ao alcoolismo, prostituição, relações familiares, dentre outros. Para além dessa questão, os trabalhadores do Porto, imbuídos de tradições de intensas lutas, participaram ativamente da construção do Pacto Sindical.

Outra fonte bastante utilizada foi o jornal impresso, considerando-o enquanto transmissor de uma parcela selecionada da realidade, que retrata a visão de mundo dos seus produtores e a mentalidade de uma época. Nesse sentido,

Adelaide Gonçalves comenta-nos que “modificou-se a forma de abordá-lo; de documento-verdade cumpre agora tratá-lo à luz da problemática histórica: questionando-o<sup>22</sup>.”

Dentre os jornais pesquisados, destacamos a utilização do jornal comunista *O Democrata*, fundado em 1946 e extinto em 1958, em virtude da dedicação de espaços para propaganda e cobertura jornalística do I CTEC, com especial empenho das lideranças sindicais comunistas em demonstrar suas posições, acerca da dinamização do movimento sindical cearense, provocada pelos conflitos entre a FTICE e o PUS.

O jornal *O Povo* teve também especial relevância na elaboração desta pesquisa. Em sua leitura, percebemos a empatia do jornalista Misael Queiroz, da redação da Coluna Sindical, pelos comícios populares, pela solidariedade entre os trabalhadores nas greves e pela atuação do Pacto Sindical. A Coluna Sindical era diária e apresentava informações de diversas organizações dos trabalhadores. Em relação ao Pacto Sindical, geralmente, o colunista convidava os associados a participarem das reuniões e informava os assuntos que seriam discutidos, às vezes, apresentava falas de lideranças sobre determinadas questões. A leitura desta coluna proporcionou-nos o acompanhamento diário das práticas das lideranças do Pacto, no período que compreendeu os anos de 1961 a 1963.

A análise dos jornais fez-se importante para compreensão do contexto histórico social que o Pacto Sindical está inserido, e da promoção do diálogo com as demais fontes manuscritas, oficiais, iconográficas e orais.

---

<sup>22</sup> GONÇALVES, Adelaide; BRUNO, Allyson (orgs). *O Trabalhador Gráfico*. Edição fac-similar. Fortaleza: Editora UFC, 2002.p. 9.

## CAPÍTULO I – CONSTRUINDO A UNIDADE

### 1.1. PROGRAMA DO PUS

#### “PACTO INTERSINDICAL COMO MEIO DE DEFESA DOS TRABALHADORES”

O Pacto de Unidade Sindical (PUS) se constrói como deliberação do I Congresso dos Trabalhadores do Estado do Ceará (CTEC), realizado no período entre 12 e 15 de dezembro de 1957, no auditório do Palácio do Comércio em Fortaleza. O PUS surge como proposta de sindicalismo autônomo, e, de forma paradoxal, sob programa de inclinação trabalhista. Um fato ocorrido em meio à consolidação do trabalhismo no movimento sindical nacional, através da apropriação desse projeto ideológico e pragmático por diversos grupos políticos e lideranças sindicais. Desse modo, o PUS se constituiu em núcleo de ação política e de mobilização sindical, instituindo a união entre lideranças sindicais cearenses. Seu papel principal, para aquele momento, era dar continuidade aos esforços de construção da unidade intersindical e lutar pelo cumprimento das deliberações do I CTEC.

O I Congresso dos Trabalhadores delineou os campos de atuação do Pacto Sindical para o próximo período. As teses defendidas no Congresso foram às bases do programa do PUS, inserindo-o no debate ideológico sobre as lutas trabalhistas de âmbito nacional e local. Os temas discutidos faziam parte do universo local e do trabalho como: “custo de vida, salários, organização sindical, direito de greve, previdência e assistência sociais, justiça e paz social, participação nos lucros das empresas e legislação trabalhista”<sup>23</sup>.

Esse encontro de delegações sindicais representava a inserção política das lideranças cearenses na elaboração de pautas de reivindicações ao Parlamento e ao Poder Executivo brasileiro. As propostas giravam em torno à manutenção da intervenção estatal nos assuntos ligados ao mundo do trabalho e ao cumprimento das leis trabalhistas.

O jornal comunista *O Democrata* noticia a criação de um pacto intersindical, proposta defendida pelo bancário José de Moura Beleza:

---

<sup>23</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 11/12/1957.

Ainda com a palavra o Sr. José de Moura Beleza apresentou, à consideração de seus pares, importante proposição. Leu e pediu aprovação para um documento que propunha a criação de um pacto intersindical destinado a defender entre outros assuntos interesse dos trabalhadores, o direito de greve, a fiel observância das leis trabalhistas, melhor prestação do serviço da previdência, etc<sup>24</sup>.

Essa passagem expressa bem às intenções das lideranças cearenses, representadas por Moura Beleza, em caracterizar o Pacto Intersindical como instrumento de defesa dos trabalhadores, no que tange a luta pelo reconhecimento dos direitos legais adquiridos no âmbito das relações trabalhistas e pelas possibilidades de conquistar e garantir autonomia e liberdade de atuação sindical. As bases do seu programa eram, portanto: a luta a favor do direito de greve, o que significava a defesa da autonomia sindical; a fiscalização da atuação governamental nos assuntos referentes aos trabalhadores; a extensão dos direitos trabalhistas aos camponeses; e, de forma mais ampla, a luta contra a carestia de vida, que pode ser lida como o combate à miséria e à fome.

A legislação social e trabalhista foi fundamental para arregimentar a luta operária nos anos de 1950. Ao longo desse período, é possível constatar a crescente mobilização das lideranças sindicais em levar ao conhecimento dos trabalhadores, através de debates, palestras e cartilhas, o que se concretizava em direitos trabalhistas. John French<sup>25</sup>, em estudo sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), afirma que as lideranças sindicais desempenharam importante papel como mediadores no processo de elaboração das reclamações à Justiça do Trabalho. Essa constatação se confirma na análise de atas dos Sindicatos dos Têxteis e Sapateiros, em Fortaleza. O sindicato, nesse sentido, se constituiu enquanto espaço social, responsável por instruir os trabalhadores em seus direitos e encaminhá-los à Justiça do Trabalho, o que possibilitou uma maior frequência de trabalhadores ao sindicato.

Ao mesmo tempo em que ocorreu essa experiência relacional e interativa entre lideranças e trabalhadores acerca da legislação trabalhista vigente, houve considerável aumento no número de trabalhadores sindicalizados, condição *sine qua non* para o acesso aos direitos, e no montante de processos à Justiça do Trabalho.

<sup>24</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 14/12/1957.

<sup>25</sup> FRENCH, John. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001. p.63.

Por exemplo, o balanço das atividades do Sindicato dos Têxteis, realizadas no ano de 1956, demonstra que: cento e noventa e oito audiências de conciliação foram realizadas; trezentas e setenta e oito trabalhadores entraram com recurso; e, noventa e oito mil, duzentos e três cruzeiros e setenta centavos foram distribuídos em indenizações, sendo a maior de seis mil cruzeiros e a menor de vinte centavos<sup>26</sup>. De modo geral, nos sete primeiros meses de 1957, os processos judiciais de causas trabalhistas que deram entrada no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) ultrapassaram a quantidade de mil<sup>27</sup>. Esses números tendem a crescer em progressão nos anos iniciais da década de 1960.

Esse balanço de atividades das lideranças sindicais têxteis é apenas uma amostra do alto número de processos encaminhados à Justiça do Trabalho, o que implica no aumento da pressão sobre a estrutura dos órgãos governamentais em atender toda a demanda de reclamações. Os objetos processuais eram os mais variados, desde a denúncia contra o aumento abusivo do aluguel nas vilas operárias até a falta de higiene sanitária e de água potável nas fábricas, passando pelos direitos previstos em lei relativos à saúde do trabalhador.

Podemos observar que, no campo de atuação do regime político vigente, se travava de uma das principais lutas operárias naquele período: a luta pelo reconhecimento, na prática, dos direitos trabalhistas. Essa estratégia de ação junto a órgãos do governo encontrava-se aliada a outras formas de luta operária, como greves e passeatas. Levando em consideração as discrepâncias entre lei e realidade no Brasil, particularmente, sobre a CLT, criada para não ser posta totalmente em prática, French analisa que “as leis trabalhistas tornaram-se ‘reais’ nos locais de trabalho à medida que os trabalhadores lutaram para transformar a lei de um ideal imaginário em uma realidade futura”<sup>28</sup>.

É importante esboçarmos também o nosso entendimento sobre o projeto trabalhista de governo. A luta em favor dos direitos trabalhistas não se tratava de pura e simples adequação ao sistema por parte dos trabalhadores e de suas lideranças. De acordo com Ângela de Castro Gomes, o trabalhismo, responsável pelo pacto social entre classe trabalhadora e Estado, foi investido por uma lógica, ao mesmo tempo, material e simbólica, “que combinava os ganhos materiais (gozo de

---

<sup>26</sup> Ata de reunião do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, 10/02/1957.

<sup>27</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 13/07/1957.

<sup>28</sup> FRENCH, Op. Cit., 2001, p. 10.

benefícios sociais e trabalhistas) com ganhos simbólicos de reciprocidade”<sup>29</sup>. Nesse sentido, o Estado se antecipava às demandas dos trabalhadores e “presenteava-os” com ganhos materiais, consolidados em direitos do trabalhador, o que construía um acordo simbólico de lealdade dos trabalhadores frente ao “pai protetor”, tudo isso envolto em numerosos esforços humanos, financeiros e de propaganda estatal<sup>30</sup>.

As medidas legislativas e administrativas efetivadas pelo governo a fim de garantir o direito ao trabalho e ao bem-estar do trabalhador, construindo um perfil de cidadão/ trabalhador brasileiro, servidor da pátria, eram reivindicadas também pelos líderes sindicais como benefícios primordiais. Durante a realização do I CTEC, a luta traçada, objetivava fazer cumprir, expandir e ampliar esses ganhos materiais aos trabalhadores ausentes na legislação, no caso, os trabalhadores rurais. Em outra medida, podemos concluir que as lideranças sindicais cearenses, ao reivindicarem esse projeto, tentavam se apropriar também dos ganhos simbólicos do trabalhismo.

A apropriação do trabalhismo pelas lideranças cearenses pode ser percebida em todas as propostas do Congresso dos Trabalhadores, que fazem parte do programa e do campo de atuação do Pacto Sindical. Examinemos agora uma das principais denúncias e reivindicações dos delegados do Congresso, no que diz respeito à atuação governamental:

Coube ao Sr. José de Moura Beleza, Presidente do I Congresso dos Trabalhadores do Ceará, ser o primeiro orador da noite. Numa oração das mais felizes, este líder sindical levantou, uma a uma, as reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores nacionais, denunciando por essa ocasião e reclamando providências para a demora com que são julgadas por deficiência de órgãos – as causas dos trabalhadores na Justiça do Trabalho, demora esta profundamente prejudicial aos mesmos. Também denunciou e reclamou medidas destinadas a impedir a malversação dos fundos dos institutos de Previdência, desviados de sua verdadeira finalidade para outras inteiramente estranhas aos interesses dos trabalhadores<sup>31</sup>.

Como mostra o excerto, as denúncias se referiam à morosidade nos casos trabalhistas tratados pelas Juntas de Conciliação e Julgamento e ao desvio de verbas que deveriam ser destinadas à assistência social e previdenciária.

<sup>29</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005. p. 180.

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 13/12/1957.

Caracterizava-se, portanto, em programa de defesa do Estado, que deveria assegurar as condições necessárias para o funcionamento dos órgãos destinados à proteção das relações entre trabalhadores e patrão. A defesa da intervenção do Estado nas relações entre capital e trabalho proveio da proposta de desenvolvimento nacional-estatista. Essa defesa trouxe, ao mesmo tempo, em seu bojo, a crítica à ineficácia administrativa e à atuação política do Estado, o que implicava também, de forma implícita, na percepção do caráter de classe do Estado, que agia como instrumento de dominação, a favor dos empresários, e que pretendia atenuar os conflitos entre classes.

O crescente número de reclamações dos trabalhadores também indica a relutância do empresariado local em respeitar às leis trabalhistas, a ponto do jornal *O Democrata*, em março de 1958, considerar um mito “a proteção ao trabalho” no Ceará<sup>32</sup>. Dentre tantos exemplos, podemos citar dois casos que mostram a tensa relação entre trabalhador e empresário quando se tratava do reconhecimento de direitos conquistados pelo primeiro. O primeiro caso, que se fez atípico, se refere ao assassinato do Diretor Industrial e Superintendente da Firma Cotonifício Leite Barbosa, o italiano Dante Buonorandi, pelo ex-tecelão da empresa Antonio Rabelo Vieira. Segue a entrevista do operário cedida ao jornal *O Povo*:

Tempos atrás, fui demitido da Fábrica, por causa da luta por melhores salários. Recorri à Justiça do Trabalho, pois julgava-me com direito a boa indenização. Entrei no Cotonifício a três de maio de 1954 e fui despedido a [ilegível] de fevereiro deste ano. Não recebi indenização, por isso fui procurar os meus direitos. Ontem, como a questão estava demorando muito a ser resolvida, procurei o advogado da Fábrica para negociar um acordo. Fui informado pelo doutor que só quem podia decidir o caso era “seu” Buonorandi. Hoje, pela manhã, procurei falar com “seu” Buonorandi, mas ele não me recebeu. Pelo contrário, mandou dizer que eu não tinha direito a receber nada, que havia sido demitido por justa causa. Fiquei indignado. Fui para casa, pensei bastante e resolvi matá-lo<sup>33</sup>.

Para o operário, a participação política em lutas organizadas pelos trabalhadores era uma conquista e, portanto, um direito que precisava ser respeitado. Nesse sentido, a afirmação de demissão por justa causa, sem direito à indenização prevista em lei, foi absorvida em tom de injustiça sofrida pelo operário, o

---

<sup>32</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 18/03/1958.

<sup>33</sup> Jornal *O Povo*, Fortaleza, 13/04/1957.



que provocou sua descrença nas instituições, levando-o à solução individual de fazer seu próprio justicamento.

O assassinato não é aceito pelas regras normativas da sociedade, constituindo-se em crime a ser punido; mesmo assim, as lideranças sindicais se mobilizaram para conceder apoio ao tecelão:

Com a palavra, o companheiro José Valdenor adiantou que um advogado, no caso o Dr. Evandro Martins e alguns alunos da Faculdade de Direito, se ofereceram para funcionar como defesa do operário. Para isso, pediu ao Senhor Presidente para ir em comissão à Faculdade, pedir a cooperação dos alunos no caso. Com a palavra, o companheiro Parcidônio de Freitas, apoiando a proposta feita pelo companheiro José Valdenor. Com a palavra o Senhor Presidente fez uma longa explanação do caso, e propôs que se organizasse uma comissão para ir visitar o operário na polícia, ficando a mesma acertada para as quinze horas. A seguir, foi entregue na mesa pelo companheiro José Monteiro a importância de trinta e sete cruzeiros, como solidariedade dos companheiros presentes à sessão ao operário que se encontra preso<sup>34</sup>.

Apesar do requinte de crueldade no assassinato de Dante Buonorandi, em virtude de o operário ter desferido vários golpes de peixeira na vítima, sem tempo de reação, levando os próprios trabalhadores da firma a detê-lo, a motivação do crime causou consternação às lideranças e trabalhadores. Nesse sentido, as lideranças têxteis se prontificaram em apoiá-lo, contratando advogado, contribuindo financeiramente e transmitindo sua solidariedade em visita carcerária.

O segundo caso, talvez mais comum, diz respeito ao tratamento discriminatório dado às mulheres trabalhadoras:

O senhor presidente deu conhecimento aos presentes sobre o caso de uma associada que trabalha na fábrica do Sr. Eptácio que sonegou a pagar os direitos de uma operária dizendo que a mesma era empregada da sua cozinha<sup>35</sup>.

A denúncia proferida pelo Presidente do Sindicato dos Calçadistas demonstra a linha tênue de separação entre o público e o privado. O argumento do empresário Eptácio, sobre o não pagamento dos direitos da trabalhadora calçadista,

<sup>34</sup> Ata de Reunião do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, 14/04/1957.

<sup>35</sup> Ata de Reunião do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Calçadistas de Fortaleza. 16/07/1961.

corresponde a uma tentativa de burlar a legislação trabalhista e traz, no seu âmago, a concepção tradicional do papel da mulher na sociedade. Essa visão restringe a mulher ao domínio privado das relações sociais, o que legitima sua opressão e exploração nesse campo<sup>36</sup>.

As tentativas dos empregadores em burlar o cumprimento legal eram inúmeras. Eram recorrentes nos anos de 1950, por exemplo, as denúncias dos trabalhadores têxteis da Fábrica Ceará Industrial quanto ao fornecimento deficiente de água potável, da falta de higiene sanitária e ao não pagamento do salário mínimo estipulado em acordo coletivo.

Além da ênfase no combate à morosidade da Justiça do Trabalho e do não cumprimento da legislação trabalhista, as teses do Congresso, incorporadas ao Pacto Sindical, confirmavam a trajetória de lutas de todo o período que antecede o conclave e afirmam as bandeiras de lutas para os anos posteriores. Interessante perceber que as críticas das lideranças e as denúncias expressas no Congresso e divulgadas pelo jornal comunista *O Democrata* se referiam ao Estado, e não aos patrões. Os líderes sindicais não denunciavam os abusos patronais, proferiam críticas tão-somente a não-intervenção ou a precária intervenção do Estado nos assuntos referentes ao trabalho. Para as lideranças, a solução para os problemas dos trabalhadores já existia: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O que faltava era uma maior atuação do governo junto à fiscalização das empresas para o cumprimento das leis.

O foco de atenção do Congresso voltado para o Estado pode ser explicado pela característica do espaço social criado com sua realização, cujas lideranças pretendiam o reconhecimento oficial do conclave e tentavam estabelecer uma parceria com o governo, evidenciada pela participação do governador Flávio Marcílio e do Delegado Regional do Trabalho, Crisanto Pimentel, na abertura e fechamento do Congresso. Ao mesmo tempo, os sindicalistas queriam ser reconhecidos também pelos trabalhadores como porta-vozes e representantes dos seus interesses, à luz do conjunto de idéias consolidadas nas práticas sindicais cearenses vestidas pelo trabalhismo.

---

<sup>36</sup> SILVEIRINHA, Maria João. *O discurso feminista e os estudos dos media*. Biblioteca on-line de ciências da computação. Disponível em [www.bocc.ubi.pt/pag/silveirinha-maria-joao-discurso.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/silveirinha-maria-joao-discurso.pdf). Acesso em 20/10/2008.

A autonomia sindical, por outro lado, figurava como tema primordial do debate. A própria criação do Pacto de Unidade Sindical, contraditoriamente, representa essa defesa da autonomia de organização que agia à margem da legislação e da estrutura sindical vigente, mas que procurava reconhecimento do governo. Aliada à criação do Pacto, a defesa do direito de greve merece destaque:

Contra o famigerado Art. 9070, que garroteia o direito de greve, manifestou-se em brilhante e bem fundamentada tese o Sr. Misael Saraiva de Queiroz, delegado no Sindicato dos Bancários, no que foi apoiado por vários outros delegados. A comissão julgadora, porém discordou de uma proposição sua sugerindo a criação pelo Congresso de uma comissão de luta contra referido artigo. Enquanto isso, foi aprovado pelo plenário um adendo apresentado pelo Dr. Dager Serra, no sentido que o Congresso dos Trabalhadores se dirigisse ao Parlamento Nacional solicitando a reforma do famigerado artigo 9070 e a elaboração de leis que assegurem o mais amplo exercício ao direito de greve<sup>37</sup>.

O decreto-lei 9.070, datado de 15 de março de 1946, portanto anterior à Constituição promulgada em 18 de setembro de 1946, regulava o direito de greve, restringindo-o fortemente<sup>38</sup>. De acordo com French, com o intuito de inibir as intensas greves manejadas durante os meses de janeiro a março de 1946, o governo Dutra adotou a posição dos industriais de São Paulo e com isso construiu a base legal que fundamentou a prática repressiva contra praticamente todas as greves<sup>39</sup>.

Em conformidade com esse decreto, eram eminentemente proibidas as paralisações de trabalho nas atividades consideradas fundamentais, que incorporavam desde a pecuária e a lavoura, passando pelos estabelecimentos de venda de gêneros essenciais à vida das populações até bancos, transportes, indústrias básicas. O descumprimento desse artigo, considerado falta grave, acarretava aos grevistas a rescisão do contrato de trabalho por justa causa.

Esse decreto-lei, regulamentado durante o governo Dutra, tornou-se poderoso instrumento que restringiu ao máximo as possibilidades de movimentos grevistas. Os termos dessa medida legislativa proporcionavam “ao governo, um

<sup>37</sup> Jornal *O Democrata*. Fortaleza, 14/12/1957.

<sup>38</sup> Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março de 1946. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del9070.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del9070.htm). Acesso em 20/10/2008.

<sup>39</sup> FRENCH, John. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900 – 1950*. São Paulo: Editora Hucitec/ Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995

poder discricionário no julgamento da legalidade das greves, só inferior à proibição pura e simples que constava da Constituição de 1937<sup>40</sup>. Ele foi utilizado por empresários e governos, e, na maioria das vezes, aceito pela Justiça do Trabalho, para inibir as greves e reprimir as lideranças sindicais e trabalhadores. A Constituição de 1946 avançou no sentido de reconhecer o direito à greve, no entanto, ainda não havia sido elaborada uma legislação que regulamentasse esse direito, continuando em vigor o decreto anterior à Constituição.

A luta política contra o decreto 9.070 fez parte das mobilizações durante os meses que antecederam o I Congresso dos Trabalhadores do Estado do Ceará e correspondia a uma das principais bandeiras de luta do movimento sindical nacional, desde os idos de 1946. Em setembro daquele ano, os trabalhadores cearenses promoveram o enterro simbólico desse decreto em passeata pelas ruas da cidade de Fortaleza. A passeata ocorreu do Sindicato dos Bancários à Praça do Ferreira. O *Democrata* divulgou a passeata e analisou os significados do decreto:

Cresce em todo o país o movimento de protesto contra o decreto 9.070, instrumento que há onze anos serve aos inimigos dos trabalhadores em suas tentativas para liquidar o direito de greve. Anterior a Constituição de 1946, o 9.070 acha-se praticamente revogado pela Carta Magna, que assegura o direito de greve a todos os trabalhadores. Apoiados nesse decreto inconstitucional patrões e governos investem constantemente contra os que recorrem à greve para defender seus direitos, cometendo as piores violências. A Justiça do Trabalho segue nessas águas, e vez por outra “ilegaliza” greves, embora em muitos casos tenha sido obrigada a respeitar a Constituição, quando a unidade dos trabalhadores é bastante sólida para derrotar as manobras contra os seus direitos.<sup>41</sup>

O excerto informa sobre o movimento nacional contra a restrição do direito de greve, esclarecendo aos leitores do jornal o que representava para os trabalhadores a vigência do referido decreto. As constantes manifestações, a nível nacional, em favor do direito de greve procuravam sensibilizar a opinião pública e a sociedade para legitimar a conquista desse direito na prática sindical. A incorporação da defesa do direito de greve no programa do movimento sindical

<sup>40</sup> Apud SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964) IN: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs) *Nacionalismo e reformismo radical* (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 111

<sup>41</sup> Jornal *O Democrata*. Fortaleza, 3/09/1957.

cearense almejava imprimir forte pressão ao Parlamento a fim de regulamentar o direito de greve no seu mais amplo exercício. Segundo Delgado<sup>42</sup>, o movimento sindical, em geral, e o Comando Geral dos Trabalhadores, em particular, conseguiram suplantar, na prática, os limites desse decreto, principalmente, em virtude de que, apesar dos riscos da ação repressiva do Estado, o movimento operário continuou a deflagrar um número cada vez maior de movimentos grevistas, concentrados principalmente entre os anos de 1958 -1964.

Outro ponto de destaque das teses do Congresso e incorporada como programa do Pacto Sindical reportava-se à extensão dos direitos trabalhistas ao campo. Vejamos, o que nos diz, *O Democrata*:

A extensão ao trabalhador do campo dos benefícios da atual legislação social foi objeto de considerações por parte de vários congressistas. Primeiramente se ocupou do assunto o delegado do Sindicato dos Comerciantes, Sr. Hermenegildo de Melo, que foi secundado pelo delegado dos bancários Sr. Misael Saraiva Queiroz, que propôs fosse solicitado ao Parlamento Nacional a concessão da medida<sup>43</sup>.

Durante os anos de 1950, o campo começou a se impor como importante problema nacional<sup>44</sup>. Uma das discussões provenientes do intenso debate promovido por intelectuais e políticos era que o grande problema da fome e da miséria urbana tinha raízes fortes nos problemas do campo. O atraso do campo era visto como consequência da má distribuição de terras e de condições de vida cada vez mais precárias entre as populações sertanejas. Em momentos de calamidade pública, principalmente na região Nordeste e nos anos de seca, os camponeses deixavam suas cidades à procura de melhores condições de vida na capital, gerando a construção desordenada de favelas urbanas e o desemprego<sup>45</sup>.

<sup>42</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*.

2ª Edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1986.p. 103

<sup>43</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 14/12/1957.

<sup>44</sup> GRZYNSZPAN, Mário; DEZEMONE, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). IN: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs) *Op. Cit.* 2007.

<sup>45</sup> De acordo com Frederico de Castro Neves, os homens do campo construíram, ao longo dos anos, diferenciadas “formas de pressão e negociação com as autoridades urbanas”. Na década de 1950, por exemplo, as populações sertanejas não mais esperavam faltar todos os recursos de sobrevivência, para deixarem suas casas e reclamarem proteção governamental, utilizando-se, para tanto, de recursos como a ameaça, a invasão e os saques. Desse modo, a “multidão”, ainda conforme o autor, consolidava-se como uma alternativa política nos momentos de seca. NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000. P.161.

Um dos principais entraves para os camponeses dizia respeito às dificuldades impostas pela legislação vigente em construir organizações de classe e com isso estender os direitos do trabalho urbano ao mundo rural. Até então, era considerado legalmente como trabalhador rural àquele que recebesse dinheiro em troca de trabalho, o que não correspondia à realidade da maioria dos trabalhadores do campo. O perfil do camponês se fundamentava nas mais diversas relações de trabalho, marcando o início da penetração das relações capitalistas no campo, associado às, ainda presente, relações paternalistas. Compunham esse perfil os: foreiros, arrendatários, meeiros, quartistas, colonos, posseiros e os pequenos proprietários rurais. Os esforços das lideranças consistiam em inserir todos aqueles considerados como camponeses na proteção da lei, caracterizada pelo incentivo à sindicalização rural e pelos ganhos materiais oriundos das leis trabalhistas.

A carestia de vida, por outro lado, configurava-se também em importante problema da época que necessitava de debates e elaboração de medidas efetivas do governo:

O maior número das teses, ontem defendidas, versaram sobre a carestia de vida, problema por demais sentido pelos trabalhadores. Nada menos de cinco delegados, (Dr. Dager Serra, pela [União dos Servidores Públicos] UNSP; Carlos Jatahy, pelo Sindicato dos Gráficos; Aureliano Ramos, Bancários e ainda os Delegados dos Sindicatos dos Carreiros e dos Alfaiates), debateram o assunto. Entretanto, das teses defendidas nenhuma teve a justeza, o brilho e a feição profundamente (?) da tese defendida pelo representante da União dos Servidores Públicos e Presidente do Congresso. No seu magnífico trabalho o Dr. Dager Serra não se limitou a examinar os efeitos da carestia de vida. Examinou antes, com profundidade, as verdadeiras causas do fenômeno, apontando como responsáveis, o atraso existente em nossa economia de caráter puramente agrário, a inflação, a crise de transportes, etc<sup>46</sup>. (grifos nossos)

A passagem acima expressa, ao eleger Dager Serra como melhor debatedor dos assuntos ligados à carestia de vida, a opinião das lideranças que se consubstancia com a dos jornalistas d'O *Democrata*. Serra, de acordo com o excerto, procurou enfatizar os problemas que geravam a carestia de vida naquele momento, culpabilizando, sobretudo, o atraso econômico do país.

---

<sup>46</sup> Jornal O *Democrata*. Fortaleza, 14/12/1957.

Após examinar as causas que promoviam a carestia de vida, o sindicalista Dager Serra propôs como soluções:

a adoção por parte do governo de medidas tendentes a elevar a nossa produção agrícola, como a reforma agrária, tendo-se em vista particularmente a desapropriação e a distribuição de terras situadas próximas aos grandes reservatórios; o reatamento das relações comerciais com todos os países que desejam comerciar com o Brasil; o reaparelhamento de nossas redes ferroviárias, da Marinha Mercante, etc<sup>47</sup>.

Dager Serra demonstrou, em seu pronunciamento, visão analítica acerca das condições históricas e sociais do momento dado e propôs soluções para reverter à situação opressora em que viviam aqueles trabalhadores da cidade e do campo.

As teses do Congresso, aqui finalizadas com as proposições de Dager Serra, pertenciam a um projeto para o país de desenvolvimento nacional-estatista amplamente debatido a nível nacional e que se consolidou como base de atuação política do Pacto Sindical no Ceará, fundamentada na defesa da soberania nacional, no desenvolvimento econômico e na justiça social. Projeto que se harmonizava com os ganhos provenientes do trabalhismo. De acordo com Ferreira, faziam parte desse projeto: trabalhistas, comunistas, socialistas, sindicalistas, estudantes e facções do Exército<sup>48</sup>. O Partido Comunista Brasileiro, em particular, mesmo abalado com as resoluções do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, ocorrido em abril de 1956, em sua Resolução Política sobre o XX Congresso, partilhava desse projeto, orientando seus militantes para lutar em defesa da soberania nacional, das liberdades democráticas e de melhorias das condições de vida dos trabalhadores das cidades e do campo<sup>49</sup>.

É difícil definir os grupos políticos que participaram da construção do Pacto Sindical no Ceará. Os comunistas aparecem com força e total interesse em promover a organização intersindical. De acordo com Tarcísio Leitão, em resposta sobre a formação do Pacto:

---

<sup>47</sup> Idem. 14/12/1957.

<sup>48</sup> FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

<sup>49</sup> VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas. 1922-1974*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982. p.163.

1958 ... Aí, nós imediatamente, montamos um pessoal, de organização de base bancária. Que era dirigida pelo...José Valdir de Aquino. Hoje é industrial, vive lá em Belém. E dentro de pouco tempo, nós estávamos com o sindicato para ganhar a eleição do sindicato dos bancários. Ganhamos a eleição, e a partir daí nós dissemos: vamos fazer um pacto de unidade sindical. Nos reunimos com um pessoal intelectual ligado ao movimento sindical, e foi feito um partido com “unidade sindical”. Enquanto um fizesse greve, parava tudo<sup>50</sup>.

Segundo o comunista Tarcísio Leitão, que à época era estudante de Direito da Universidade do Ceará, a formação do Pacto parte da experiência vivida nas eleições do sindicato dos bancários, surgindo à idéia de construir uma unidade sindical, em reunião dos comunistas com um seleto grupo de intelectuais e ativistas da rede bancária cearense para posterior concretização do Pacto.

O grupo oposicionista vitorioso nas eleições dos bancários<sup>51</sup>, que objetivava dar maior movimentação sindical<sup>52</sup>, esteve à frente da organização do I Congresso dos Trabalhadores e das negociações com outras entidades para a formação do Pacto Sindical. Além dos bancários, representados por José de Moura Beleza, Valdir de Aquino e Misael Queiroz de Saraiva, podemos destacar as seguintes lideranças como motivadores da formação do PUS: Raimundo Lopes Gondim, do Sindicato dos Têxteis; Carlos Jatahy, do Sindicato dos Gráficos; Pedro Barbosa, do Sindicato dos Metalúrgicos; Pádua Campos, do Sindicato dos Jornalistas; Pedro Paulo Macedo, do Sindicato dos Calçadistas, e Dager Serra da União dos Servidores Públicos.

Em reuniões dos presidentes de Sindicatos de Fortaleza, convocados à margem da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Ceará (FTICE), foram coordenadas as medidas para construção da convenção dos trabalhadores cearenses que aprovaria a criação do Pacto. Conforme noticiado em *O Democrata*:

<sup>50</sup> Entrevista de Tarcísio Carvalho Leitão. Arquivo pessoal de Airton de Farias, em 29/ jan/ 2003.

<sup>51</sup> O jornal *O Democrata* noticiou, em 13/06/1957, o resultado das eleições da nova diretoria do Sindicato dos Bancários. Dos 369 votos, 366 foram para a chapa composta por Moura Beleza e outros sindicalistas. A quantidade de bancários que votaram correspondia a 60% dos trabalhadores sindicalizados. Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 13/06/1957, p. 1 e p. 5.

<sup>52</sup> Conforme Beleza, em depoimento, o mesmo foi procurado, na década de 1950, por um grupo de colegas para organizar uma chapa contra a então diretoria presidida por Milton Queiroz. Beleza ameniza as críticas ao seu opositor, ao informar que o mesmo tinha bom caráter e não era pelego, apenas acomodado sindicalmente. Entrevista de José de Moura Beleza. NUDOC.



Por ocasião do último encontro dos presidentes de Sindicatos de Fortaleza foram acertadas as primeiras providências para a realização dentro em breve, nesta Capital, da I Convenção dos Trabalhadores do Estado do Ceará.

Acordaram os líderes sindicais reunidos nas seguintes medidas preliminares:

a) Escolher como membros da Comissão Preparatória da Convenção a todos os Presidentes de Sindicatos presentes. Coube de logo à Comissão Preparatória a incumbência de convidar a todas as diretorias de entidades à grande reunião do Sindicato dos Bancários, destinada a tratar da convenção. Outrossim, a apresentar na referida reunião um temário para a Convenção, o qual será na oportunidade debatido e enriquecido com as emendas que lhe propuserem. Propor o programa, a formação de comissões, os membros e tudo o mais...<sup>53</sup>

A Comissão Preparatória do I CTEC estava definida: diretores sindicais que participaram das reuniões de construção do referido evento. Quem desejasse participar e concordasse com o programa seria aceito na comissão. O que se pretendia com isso era sensibilizar as diretorias sindicais da necessidade de construir a unidade sindical. Findas as preparações, coube a comissão de divulgação, propagandear o conclave em visita aos sindicatos:

Deu entrada no recinto deste Sindicato uma comissão do Primeiro Congresso de Trabalhadores Cearenses, tendo a frente o Senhor Presidente dos empregados em estabelecimento Bancários, companheiro José de Moura Beleza, que também é presidente do Congresso, o qual fez um convite aos têxteis para se fazerem presentes ao referido Congresso<sup>54</sup>.

A organização do Congresso mobilizou a vida sindical durante o segundo semestre de 1957. O convite para o Congresso, divulgado no jornal *O Democrata*, demonstra as pretensões dos sindicalistas em tornar legítimo este instrumento de debate e ação dos trabalhadores frente aos diversos setores da população:

A Diretoria Executiva do I Congresso de Trabalhadores do Estado do Ceará tem a grata satisfação de convidar as Autoridades civis, militares e eclesiásticas, as Associações das classes conservadoras, as Associações beneficentes, os Sindicatos representantes das categorias econômicas, o Povo e os Trabalhadores em Geral para abrilhantarem com sua honrosa presença a sessão solene de

<sup>53</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 31/08/1957.

<sup>54</sup> Ata de reunião do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem. Fortaleza, 11/11/1957.

Instalação do Congresso, a se realizar no dia 12 do corrente [de dezembro de 1957] às 17:30 horas, nesta Capital, no Palácio do Comércio.

Agradece, antecipadamente, a aquiescência a este convite.

Pela Diretoria Executiva

José de Moura Beleza [Pres. do Sindicato dos bancários]

Presidente

Raimundo Lopes Gondim [Pres. do Sindicato dos têxteis]

Sec. Geral<sup>55</sup>

Esse convite evidencia o conagraçamento e a abertura de diálogo entre trabalhadores, igreja, empresários e os diversos tipos de associações. Talvez, não se pretendesse com isso uma adesão maciça desses setores ao Congresso. No entanto, mais do que uma mera formalidade, as lideranças sindicais almejavam o consentimento das instituições privadas e públicas (civis e militares) para dar legitimidade à realização do mesmo.

Raimundo Lopes Gondim, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, em entrevista ao jornal *O Democrata*, menciona o apoio de autoridades ao evento:

O Congresso vai alcançar êxito absoluto em razão do apoio das autoridades e do interesse que vem despertando no meio dos trabalhadores. Conquanto não tenha ainda recebido teses, tenho notícia de que vão aparecer vários trabalhadores que dizem de perto os interesses dos trabalhadores<sup>56</sup>.

O Congresso de 1957 foi realizado à luz de intenso debate promovido por lideranças sindicais de Fortaleza que traçaram planos de ação e o programa que seria votado no Congresso. O tom de democracia e liberdade sindical era ecoado.

Participaram do Congresso: 25 sindicatos de Fortaleza, 3 sindicatos de Camocim e 2 sindicatos de Chaval, além da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC) e da Juventude Operária Católica, perfazendo um número aproximado de 86 delegados participantes. Esperava-se a presença de quantidade maior de lideranças sindicais do interior do Ceará, principalmente da região Norte, que desistiram de comparecer ao Congresso, após o recebimento de telegramas da FTICE, que comunicavam o adiamento e difamavam os organizadores do certame.

<sup>55</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 11/12/1957.

<sup>56</sup> Idem, 11/12/1957, p.2.

O Congresso esteve mesclado por diversas categorias de trabalho de Fortaleza. Dentre os 25 sindicatos, 8 eram de trabalhadores da Indústria, incluindo fábricas e oficinas (Têxteis, Gráficos, Sapateiros, Padeiros, Extração de Óleo, Marceneiros, Metalúrgicos, Alfaiates) e em torno de 3, de trabalhadores ligados a setores marítimos (Estivadores, Portuários, Arrumadores), estando os demais relacionados a transporte (Motorista), serviços (Bancários, Jornalistas, Músicos, Servidores Públicos, Enfermeiros, Carregadores) e comércio (Comerciários, Açougueiros, Hoteleiros). Ressaltamos a ausência do Sindicato dos Ferroviários, integrante de ativa participação do Pacto Sindical nos anos de 1960, em virtude do mesmo ter sido fundado apenas em 1959.

O incentivo à organização intersindical e a criação de um instrumento de ação política que fizesse frente ao Estado, para exigir, principalmente, melhoras de vida aos trabalhadores, eram as expectativas daquelas lideranças. Carlos Jatahy, Presidente do Sindicato dos Gráficos, por exemplo, em entrevista ao jornal do Partido Comunista, discorre sobre a elaboração das teses do Congresso e as estratégias possíveis para torná-las realidade:

São teses que falam de perto interesse dos trabalhadores de encontrar solução para a situação de fome e miséria que vivem, bem como de conseguir assistência social que estão a merecer. O temário do Congresso foi elaborado por nós, presidentes de Sindicatos, e bem reflete a situação em nosso Estado para os trabalhadores. Todos unidos empregaremos os nossos esforços no sentido de conseguir das autoridades o cumprimento das resoluções que foram aprovadas pelo Congresso<sup>57</sup>.

Em consonância com o discurso do líder Carlos Jatahy, a unidade é a principal estratégia de luta para promover o diálogo e a combatividade entre trabalhadores e Estado. Essa unidade era expressa entre sindicatos.

As lideranças sindicais, José de Moura Beleza, Presidente do Sindicato dos Bancários, e Pedro Barbosa, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, ressaltavam em seus comentários a importância da realização do I Congresso dos Trabalhadores Cearenses, em 1957, para o desenvolvimento da luta de classe no Ceará, numa perspectiva de presente e de futuro. Uma das principais deliberações

---

<sup>57</sup> Id Ibidem. p. 2.

deste conclave, a criação do Pacto Sindical, era apresentada aos leitores do jornal O Democrata como “meio de defesa dos trabalhadores”.

## 1.2. ANTECEDENTES INTERSINDICAIS

De acordo com Leôncio Rodrigues<sup>58</sup>, a constituição de centrais sindicais acompanhou uma remodelação das atitudes sindicais frente ao Estado e à sociedade global. Em tempos diferentes da recente história do movimento operário no Brasil, as intersindicais cumpriram um papel de elaboração de projetos para a sociedade, intervindo e propondo alternativas aos problemas do desenvolvimento econômico e social. Dedicaram-se também, de forma prioritária, a disputar a orientação do movimento operário e sindical, estando à frente da coordenação das lutas operárias.

Com características e projetos distintos, a constituição de entidade composta por vários sindicatos fez parte das estratégias de luta desde início do século XX, quando as lideranças do movimento operário compartilharam ações e aproximaram-se da proposta do anarcosindicalismo. Em 1906, por exemplo, os delegados sindicais do I Congresso Operário Brasileiro fundaram a Confederação Operária Brasileira (COB), com a adesão de 50 associações sindicais, a maioria formada por sindicatos do Rio de Janeiro<sup>59</sup>. De acordo com Nelson Sodré, esse Congresso marcou a influência do movimento anarco-sindicalista nesse período.

A COB atuou com certa expressão no movimento operário a partir de 1908. Compreendiam o seu programa: a luta pela jornada de oito horas, o combate a carestia de vida, a luta pela paz, quando deflagrada a I Guerra Mundial. Entre as formas de atuação propostas pela Confederação, estavam os comícios pelos bairros cariocas contra a entrada do Brasil na guerra e tentativas de mobilizar os trabalhadores em greves gerais. Além disso, a luta pela paz, em 1915, assumiu forma organizada de ação e proporções nacionais. A COB convocou um Congresso Internacional da Paz, realizado na capital da República, que participaram

---

<sup>58</sup> RODRIGUES, Leôncio. *Conflito Industrial e sindicalismo no Brasil*. Difusão Européia do Livro: São Paulo. 1966. p. 27 e 28.

<sup>59</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Contribuição à história do PCB*. São Paulo: Global, 1984.p. 33.

delegações de São Paulo, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e representantes da Argentina, Portugal e Espanha<sup>60</sup>. Boris Fausto<sup>61</sup> comenta que a COB não era concebida como uma central sindical, em virtude do movimento anarquista evitar qualquer tipo de centralização, prevalecendo, dessa forma, a autonomia do indivíduo sobre o sindicato, do sindicato sobre a Federação e da Federação sobre a Confederação.

Nelson Werneck Sodré menciona que as tentativas de criação de centrais sindicais, durante o início do século XX, foram inúmeras. No entanto, muitas das quais não conseguiram transpor as barreiras de organismos de cúpula sem inserção nas lutas cotidianas e explícitas do operariado. De acordo com suas palavras, “tais órgãos tinham existência vegetativa ou apenas ganhavam presença em crises circunstanciais e passageiras.”<sup>62</sup> Entretanto, é importante ressaltar que essa análise, para Sodré, justifica a necessidade de criação de um organismo que seja capaz de coordenar as lutas operárias ao lado da elaboração e prática de uma política conseqüente, no caso, um partido operário e revolucionário. E, pode ser considerada uma crítica ao movimento anarquista de então. Ainda sob o olhar de Sodré, a classe operária brasileira já havia atingido um nível de consciência tal que impunha a necessidade da criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Após a criação do PCB, os comunistas propuseram a realização do Congresso Sindical, durante os dias 27 de abril a 1º de maio de 1927, que culminou no comício realizado na Praça Mauá em comemoração ao dia do trabalhador. O programa em debate nesse Congresso referiu-se à construção da unidade sindical, organização de comitês de empresas e à elaboração do estatuto da federação dos sindicatos da capital da República. A principal reivindicação apresentada no comício de 1º de maio, depois de ter sido discutida naquele Congresso, era a de criação da Confederação dos Trabalhadores. A base dessa Confederação seria as federações criadas em diversas regiões do país.

Para o PCB, a criação de organizações intersindicais era uma estratégia legal de inserção dos comunistas no movimento sindical. A adoção dessa proposta possibilitou a propagação das idéias dos comunistas e desencadeou na formação do Bloco Operário Camponês (BOC). O objetivo de criação do BOC era formar uma

---

<sup>60</sup> Idem. p. 36.

<sup>61</sup> FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e conflito social*. DIFEL: São Paulo, 1983.

<sup>62</sup> SODRÉ. Op. Cit. 1984. p.. 39

frente única eleitoral, durante curto período de legalidade do Partido Comunista do Brasil. A aliança entre trabalhadores urbanos e camponeses se configurou apenas em ideal, absorvendo o exemplo da Revolução Russa com uma análise pouco apurada das condições históricas do momento. Portanto, a política e ação do PCB estavam voltadas para o movimento sindical urbano.

No Ceará, a partir dessa proposta de implementação do Bloco Operário e Camponês – BOC, de acordo com Francisco Ribeiro, “as lideranças sindicais cearenses tiveram oportunidade de contatar diretamente as lideranças do PCB nacional e tomar conhecimento de sua plataforma política”<sup>63</sup>. A unidade dos trabalhadores era pauta para arregimentar a luta e construir um partido operário. Entretanto, a inserção do PCB no movimento sindical cearense impôs sério temor à classe dirigente, ao passo que sofreu inúmeras resistências à sua formação. Parte do movimento sindical organizado estava sob forte influência da Igreja Católica, que assumia o papel de educação moral dos trabalhadores e partilhava a política de colaboração de classes entre patrões e empregados. Além disso, utilizando-se da estratégia da unidade sindical colaboracionista, a patronal criou a “União Sindical do Trabalho” que se propunha a discutir e a agir em prol das demandas dos trabalhadores: habitação operária, carestia de vida, assistência médica e farmacêutica, desemprego, para citar algumas. Essas propostas faziam parte das necessidades e expectativas dos trabalhadores em melhorar suas condições de vida e, por isso, tiveram boa adesão operária junto aos setores conservadores. A criação da União Sindical do Trabalho pode ser entendida como resposta política desses setores, a fim de evitar a possível ampliação do movimento comunista.

É possível citar inúmeras entidades intersindicais que surgiram à luz do processo de lutas desencadeadas pelos trabalhadores ao longo da história do movimento operário brasileiro. Essas intersindicais, em sua maioria, tentavam unificar não só os sindicatos locais, mas construir um processo unificado de lutas no âmbito nacional, com objetivos que previam a participação política dos trabalhadores nas decisões dos rumos da cidade e do país e a construção de frentes eleitorais com apoio do movimento organizado sindicalmente.

Dentre as frentes que unificaram o movimento sindical nacional, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) possui relevante significância, em virtude do alto

---

<sup>63</sup> RIBEIRO, Francisco Moreira. *O PCB no Ceará: ascensão e declínio – 1922-1947*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará/ Stylus Comunicações. 1989. p. 32.

reconhecimento adquirido entre os trabalhadores e por ser, ainda hoje, considerada um dos maiores movimentos com forte adesão popular. Descontentes com os rumos tomados pela Revolução de 1930, os tenentes de esquerda, oriundos de uma trajetória de lutas ao longo dos anos 1920 e com grande apoio popular, organizaram o Comitê Jurídico Popular de Investigação, que posterior se transformou na Aliança Nacional Libertadora. A ANL não é o que poderíamos chamar de um organismo intersindical, porque transcendia a composição estrutural de sindicatos. A Aliança integrava, além dos trabalhadores, diferentes setores da sociedade e sofria forte influência dos tenentes, agrupando “partidos políticos, sindicatos, diversas organizações femininas, culturais, estudantis, profissionais liberais e militares.”<sup>64</sup>

A base comum do programa político da ANL constituía na luta democrática, antiimperialista, antilatifundiária e antifascista. Entretanto, havia algumas diferenças de projetos quanto aos objetivos dessa luta relacionadas com a questão do poder. De acordo com Vianna, “os comunistas propunham a tomada do poder por um governo popular, enquanto os tenentes, não falavam em tomada do poder e sua percepção da luta democrática era bastante vaga, concebida como uma luta pela moralidade dos costumes políticos”<sup>65</sup>.

A ANL teve repercussão favorável no Ceará. O ato de instalação do diretório no dia 22 de maio de 1935, de acordo com Ribeiro, contou com o comparecimento de 10 mil pessoas. Contudo, concomitante com a violenta repressão ocorrida em todo Brasil, a secção da ANL no Ceará também foi alvo da reação conservadora das autoridades locais e, após o decreto da ilegalidade do movimento em 12 de julho de 1935, a maioria das pessoas que participaram das atividades políticas da Aliança voltou para casa.

No contexto de iminente democratização política, pós-Segunda Guerra Mundial, as lideranças sindicais, sob influência dos comunistas, fundaram, em 30 de abril de 1945, o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), sob dimensões nacionais. Antônio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva<sup>66</sup>, ao analisarem a relação entre trabalhadores, sindicatos e política, no período da redemocratização,

---

<sup>64</sup> VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. IN: FERREIRA; DELGADO; (orgs) *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2ª Ed. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 81.

<sup>65</sup> Idem, p. 82.

<sup>66</sup> NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). IN. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. *O Brasil Republicano*. Vol 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 54.

apontam mudanças na política do PCB frente às iniciativas de formação de intersindicais no início da redemocratização até o golpe civil-militar de 1964. Afirmam que o MUT, intersindical criada em abril de 1945, sob hegemonia do PCB, serviu para implementar a política de união nacional, de colaboração de classes, entre trabalhadores e burguesia nacional (patrões) em detrimento do imperialismo. Desse modo, os operários não deveriam entrar em greve com o objetivo de manter a ordem, a paz nacional e o controle do Governo Vargas sob as instituições operárias. No entanto, essa política sofreu resistências nas bases sindicais e os trabalhadores continuaram a lutar por aumentos salariais, direitos e melhoria nas condições de vida com o apoio e capacidade de mobilização dos militantes comunistas, mesmo ferindo algumas diretrizes lançadas pela direção do Partido.

O manifesto de fundação do MUT assinado por mais de 300 lideranças sindicais de 13 Estados orientou a luta política em prol à defesa da liberdade e autonomia sindicais, por liberdade de opinião e organização política e por melhorias no sistema legal corporativista<sup>67</sup>. À luz desse programa, o MUT, nas palavras de Silva e Santana, “envidou esforços que desembocou na fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores no Brasil (CGTB)<sup>68</sup>” e nas fundações de Uniões Sindicais espalhadas por todo território nacional, inclusive no Ceará, e que possuíam caráter de organização intersindical<sup>69</sup>.

A atuação do MUT e da CGTB durou curto período de tempo. O governo Dutra adotou medidas extremamente repressivas ao movimento sindical, sob justificativa de ação conspiratória, o que levou a proibição de eleições sindicais e do MUT e a intervenção de sindicatos. Assim, essa legislação que cerceava direitos de organização dos trabalhadores, a nível horizontal, permaneceu durante todo o período considerado da experiência democrática brasileira.

---

<sup>67</sup> TELES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. p. 23.

<sup>68</sup> SILVA; SANTANA. Op. Cit. 2007. p. 107

<sup>69</sup> No Ceará, o pesquisador e jornalista Idelfonso Rodrigues Lima Neto menciona a existência da organização intersindical denominada de União Cearense Sindical, do mesmo período do MUT, também dirigida pelos comunistas. Entretanto, não sendo o objeto de estudo do autor, Lima Neto não se aprofunda na questão. LIMA NETO, Idelfonso Rodrigues, *Escrita subversiva: O Democrata, 1946-1947*. Dissertação de Mestrado em História Social - UFC. Fortaleza, 2006.p.180.



### 1.2.1. LUTAS SINDICAIS COORDENADAS NO CEARÁ

Foot Hardman assevera o caráter “desagregado e descontínuo” da história das classes subalternas. Para o autor, é na interação e no confronto da classe operária com as classes dominantes e o Estado “que se localiza a dinâmica da virtual unificação dos setores subalternos, pela passagem dialética de sua descontinuidade à agregação mais continuada de suas práticas e políticas<sup>70</sup>”.

Nessa perspectiva, o que se observa na atuação sindical cearense, nos dois anos que antecederam a criação do Pacto Sindical, são lutas aparentemente isoladas, que culminaram em esforços e iniciativas de ação coordenada continuada. Deste modo, destacamos algumas destas lutas que, em certo sentido, contribuíram para a consolidação de uma vontade de ação coletiva dos trabalhadores e de líderes sindicais.

#### 1.2.1.1. GREVE DOS TRABALHADORES TÊXTEIS EM 1956

As lutas sindicais praticadas pelos têxteis, durante os anos de 1950, tinham como uma das reivindicações a concessão de acordo único para todas as fábricas têxteis. O acordo por fábrica, que vigorava naquele momento, dificultava a ação do sindicato e a construção de greves conjuntas da própria categoria. Contudo, no ano de 1956, em virtude do não cumprimento do pagamento do novo salário mínimo de CR\$ 2.500,00 aos têxteis da capital, 1.300 trabalhadores da Fábrica Santa Cecília declararam greve aos patrões, o que desencadeou um forte processo de mobilização e de solidariedade de trabalhadores de outras fábricas que também aderiram à greve. Em conformidade com o historiador Gizafran, cerca de 6.000 trabalhadores têxteis das fábricas Santa Cecília, São José, Baturité, Ceará Industrial, Siqueira Gurgel, Santa Maria, Santa Elisa e Ibram construíram o movimento grevista. Após a concessão do aumento, firmado entre patrões, empregados, Delegado do Trabalho e Governador do Estado, Paulo Sarasate, vinte

---

<sup>70</sup> HARDMAN, Foot. Imprensa operária, espaço público e resistência. Notas de Leitura. In: *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 304.

e cinco operários foram demitidos e cinqüenta e quatro suspensos na Fábrica Santa Cecília<sup>71</sup>. Essas punições ocorreram, principalmente, contra àqueles operários que se fizeram lideranças durante o processo grevista.

O excerto abaixo transcrito traz aqui fragmentos do debate proposto no sindicato dos têxteis acerca das perseguições aos grevistas:

Em seguida foi facultada a palavra, usando da mesma o companheiro José Ferreira Lima denunciando o expediente usado pelos Senhores empregadores dando mau informações dos companheiros que tomaram parte ativa na greve para que os mesmos não se empreguem nas demais fábricas de Fortaleza sendo obrigados a se ausentarem do Estado. Com a palavra o companheiro Carlos Alberto referindo-se palavras do Companheiro José Ferreira Lima e propondo mais que o Sindicato contribuísse com uma ajuda para a viagem deste e do companheiro Pedro Alcântara. (...) Com a palavra o companheiro Pedro Alcântara agradeceu a todos companheiros presentes e a diretoria deste sindicato especialmente ao Senhor Presidente pelo esforço prestado no sentido de conseguir sua passagem e a do companheiro José Ferreira Lima<sup>72</sup>.

Ao longo desse debate, transcrito acima, José Ferreira Lima e Carlos Alberto falaram do conluio entre empregadores para a não contratação de operários que se mobilizaram e articularam a recente greve. Não havia muitas escolhas para os ativistas da greve: ou enfrentavam a dura realidade de desemprego e subemprego na capital cearense, após terem as portas das fábricas fechadas para eles; ou migravam para lugares cuja influência dos empresários cearenses fosse inexistente.

O trecho da reunião citada demonstra a solidariedade dos dirigentes com os problemas enfrentados pelos grevistas Pedro Alcântara e José Ferreira Lima, com as concessões das passagens e ajuda de custo, mas também transmite a confiança destes em relação ao espaço de debate e ao papel que deve cumprir o sindicato e suas lideranças. Essa ajuda está inteiramente relacionada à intensa militância sindical destes, nos meses que antecederam à greve, em virtude da participação assídua nas reuniões sindicais e, portanto, do estabelecimento de relações com a diretoria sindical.

---

<sup>71</sup> JUCÁ, Gisafran Nazareno. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza*. São Paulo: Annablume: Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará. 2000. p. 60

<sup>72</sup> Ata da reunião do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, 14/10/1956.

Mesmo assim, Pedro e José, somados aos outros grevistas que sofreram ou não punição, tornaram-se exemplos de luta para as demais categorias. Durante o processo de luta por aumento salarial dos têxteis em Fortaleza, articulou-se a idéia de chamar à unidade todas as diretorias sindicais em prol desse debate:

Propôs em seguida que a Diretoria deste sindicato enviasse um abaixo-assinado às fábricas para ser enviado aos responsáveis pelo aumento que ora se discute em âmbito nacional, defendendo um salário de três mil cruzeiros para Fortaleza. Adiantou o Sr. Presidente que era preferível fazer um convite a todos os presidentes de Sindicatos de Fortaleza para realizarem uma reunião e em seguida enviar um telegrama ao Presidente da República neste sentido<sup>73</sup>.

Essa passagem expressa duas escolhas na pauta de discussão: o envio de um abaixo-assinado da diretoria aos donos de fábricas solicitando o aumento e o convite à reunião com a presença de outras lideranças para o envio de um telegrama ao Presidente da República. As estratégias escolhidas para ação sindical, por vezes, eram extremamente burocráticas. As formas que dispunham para pressionar os patrões e o governo eram as mesmas usadas cotidianamente por estes: a escrita de documentos, caracterizados por telegramas e ofícios. Não resta dúvida que esse tipo de estratégia correspondia a uma maneira de expressar opiniões e ao desejo de solução negociada, além de constituir uma tradição brasileira na forma de agir sindicalmente. Todavia, para alcançar reivindicações de parcela do operariado, muitas vezes foi preciso articular outras estratégias a essas, como a consequente greve que estava em processo de organização quando da realização desta reunião.

O interessante do trecho citado era a proposta de ação conjunta com “todos” os sindicatos de Fortaleza. Logo em seguida, aproveitando o ensejo dessa proposta, José Soares, líder têxtil, propôs também “que este Sindicato [se] dirija aos demais Sindicatos de Fortaleza, no sentido de travarem uma luta junto aos poderes constituídos para congelar os gêneros de primeira necessidade”<sup>74</sup>. Nesse sentido, deveria partir da união de diversos sindicatos a construção de lutas que interferissem positivamente no modo de viver dos trabalhadores cearenses. Esse

---

<sup>73</sup> Ata da reunião do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Tecelagem e Fiação de Fortaleza, 27/05/1956.

<sup>74</sup> Idem.

tipo de reunião intersindical era um espaço vital que se abria à partilha de experiências de ação sindical, ao confronto de problemas comuns das diversas categorias profissionais à luz do olhar das lideranças e às estratégias de ação conjunta.

As lideranças sindicais se conheciam mutuamente. A maioria dos sindicatos de Fortaleza se organizava junto à Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Ceará – FTICE. Então, era comum a presença de dirigentes sindicais nas reuniões do Conselho Fiscal e nas Assembléias da Federação, apesar das divergências existentes entre lideranças. Além disso, essas lideranças se congreavam em festas de posse e durante um processo de luta reivindicatória. Ou ainda, pudemos observar, na ata da última reunião de 1954 do Sindicato dos Têxteis, a presença de lideranças como Carlos Jatahy e Honório de Abreu, representantes dos Sindicatos dos Gráficos e dos Trabalhadores em Óleo Vegetal, para comemorar a despedida e chegada do novo ano e, simbolicamente, demonstrar o pacto de unidade àqueles dirigentes e trabalhadores.

O compartilhamento de dificuldades e a solidariedade entre categorias profissionais eram dois elementos presentes no cotidiano das lutas sindicais:

Receberam uma comissão de trabalhadores pertencentes ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Móveis e Madeiras cuja comissão pedia o nosso apoio contra o ato da junta governativa daquele sindicato de fechar as portas do mesmo<sup>75</sup>.

A comissão referida acima possivelmente percorreu outros sindicatos do pólo industrial de Fortaleza, nas cercanias dos bairros Jacarecanga e Centro. O fechamento daquele sindicato afligia seus associados e, como estratégia para impedir essa ação, era proposta a ação conjunta entre sindicatos para mobilizar e sensibilizar os órgãos públicos.

Em consonância com a vontade de ação conjunta, em 1957, outras lutas ensaiaram perspectivas de cooperação entre sindicatos, podendo destacar a luta em defesa da estabilidade do emprego e pela resolução de problemas urbanos de Fortaleza, como o aumento de preços no transporte público rodoviário e a extinção

---

<sup>75</sup> Ata da reunião do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, 18/12/1955.

de postos de distribuição da Comissão de Abastecimento e Preços - COAP. Examinaremos com um pouco mais de afinco essas lutas.

#### 1.2.1.2. EM DEFESA DA ESTABILIDADE NO EMPREGO

O artigo 492 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT previa a estabilidade no emprego após dez anos de trabalho na mesma empresa, após esse período somente se tornava permitido demissões por falta grave, necessariamente comprovada, o que beneficiava sensivelmente o trabalhador. Este artigo, que fora revogado da CLT pela Constituição Federal de 1988, ainda em vigor, já era alvo de questionamentos e conflitos nos anos de 1950.

O questionamento contra a estabilidade veio à tona, em 1957, com a inserção desse tema no encontro organizado pela Confederação Nacional das Indústrias realizado no Rio de Janeiro, nos dias 29 a 31 de janeiro. O objetivo das classes produtoras se fazia em extinguir o direito à estabilidade, cuja alegativa, de acordo com o jornal comunista cearense *O Democrata*, era de que, normalmente, esse artigo vinha sendo descumprido na prática.

Entretanto, a tentativa de revogar esse direito sofreu forte resistência dos trabalhadores e lideranças sindicais. Em nível nacional, a Confederação dos Trabalhadores nas Indústrias (CNTI) articulou movimento em defesa desse direito, o que implicou movimentação sindical nas diversas regiões do País. Para informar sobre o debate a nível local, a reportagem do jornal *O Democrata* procurou entrevistar lideranças sindicais a esse respeito:

Líderes sindicais falam à reportagem sobre a importante questão que agita os meios trabalhistas do país – um direito inalienável. (...) ouvimos inicialmente o Sr. Francisco Nogueira, Pres. do Sindicato dos Comerciários de Fortaleza. – A pretensão da CNI é um absurdo. O artigo 492 da Consolidação das Leis de Trabalho, que consagra o direito à estabilidade, é, a meu ver, um dos mais avançados de toda a nossa legislação trabalhista. (...) e porque entendo que a medida empleitada – a derrubada do art. 492 – se fosse efetivada prejudicaria a todos os trabalhadores, inclusive aos comerciários, é que estou disposto a emprestar todo o meu apoio a

qualquer campanha que venha a ser promovida visando à defesa desse direito<sup>76</sup>.

O cerceamento de direitos trabalhistas uniu as lideranças sindicais da capital cearense. Apesar da campanha da revogação do direito à estabilidade, encampada pelas classes produtoras, os organismos sindicais propuseram e incentivaram a mobilização dos trabalhadores em Fortaleza. A reportagem de *O Democrata* procurou ouvir lideranças sindicais, a exemplo do comerciário Francisco Nogueira. Sob o olhar deste, o artigo 492 da Consolidação das Leis do Trabalho caracterizava-se em um dos principais avanços da legislação trabalhista, que atingia a todos os trabalhadores. De antemão, o líder comerciário se prontificou a encampar qualquer mobilização em prol à defesa da estabilidade.

Em seguida, o jornal entrevistou também Eliseu Castelo Branco, Presidente do Sindicato dos Carris Urbanos, que comentou: “- é uma vergonha. É uma vergonha que nessa época em que vivemos, quando os trabalhadores procuram ampliar os seus direitos, pretendem restringi-los<sup>77</sup>”. Os trabalhadores estavam em vias de perder um bem material conquistado à luz da regulamentação das relações entre capital e trabalho. Além disso, o fim da estabilidade assumia o caráter da legalização do desemprego.

O movimento sindical encampava a luta para a consolidação e ampliação das leis trabalhistas, ao mesmo tempo em que empresários descontentes com as concessões feitas pelo governo à manutenção de segurança do trabalhador empregaram medidas e pressionaram o governo a fim de manterem privilégios na acumulação do capital.

A luta em defesa do direito de estabilidade tomava proporções nacionais e, embrionariamente, trazia no seu bojo a aliança intersindical cearense. O debate em torno dessa questão suscitou o esforço da atuação sindical coordenada. Os sindicatos mobilizaram forças para se unirem, discutindo os problemas referentes à exploração do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores:

Importante Reunião dos Presidentes de Sindicatos – Está marcada para amanhã uma importantíssima reunião de todos os presidentes de Sindicatos de Fortaleza, com o objetivo de tratar da questão da

---

<sup>76</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 26/01/1957.

<sup>77</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 26/01/1957. P. 1.

estabilidade – direito que vêm sofrendo o ataque cerrado das entidades patronais. A reunião será realizada às 19:30 na sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem, à rua Agapito dos Santos, 741<sup>78</sup>.

O encontro de todos os presidentes de Sindicato atribuiu formas autônomas de organização, utilizando não mais o espaço da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Ceará - FTICE, mas de um dos sindicatos participantes. Esse tipo de reunião se configurou em esforço continuado de organização intersindical e encontrou lugar em 1957, durante o período que antecedeu a criação do Pacto Sindical, o que demonstrava interesse de ação coordenada das lutas dos trabalhadores cearenses e interesses políticos do Partido Comunista, que visava expandir sua base de atuação junto ao movimento sindical.

#### **1.2.1.3. TRABALHADORES LUTAM CONTRA PROBLEMAS URBANOS: TRANSPORTE E ALIMENTO**

Os casos do aumento do valor do transporte urbano e a extinção dos postos de distribuição da Comissão de Abastecimento e Preços (COAP)<sup>79</sup> também encetaram meios de organização coordenada do movimento sindical cearense. Durante os meses iniciais de 1957, o jornal comunista *O Democrata* informava aos seus leitores sobre o cotidiano das condições de vida nos bairros de trabalhadores de Fortaleza, a saber: carestia de vida, crescente mortalidade infantil na capital cearense, precariedade do transporte público, dentre outros temas.

Em se tratando do transporte público, a frota obsoleta e de quantidade ínfima não supria as necessidades dos trabalhadores que moravam na periferia da cidade e que precisavam do transporte diário para a sua locomoção às fábricas e empresas do Centro da cidade. Para discutir o problema, o jornal comunista trazia em letras garrafais: “30 mil moradores da Zona de Vila Brasil “servidos” por três

<sup>78</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 14/05/1957. P.4

<sup>79</sup> A Comissão de Abastecimento e Preços correspondia ao órgão estadual auxiliar da Comissão Federal de Abastecimento e Preços – COFAP, instituída no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio pela lei 1.522, de 26 de dezembro de 1951.

ônibus<sup>80</sup>”. De acordo com a reportagem, apenas três ônibus atendiam aos moradores da Vila Peri, Vila Brasil, Parque São José, Itaperi e Parque Bonsucesso, nas cercanias de Parangaba.

Além disso, o jornal comunista denunciava a ação de empresários de ônibus, que em virtude de querer garantir o aumento do valor da passagem, articulavam maneiras de tornar necessário esse aumento, precarizando ainda mais a situação da frota de ônibus da capital. O *Democrata* denunciou esse tipo de atuação, como mostra a reportagem a seguir:

No Campo de Aviação, justamente onde funcionam os ônibus do Sr. José Maria, paladino dos empresários, e elemento que sempre age com grande ousadia, nos casos de aumento, registrou-se hoje um caso revoltante: a empresa São Francisco, daquele proprietário chegou a retirar os ônibus da circulação depois de infligir uma prolongada massada (sic!) aos passageiros<sup>81</sup>.

A artimanha do empresário José Maria de retirar ônibus de circulação e a ameaça de aumento no valor dos transportes coletivos geraram um sentimento de revolta nas lideranças sindicais e a necessidade de atuação sindical coordenada. A tônica do debate entre lideranças sindicais, quanto ao aumento das passagens, caía na necessidade de transporte público, visto como benefício dos trabalhadores e meio de garantir a presença destes em seus locais de trabalho.

A discussão sobre o aumento de passagem do transporte urbano em Fortaleza foi colocada na mesa de debates das organizações sindicais. 31 presidentes de Sindicatos discutiram o problema e, de forma unânime, “condenaram a concessão de todo e qualquer número neste tocante<sup>82</sup>”. O jornal comunista noticiou algumas das estratégias que seriam usadas por esses dirigentes. Após a reunião:

(...) Foi imediatamente organizada uma numerosa comissão que se dirigiu aos jornais e estações de rádio, onde tiveram oportunidade de expressar suas opiniões e de fazer protesto contra a ameaça que ora pesa sobre a população. (...) não ficariam só nisso, e que iriam realizar uma grande assembléia hoje, a fim de discutirem as gestões

<sup>80</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, /1957.

<sup>81</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 21/05/1957. P. 4

<sup>82</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 19/06/1957. P.1



que estão sendo realizadas entre a Câmara Municipal e os donos de ônibus, e na base das mesmas, traçarem os planos de mobilização dos trabalhadores para a luta contra esse novo e revoltante golpe que se planeja contra a exangue economia popular.<sup>83</sup>

As lideranças utilizaram estratégias de propaganda, na tentativa de obter espaço na grande imprensa para divulgar suas idéias, e de mobilização; assim, organizaram uma assembléia com a presença de trabalhadores, a fim de articular um movimento que pudesse fazer frente aos interesses dos empresários de ônibus e destituir a idéia do aumento.

Não identificamos a realização de passeata ou outra forma explícita de ação que contasse com um número elevado de trabalhadores, entretanto, podemos perceber que, ao longo desse processo, essas lideranças foram aprimorando as estratégias de ação conjunta. Além disso, os dirigentes sindicais firmaram, no decorrer dessa caminhada, novas alianças.

No caso da pretensa extinção dos postos de distribuição da Comissão de Abastecimento e Preços - COAP, as lideranças também se mobilizaram. Este órgão representava a inserção direta do Estado nas relações econômicas, regulando o tabelamento de preços e a distribuição de produtos ao consumo da população. Os postos de distribuição da COAP visavam evitar a especulação e o açambarcamento, ao venderem produtos, a preços tabelados, aos estabelecimentos comerciais e, em último caso, aos próprios consumidores<sup>84</sup>.

O jornal comunista destacou a movimentação das lideranças sindicais em defesa da COAP: “A existência da COAP interessa aos trabalhadores e ao Povo: Os sindicatos de Fortaleza lutarão contra os que querem eliminar o controle e impedir a intervenção do Estado no abastecimento<sup>85</sup>.” As práticas sindicais, para além das relações trabalhistas, demonstravam o interesse em forjar um projeto de sociedade, que, aos olhos das lideranças, trouxessem benefícios e melhoras nas condições de vida dos trabalhadores.

Nesse momento, as reuniões intersindicais encontravam lugar no Sindicato dos Bancários e seguiam semanalmente, conquistando a adesão continuada de um número expressivo de lideranças sindicais:

---

<sup>83</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 19/06/1957. p. 1.

<sup>84</sup> Lei 1.522, de 26 de dezembro de 1951. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=108079>. Acesso em 10/08/2009.

<sup>85</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 11/09/1957.

Reunião e Debate – A fim de debater o assunto e acertar planos visando defender a sobrevivência da COAP vão os presidentes de sindicatos de trabalhadores de Fortaleza realizar hoje às 19:30 horas, no Sindicato dos Bancários, uma reunião ampla com o presidente daquele órgão Dr. Edgard Leitão Ferreira, a seguir realizar-se-á um debate sobre os postos de abastecimento da COAP entre os líderes sindicais e o presidente do órgão controlador dos preços, debate esse que será irradiado pela rádio Verdes Mares. Para os referidos atos estão sendo convidados todos os líderes sindicais desta capital e demais pessoas interessadas, esperando-se venham os mesmos obter pleno êxito<sup>86</sup>.

Podemos verificar, à luz da fonte citada acima, que a ação coordenada das lideranças sindicais conquistava legitimidade perante os órgãos de imprensa e governo, tanto pelo fato da presença do presidente da COAP, quanto pela transmissão do debate pela rádio Verdes Mares. O caráter amplo, com o chamamento de todos os líderes e populares interessados, proporcionou maior adesão à reunião:

A solidariedade dos servidores públicos – Em meio a reunião deu entrada no recinto uma comissão de representantes das principais associações de servidores públicos de nosso Estado, a qual aliando-se aos líderes sindicais foi emprestar a solidariedade e o apoio do funcionalismo federal à campanha que visa salvaguardar a COAP. A comissão estava formada pelos presidentes das seguintes associações de servidores públicos, tendo a frente o Dr. Dager Serra: da Associação dos Servidores do DNERU [Departamento Nacional de Endemias Rurais]. Da Assoc. de Servidores do Fomento Agrícola e da entidade líder, no caso a Associação dos Servidores Públicos Federais, da qual é presidente o Dr. Dager Serra. Também a Assoc. Beneficente de Porangabussu, representado pelo professor Antonio dos Santos Teixeira esteve presente solidarizando-se com a campanha<sup>87</sup>.

A solidariedade e o apoio dessas Associações de Servidores Públicos quanto à campanha representaram a formação do cerco de alianças e a consolidação das lideranças que iriam participar do Pacto Sindical. A partir dessa reunião, os dirigentes sindicais formaram as bases para a realização do Congresso dos Trabalhadores do Estado do Ceará.

<sup>86</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 11/09/1957.

<sup>87</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 12/09/1957.

### **1.3. CONFLITOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO PUS**

#### **1.3.1. PACTO X FEDERAÇÃO**

A democratização política do pós-1945 contribuía para a crescente organização das camadas populares, incluindo a participação ativa dos trabalhadores, o que provocava tensões com setores políticos tradicionais, de base muitas vezes ruralista, porque as demandas e as aspirações das classes populares divergiam daqueles das elites tradicionais, também em choque com o projeto desenvolvimentista em voga no país. Além disso, as demandas populares, como o voto ao analfabeto, a extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo, dentre outras, não poderiam mais ser postas de lado no cenário da luta política.

Nesse contexto, os trabalhadores colocaram em pauta, de forma cada vez mais organizada, suas reivindicações, que correspondiam a benefícios materiais e a valorização social do trabalhador, mas também construíram espaços de sociabilidade que possibilitaram a interação e o protesto. Dentre esses espaços, podemos citar os congressos e as organizações intersindicais. Como vimos anteriormente, ambos fizeram parte das estratégias de luta utilizadas pelas lideranças sindicais cearenses, afinadas com um programa nacional-estatista, durante o final dos anos de 1950.

Em certa medida, as lideranças sindicais que promoveram a realização do I Congresso dos Trabalhadores do Estado do Ceará conquistaram legitimidade frente a diversos setores da sociedade. A presença de personagens ilustres da política local deu ares de consolidação da aliança e de projetos compartilhados entre governistas e líderes sindicais. A imagem simbólica de conciliação entre dirigentes sindicais e governo foi expressa nas páginas do editorial do Unitário. Em conformidade com o jornal:

Está se reunindo nesta capital o Congresso dos Trabalhadores do Ceará, movimento da mais larga repercussão no seio da classe operária.

Merece, sem dúvida alguma, os melhores aplausos, o esforço dos dirigentes dos diversos sindicatos de trabalhadores do Estado no sentido de debater os seus problemas num clima de harmonia e de compreensão.

Aliás, a legislação trabalhista brasileira, uma das mais altas conquistas do movimento revolucionário de 30, sempre se orientou no sentido de evitar conflitos entre o capital e o trabalho, forças, realmente, antagônicas na estrutura da economia<sup>88</sup>. (...)

O tom do debate, proposto pelo jornal, era harmonizar as relações sociais entre classes de interesses antagônicos. Com a finalidade de discutir temas em respeito à ampliação e ao cumprimento das leis trabalhistas, o Congresso, nesse aspecto, repercutiu de forma favorável nas páginas da imprensa liberal. O excerto acima encarna a apropriação que é feita da legislação trabalhista que visava evitar os conflitos de classe, com as demandas de controle sobre as organizações dos trabalhadores.

Apesar da suposta tranquilidade expressa nas páginas dos jornais, o I CTEC e a criação do Pacto de Unidade Sindical se confrontaram com interesses de outras lideranças e organizações sindicais, particularmente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Ceará (FTICE). Desde a sua fundação em 30/11/1950, a FTICE se manteve em poder de lideranças sindicais situacionistas e burocratizadas, sem inserção nas lutas operárias. Cumpria um papel conciliatório entre trabalhadores e patrões e era um instrumento de setores conservadores do governo. Nos anos que se seguiram ao I CTEC, indícios sugerem que a FTICE se aliava a setores conservadores orientados pela Arquidiocese de Fortaleza, representado na Federação dos Círculos Católicos e Trabalhador Unido, ambos tendo à frente Aduino Fernandes de Oliveira<sup>89</sup>. Nesse sentido, esses grupos aliados procuravam inibir o crescimento de setores do movimento sindical ligados ao pessoal mais à esquerda.

A criação de uma instituição de classe de caráter horizontal, como o Pacto de Unidade Sindical, por outro lado, possibilitava congregar maior número de sindicatos, de categorias das mais diversas, enquanto a FTICE reunia apenas os sindicatos de trabalhadores nas indústrias, respeitando as normas da estrutura sindical de verticalização do movimento operário. Dessa forma, o campo de atuação

<sup>88</sup> Jornal *Unitário*, Fortaleza. 12/12/1957.

<sup>89</sup> Jornal *O Povo*, Fortaleza, 09/05/1963. Nota Oficial – Federação dos Círculos Operários e O Trabalhador Unido. p.2 e p.8.

política do PUS era bem mais abrangente. Além disso, apesar de procurar o reconhecimento do governo para conquistar legitimidade de atuação, o PUS agiria à margem da estrutura sindical e gozaria de autonomia ideológica e, de certa medida, financeira em relação ao governo. Isso impôs sério temor à classe dirigente, apesar de que o programa do Pacto, proposto no I CTEC, não se diferia das práticas sindicais do grupo que liderava a FTICE, pois se encontrava dentro da proposta programática do trabalhismo de Getúlio Vargas.

Estavam em jogo, naquele momento, a disputa pela direção do movimento sindical cearense e o crescimento da participação de setores ligados aos comunistas naquele movimento. Por isso, a FTICE não mediu esforços na tentativa de implodir o Congresso e a construção do PUS. A primeira estratégia utilizada se referiu ao boicote à realização do Congresso dos Trabalhadores. Antônio Alves da Costa, presidente da Federação, e demais diretores, enviaram, em nome da FTICE, inúmeros telegramas aos sindicatos do interior do Ceará chamando a não-participação ao Congresso. Informavam sobre o falso adiamento do Congresso dos Trabalhadores, que seria organizado pela Federação dentro em breve.

As denúncias contra o boicote da Federação foram destaques no jornal comunista *O Democrata*:

E só não houve uma participação de trabalhadores de outras cidades como Sobral é devido à atuação do Sr. Antonio Alves que à última hora endereçou ofício aos sindicatos de Sobral, informando de um adiamento inexistente do Congresso. De qualquer modo, o I CONGRESSO DOS TRABALHADORES trouxe a indestrutível unidade em nível mais elevado de todos os trabalhadores da capital e abriu caminho para uma futura frente única sindical, com a participação de todos os sindicatos do interior do Estado<sup>90</sup>.

O Congresso dos Trabalhadores e o Pacto Sindical não representavam na esfera do trabalho a unidade de todos os trabalhadores como queriam as suas lideranças. O PUS se colocava em disputa pela direção do movimento sindical cearense e buscava a aceitação do seu programa junto aos trabalhadores. Entretanto, neste momento, os esforços da diretoria do Pacto concentravam-se no ambiente próprio dos sindicatos para ampliar e consolidar a adesão de

---

<sup>90</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 12/1957.

representantes sindicais. Essa ação do Pacto entrou em conflito direto com a Federação que tentava inibir a adesão de sindicatos à intersindical recém-instituída.

O boicote da FTICE teve repercussão imediata entre os delegados sindicais do Congresso que votaram uma moção em repúdio a Antonio Alves da Costa, Pres. da FTICE, e, durante as reuniões sindicais posteriores ao conclave, denunciaram a atuação da Federação. José Valdenor Queiroz, delegado sindical têxtil, na primeira reunião do Sindicato dos Têxteis posterior ao conclave, abordou, em retrospectiva à sua atuação no Congresso, a importância da realização e das resoluções do mesmo. Contudo, o secretário do sindicato, ao escrever a ata da reunião, enfatizou em sua fala principalmente a moção de repulsa ao presidente da Federação:

Usou da mesma [da palavra] inicialmente o companheiro José Valdenor Queiroz que fez uma prestação de contas, como delegado ao Primeiro Congresso de Trabalhadores do Estado do Ceará, falou sobre sua importância e as resoluções tomadas no mesmo. Finalizando, disse que o Congresso votou por unanimidade um voto de repulsa a Antonio Alves da Costa como pedindo o seu afastamento ao Tribunal Regional do Trabalho, pois o mesmo procurou sabotar o Congresso por todas as maneiras e conclui dizendo que Antonio Alves da Costa é o maior inimigo dos trabalhadores<sup>91</sup>.

Para o secretário, era preciso demonstrar que Antonio Alves da Costa não estava sintonizado com as propostas do movimento sindical cearense combatente e, nesse contexto, estaria do lado oposto aos trabalhadores, definindo-o como seu maior “inimigo”. Além disso, os sindicalistas desenvolveram iniciativas para expulsar Antonio Costa da direção da Federação. As denúncias ao referido dirigente não se restringiram ao plano local.

Carlos Jatahy, Presidente do Sindicato dos Gráficos de Fortaleza, em atividade intersindical em São Paulo, por exemplo, ao debater sobre a ação da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias (CNTI), denunciou as artimanhas de Antonio Alves da Costa, que à época era representante desta Confederação, que objetivavam impedir a articulação do movimento intersindical no Ceará<sup>92</sup>. A ida de Carlos Jatahy a São Paulo reflete também as iniciativas de

<sup>91</sup> Ata da reunião do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, 29/12/1957.

<sup>92</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 13/02/1958.

articular o movimento sindical a nível nacional, o que ampliou o debate, a mobilidade sindical e a troca de experiências.

Os comunistas, utilizando vultosos espaços no jornal *O Democrata*, seu principal instrumento de propaganda ideológica, não mediram esforços para denunciar os ataques sofridos quanto à organização do I CTEC. Após quase 15 dias da realização do evento, este jornal noticiou que “Líderes sindicais de Sobral foram iludidos em sua boa fé<sup>93</sup>”:

Essa ausência [de lideranças sindicais de Sobral] deve-se tão-somente à ação nefasta de Antonio Alves da Costa, o inimigo fidagal dos trabalhadores cearenses. Com o propósito odioso de sabotar o Congresso o referido pelego não mediu esforços. Usou e abusou da intriga e da calúnia, armas de sua preferência. E, se não conseguiu seus intentos, afastando os trabalhadores do Congresso de classe, conseguiu, no entanto, enganar a alguns menos esclarecidos, arredando-os do importante conclave<sup>94</sup>.

Os dois sindicalistas de Sobral, em passagem por Fortaleza, revelaram o motivo que os fizeram se ausentar do Congresso:

é que haviam recebido uma comunicação de Antonio Alves da Costa dizendo que o Congresso *era político, era dos comunistas*. [grifos meus] Que se aguardassem que o outro congresso (não se sabe que congresso é esse) iria ser dentro em breve realizado em Fortaleza<sup>95</sup>.

Essa passagem expressa a divisão entre questões trabalhistas e políticas, que para o pensamento dominante não faziam parte de um mesmo processo. O principal recurso da reação conservadora foi a utilização de propaganda anticomunista, ao passo que os próprios militantes não se diziam comunistas em eventos como esse. No entanto, o contexto político passava por transformações intensas e velozes, os líderes não mais precisavam entregar um atestado ideológico para concorrer às eleições sindicais e repercutia, entre setores do judiciário e da segurança pública nacional, iniciativas de reconhecimento do movimento comunista. Orlando Bonfim Júnior<sup>96</sup> discutiu, em artigo publicado no jornal *O Democrata*,

<sup>93</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 27/12/1957.

<sup>94</sup> Idem.

<sup>95</sup> Id. Ibidem.

<sup>96</sup> Orlando Bonfim Júnior era jornalista, advogado, diretor da revista *Novos Rumos* até seu fechamento em 1964 e principal comunicador nacional do PCB. Nasceu em 13/01/1915 e foi preso

intitulado “O direito de ser comunista”<sup>97</sup>, sobre o pronunciamento de Danilo Cunha Nunes, Diretor da Polícia Política e Social, que declarou que “ser comunista e afirmá-lo oralmente ou por escrito em cartório ou em juízo não constitui crime, entre nós no Brasil.” Esse reconhecimento foi um importante passo para a consolidação da atuação do Partido Comunista nos meios sindicais durante os anos iniciais de 1960, apesar da contínua e intensa política anticomunista.

Contudo, do discurso à prática havia um longo caminho a percorrer. Para que o PUS fosse reconhecido e se tornasse um legítimo instrumento de luta, os trabalhadores precisavam fazer essa experiência ao lado das lideranças comunistas na construção do novo organismo de classe.

### 1.3.2. DISPUTA SIMBÓLICA

O confronto entre integrantes do PUS e da FTICE também permeou o universo simbólico das relações sociais. Um boletim intitulado “Vampiros Vermelhos” percorreu, de mão em mão, ruas do centro urbano de Fortaleza. Esse boletim agredia verbalmente um conhecido líder sindical: Carlos Jatahy, Pres. do Sindicato dos Gráficos, que à época se colocava como candidato às eleições de 1958. A réplica a esse manifesto anônimo foi escrita por Raimundo Lopes Gondim nas páginas do jornal *O Democrata*:

Indivíduos anônimos investiram, agora, contra o companheiro Carlos Jatahy, através de um boletim, que bem retrata a falta de coragem de que revestem esses indivíduos que se arvoram em defensores da classe operária.

O boletim reflete, acima de tudo, o desespero dos trabalhos humanos, que se viram fracassados em todas as tentativas para sabotar os movimentos sadios dos trabalhadores do Ceará.

Fracassaram quando tentaram sabotar o Congresso dos Trabalhadores. Fracassaram quando quiseram aniquilar o Pacto de Unidade. Fracassaram, quando procuraram representar a ridícula comédia de uma intervenção.

Agora se voltam para o anonimato, procurando achincalhar os líderes sindicais, os verdadeiros líderes que têm coragem de defender os

---

em 09/10/1975, quando se integrou à lista de desaparecidos políticos durante a ditadura brasileira, desencadeando pela imprensa nacional uma forte luta contra as atrocidades do referido regime.

<sup>97</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 12/02/1958.



trabalhadores, em todas as circunstâncias, e não se escondem no anonimato para, assim acobertar, assacar a quem quer que seja. Quando os líderes sindicais agem, fazem-nos às claras como homens dignos, de responsabilidade, e não como traidores<sup>98</sup>.

Conforme Ferreira, com base em outros autores, “a legitimidade do poder, portanto, reside em sua capacidade de emitir e manejar uma série de imagens e símbolos que expressem crenças comuns, normas de bom comportamento e papéis sociais”<sup>99</sup>. Um dos recursos no manejo de imagens diz respeito à noção de teatralização da política, que corresponde, dentre outros, ao processo de construção e desconstrução de imagens ilusórias em torno de personagens reais. Para Thompson, o teatro é um componente do controle político ou do protesto, este último encenado como contrateatro pelos dominados<sup>100</sup>. A teatralização da política, nesse sentido, pode ser visto como um dos recursos de poder que procura legitimar a hegemonia cultural.

O que podemos analisar do boletim “Vampiros Vermelhos” é apenas o seu título, que transmite relevante significado simbólico, e também o que foi absorvido pela réplica comunista, devido o documento em si ter se perdido para a história. Se fizéssemos alusão a alguma peça teatral contemporânea sobre vampiros, o título combinaria perfeitamente. No entanto, ao caracterizar líderes sindicais cearenses, percebemos a criação de uma imagem simbólica altamente desqualificadora, que remete ao obscurantismo e associa os dirigentes sindicais a seres sobrenaturais que sugam as forças das pessoas de “boa índole”. A partir da criação de símbolos, a reação conservadora procurava implodir e mitificar a ação das novas lideranças, dissociando uma possível adesão operária ao novo organismo intersindical.

Raimundo Gondim, em sua réplica, elabora seu texto descrevendo passo a passo as estratégias utilizadas pela Federação para impedir a organização de trabalhadores avessos à política conservantista: boicote ao Congresso, tentativa de impedir a organização do Pacto de Unidade Sindical e intervenção sofrida pelo Sindicato dos Metalúrgicos. O texto ordena os passos de uma trama bem elaborada. Encena o drama que sucumbiu a uma “ridícula comédia”, por usar estratégias que,

<sup>98</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 15/03/1958.

<sup>99</sup> FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista*. Op. Cit. p. 168.

<sup>100</sup> THOMPSON, E.P. Folclore, antropologia e história social. IN. *A peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas/ São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

para ele, não condiziam mais com as formas de relação entre Estado e organização de trabalhadores naquele contexto histórico; como era o caso da intervenção sindical, prática, de controle extremo e arbitrário, retirada de cena após os anos de truculência do governo Dutra, mas que, vez por outra, na intensidade do conflito, teimava em aparecer.

A réplica, tecida por Gondim, se utilizou da criação de bens simbólicos para qualificar os “verdadeiros” líderes da classe operária em contraposição aos seus “traidores”. Os “verdadeiros” líderes são “corajosos”, “homens dignos” e de “responsabilidade”, valores caros aos trabalhadores. Apesar do boletim “Vampiros Vermelhos” ser um documento anônimo, a identificação do seu escritor e divulgador apareceu de imediato: o “inimigo da classe” era Antonio Alves da Costa. Como mostra o excerto:

Nessa comédia de saltimbancos, aparece a figura ridícula de Antonio Alves da Costa, que já perdeu a noção da dignidade. Ele mesmo se encarregou de distribuir, na cidade os boletins, fazendo comentários jocosos, como se isso fosse uma atitude de desprendimento, em benefício dos trabalhadores...

Ao contrário, distribuindo boletins do jaez do que corre agora pela cidade, encontrou ele o seu verdadeiro lugar. Como distribuidor de porcarias e de sujeiras, está no seu ‘right place’<sup>101</sup>...

O termo saltimbancos aqui pode fazer menção a dois significados: o primeiro, com significância teatral, “parte integrante de um elenco de artistas populares itinerantes”; e, o segundo, com sentido depreciativo, como “homem sem opiniões seguras, que não merece confiança nem consideração.” A ridiculização de Antonio Alves da Costa se deve a ação “indigna” protagonizada por ele em distribuir os boletins associados a comentários de deboche. Ali, segundo Raimundo Gondim, Antonio Costa encontraria seu “verdadeiro” lugar, longe da atuação sindical.

De acordo com Ferreira, “os bens simbólicos de caráter político são disputados entre governo e oposição, dominantes e dominados”<sup>102</sup>. Com base em recursos provenientes da encenação teatral, lideranças sindicais situacionistas e de oposição manejaram imagens de caráter simbólico em torno dos valores envolvendo

<sup>101</sup> Jornal *O Democrata*, Fortaleza, 15/03/1958.

<sup>102</sup> FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista*. Op. Cit. P. 168.

o “bom líder sindical”. A criação desse tipo de modelo exemplar pode ser visto como uma forma de legitimar as relações sociais<sup>103</sup>.

### **1.3.3. INTERVENÇÃO NO SINDICATO DOS METALÚRGICOS E CONFLITOS ENTRE PUS E FTICE**

Como vimos, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Ceará – FTICE se apropriou de diferentes mecanismos, de ordem simbólica, ideológica e repressiva, para tentar impedir a organização coordenada de lideranças cearenses de esquerda. Nesse ínterim, o Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Ceará sofreu intervenção do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dias após a realização do I Congresso dos Trabalhadores do Estado do Ceará, que criou o Pacto Sindical. A intervenção sindical pode ser considerada a medida mais arbitrária no que tange ao interesse de controle sindical empregada naquele momento. No entanto, a FTICE não encontrou legitimidade para dar sustentabilidade e prosseguimento à intervenção que logo foi atacada e revogada.

A intervenção sindical, entendida como forma de impedir a livre organização sindical e a escolha de líderes pelos trabalhadores, foi uma prática política bastante usada antes de João Goulart assumir o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio – MTIC, em 1953. De acordo com Ferreira, com base no depoimento de Raul Ryff, assessor de imprensa de Goulart, os sindicalistas ligados ao governo e ao PTB, depois de sofrerem derrotas nas urnas, solicitavam a intervenção nos sindicatos, impedindo a nomeação da nova diretoria eleita pelos trabalhadores. Com o não-atendimento a esses pedidos de intervenção, Goulart conquistava aliados no campo da esquerda, principalmente os comunistas, e modificava o perfil das lideranças do seu próprio partido. Contudo, outras lideranças afinadas com essa tradição de repressão ao movimento sindical de oposição continuavam a demandar esse tipo de mecanismo.

---

<sup>103</sup> Idem, p. 168.

A imprensa local não concedeu destaque à intervenção do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Fortaleza, silenciando o referido acontecimento. Em meados de 1957, já se instalara uma crise nesse sindicato, com a tentativa de intervenção. De acordo com o jornal *O Povo*, um grupo de oposição à atual diretoria entregou requerimento ao Delegado Regional do Trabalho com o pedido de destituição da diretoria e de realização de uma assembléia geral dos trabalhadores daquela categoria profissional. A oposição justificou o pedido em virtude dos representantes eleitos descumprirem um regulamento estatutário para chamar a assembléia geral<sup>104</sup>.

A disputa interna pela direção do Sindicato dos Metalúrgicos teve seu auge justamente após a realização do Congresso dos Trabalhadores, quando finalmente o Estado interveio na organização de classe. Entretanto, sob a organização e o apoio de outros sindicatos, essa intervenção não logrou êxito. Pedro Barbosa e os demais diretores deste sindicato foram expoentes na organização do Congresso dos Trabalhadores e do Pacto de Unidade Sindical. A intervenção consistia em mais uma estratégia de desmobilizar a atuação sindical cearense afinada com programa de esquerda.

Com os ataques ao Congresso dos Trabalhadores e ao Pacto de Unidade Sindical proferidos pela Federação, os sindicatos, que participaram da organização do primeiro e votaram a aprovação do segundo, passaram a ser disputados por ambas as organizações: Pacto e Federação. Dentre as lideranças presentes, a diretoria do Sindicato dos trabalhadores na Indústria de Construção Civil escreveu uma nota tecendo inúmeras críticas ao Pacto Sindical. Em contrapartida, os dirigentes do Pacto divulgaram nota oficial no jornal *O Democrata* para fazer a defesa da organização, como mostra abaixo:

Nota Oficial: Com referência, à nota publicada pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil, declaramos o seguinte:

- 1- O PACTO jamais se afastou de suas reais finalidades e continua defendendo intransigentemente os interesses dos trabalhadores, como no recente caso da Intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos – JÁ REVOGADA, e a maior prova da eficiência do nosso trabalho, é o combate e as intrigas contra ele desencadeadas pelos conhecidos e desmoralizados inimigos dos trabalhadores.

---

<sup>104</sup> Jornal *O Povo*, Fortaleza. 14/08/1957.

- 2- A diretoria foi escolhida e aclamada na mesma sessão do I Congresso que o [ilegível], contando inclusive com o voto da representação do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, que estando presente nada objetou.
  - 3- O que tem causado surpresa aos mirandas, é que no Pacto, eles não encontraram e nem encontrarão ambiente para explorar os trabalhadores, nem para endeusar pessoas que nada fazem pelo operariado.
  - 4- Desafiamos o Sr. José Miranda de Oliveira a provar, que em qualquer época, o Pacto dirigiu ataques a pessoa do Exmo. Presidente da República, sob pena de ser desmascarado como MENTIROSO VULGAR. (grifos nossos)
  - 5- Desafiamos, igualmente ao Sr. Miranda a submeter sua Nota a votação no seu próprio Sindicato, pois é conhecido que o referido indivíduo age discricionariamente, sem ouvir os associados da entidade de classe.
- Fortaleza, 14 de fevereiro de 1958. A DIRETORIA<sup>105</sup>

A nota acima transcrita, documento discutido e aprovado pela diretoria do Pacto Sindical e por isso oficial, é um objeto que defende a legitimidade desta intersindical, lida como instrumento de luta dos trabalhadores aprovado na principal instância da democracia entre sindicatos: o Congresso dos trabalhadores. O texto acima também aponta a valorização da atuação política nos marcos da legalidade, quando a diretoria do Pacto negou os ataques ao Presidente da República e apelou para que tão “difamada calúnia” fosse desmascarada publicamente. Ao mesmo tempo, a nota põe em dúvida a credibilidade do sindicalista José Miranda de Oliveira no interior da própria organização dos operários da construção civil. Nesse sentido, a nota do Sindicato da Construção Civil, objeto de represália do Pacto Sindical, aos olhos da direção da intersindical, se configurou como tomada de posição daquela liderança pelo apoio à Federação.

A disputa não quer dizer afastamento da Federação. Todos os sindicatos eram obrigados a compor a federação de sua categoria e legitimavam essa ação como participantes eleitos para o Conselho Fiscal, em reuniões convocadas por este organismo. Isso dizia muito da hierarquia da estrutura sindical vigente. Contudo, nem sempre o que era sugerido pela Confederação ou Federação era aprovado nos sindicatos. Para citar um exemplo, transcrevemos o seguinte trecho de uma reunião do sindicato dos têxteis:

Explicou o senhor Presidente que tem um ofício da Confederação digo Delegacia da Confederação pedindo para se realizar uma

<sup>105</sup> Jornal O Democrata. Fortaleza, /02/1958.

assembléia com relação ao Decreto nove mil e setenta. Mas por decisão dos oito sindicatos da indústria deliberaram estes não realizar assembléias em virtude das despesas com as mesmas, e também com telegramas. Mas mesmo assim os Sindicatos já fizeram alguma coisa contra o decreto anti-greve como seja uma passeata com o seu enterro simbólico. Decidiram ainda os 8 presidentes de Sindicato (da indústria) não credenciarem o Senhor Antonio Alves da Costa junto a Confederação<sup>106</sup>.

Para além do que previa a legislação trabalhista, os sindicatos, em virtude das continuadas mobilizações por liberdade e autonomia sindicais, conquistaram o direito de escolher suas estratégias de ação e projeto político da entidade. O debate proposto pela Confederação sobre o decreto antigreve já fazia parte do universo de lutas dos sindicatos de Fortaleza, o que não precisava ser endossado pela Federação ou Confederação. As lideranças intersindicais de Fortaleza foram além, optaram pela estratégia de ação direta, o que mobilizou trabalhadores em passeata pelas ruas do centro citadino.

A partir da leitura do excerto acima transcrito, podemos perceber que a ruptura com a proposta política do grupo dirigente da Federação existia antes mesmo de iniciado o Congresso dos Trabalhadores. Essa organização de oito sindicatos de trabalhadores nas indústrias representava os esforços de unir o movimento sindical naquele período com base em um programa de esquerda ao se contrapor na luta contra as direções sindicais “amarelas”.

A disputa e a adesão de sindicalistas entre Pacto Sindical e Federação ocorriam no interior das reuniões sindicais. A diretoria do Sindicato dos têxteis, que em peso apoiava e integrava o Pacto Sindical, possuía lideranças contrárias a essa posição, concedendo apoio e se integrando a Federação. É o caso, por exemplo, do líder têxtil Francisco Forte Soares, Conselheiro Fiscal da FTICE. A seguir a continuidade do debate acerca do ofício emitido pela Delegacia da Confederação:

Com a palavra o companheiro Francisco Forte Soares, diz que o Senhor Presidente está levando o caso por um prisma diferente. Pois quem está aguardando resposta do ofício não é o Senhor Antonio Alves da Costa e sim a Delegacia da Confederação, pois agora é chegado o momento de se lutar contra o Decreto nove mil e setenta. Continuando diz que o Senhor Presidente já lhe desconsiderou, pois foi portador de uma correspondência da Federação e ao entregar ao

---

<sup>106</sup> Ata da Reunião do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, 24/11/1957

Senhor presidente este rasgou a mesma na sua presença e sacudiu no depósito de lixo, não respeitando a sua presença<sup>107</sup>.

A participação de Soares nas reuniões dos têxteis, mesmo representando um setor de discordância da proposta majoritária da direção sindical, justifica-se pela utilização do espaço de debate criado com as reuniões sindicais e pela tentativa de conquistar a adesão de outras lideranças à sua posição. Francisco Fortes Soares apresentou a defesa da Confederação e Federação dos Trabalhadores nas Indústrias. A argumentação dessa defesa se pautou nos conflitos cotidianos experimentados entre lideranças sindicais: a correspondência jogada no lixo e o desprezo à proposta da Confederação. Implicitamente na sua fala, quando diz que o presidente desconsiderou-lhe e desrespeitou-lhe, Soares reverteu os significados negativos dessa atitude para o próprio Raimundo Gondim, pres. do sindicato. Em virtude de não demonstrar atitudes dignas de líder na relação de alteridade, Gondim não merecia consideração e respeito.

As organizações do Congresso e do Pacto de Unidade Sindical acirraram os ânimos dos setores conservadores do movimento sindical. A Federação justificava a sua atuação, utilizando uma política anticomunista e legalista. Francisco Forte, dissidente do Sindicato dos Têxteis, nos dá pista disso:

Continuando o companheiro Francisco Forte disse que o senhor Antonio Alves da Costa apenas telegrafou para os sindicatos do interior do Congresso, dizendo que a Federação não tomaria parte do Congresso. Aparteou o companheiro José Correa de Melo perguntando se o companheiro Francisco Forte podia explicar o afastamento do Senhor Antonio Alves da Costa do Congresso. Explicou o companheiro Francisco Forte que o Senhor Antonio Alves da Costa se afastou do Congresso em virtude de ser presidente de uma entidade de grau superior, ou seja, a Federação e não haviam lhe dado a presidência do Congresso<sup>108</sup>.

Para a Federação, não houve boicote. Os sindicatos do interior tão-somente optaram por não participar do Congresso, em virtude da Federação, organismo hierarquicamente superior, não tomar parte do mesmo. A Federação

<sup>107</sup> Ata da Reunião do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, 24/11/1957.

<sup>108</sup> Ata da Reunião do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, 29/12/1957.

representava a legislação oficial trabalhista, que os trabalhadores reconheciam e legitimavam. A política anticomunista e legalista, nesse sentido, teve repercussão favorável em diretorias sindicais da capital e do interior do Ceará.

Nos dois anos seguintes à formação institucional do Pacto de Unidade Sindical, as lideranças sindicais, com muitas dificuldades, não conseguiram dar continuidade à construção do Pacto, o que levou a sua dissolução momentânea. Isso se deveu ao fato da aceitação da política de setores conservadores do movimento e da conjuntura histórica daquele período.

#### **1.3.4. CRISE DO PCB E DISSOLUÇÃO DO PACTO SINDICAL NO FIM DOS ANOS 1950**

A criação do Pacto Sindical ocorreu sob um contexto social bastante conturbado e de grandes transformações a nível local e internacional. O advento do modelo cubano de revolução, a questão agrária que se colocava na pauta política como um problema importante a ser resolvido, as agitações das ligas camponesas no interior nordestino, as migrações de retirantes da seca de 1958/59, a carestia de vida, o sistema financeiro inflacionário e a reestruturação do Partido Comunista influenciaram diretamente sobre as escolhas políticas e as ações das lideranças sindicais do Pacto.

Esse contexto também impôs uma série de dificuldades de organização, principalmente, à atuação dos comunistas a frente da entidade. Os militantes comunistas estavam com olhos e ouvidos voltados para a crise internacional. No final dos anos de 1950, iniciou-se uma intensa discussão sobre qual política deveria ser adotada pelo Partido Comunista do Brasil – PCB, com base nas proposições políticas do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética – PCUS, realizado no ano de 1956, na cidade de Moscou. Essa discussão teve lugar no Ceará na III Conferência Regional do Ceará do PCB, em dezembro de 1957.

Cabe esclarecer que, apesar de determinantes, os acontecimentos externos não foram os únicos a provocarem mudança na política do PCB. De acordo com Raimundo Santos, três fatos históricos nacionais tornaram-se imprescindíveis à transformação de pensamento dos comunistas que estava por vir, tais fatos foram: o



24 de agosto de 1954, suicídio de Vargas, quando o PCB reviu a sua política de “derrubada do governo Vargas”; as eleições de 1955, do apoio do PCB a candidatura Juscelino e Jango; e, a resistência do Marechal Lott, a favor da posse de JK, em inícios do ano de 1956.<sup>109</sup> Todavia, foi a partir do Congresso do PCUS que a crise política do PCB fez-se patente.

Os ânimos se acirraram dentro do PCB. A princípio, o Partido considerara calúnia o relatório do XX Congresso do PCUS. O militante comunista cearense José Ferreira Alencar, questionado sobre como as denúncias de Krushev foram recebidas no Ceará, nos fala:

Nós recebemos a denúncia por intermédio do “estatuto” São Paulo, uma publicação oficial do Departamento de Estado Norte Americano, com o carimbo de lá, e dizíamos que era mentira, era uma provocação. Depois a gente foi ver que não era provocação. Podia ter um bocado de provocação que tinha no meio e eles infiltraram. Depois que a gente soube que havia tido uma denuncia muito seria depois do vigésimo congresso, sobre os crimes do Stalin, e que tinha sido um congresso extremamente difícil, tumultuado, e que, inclusive, um dos companheiros de maior nome no exterior, o Béria, tinha sido assassinado dentro do congresso. Tinha sido intimado a sair de dentro da sala do congresso, por um grupo de companheiros militantes do partido, e que tinham dado um tiro na cabeça dele. Então, tinha sido um congresso muito violento. E as denuncias dos crimes do Stalin que depois foram esclarecidos que eram verdadeiros, que não eram verdadeiras as palavras tais e quais tinham saído em caderno dessa grossura no Estado de São Paulo, mas a síntese, a denuncia tinha havido, tinha havido uma denuncia dos crimes do Stalin, estava tendo uma denuncia no mundo, e uma ruptura com a China<sup>110</sup>...

O XX Congresso do PCUS ocorreu de forma extremamente tumultuada e repercutiu de maneira internacional na elaboração da política e na *práxis* de todos os partidos comunistas. No Brasil, houve dispersão de um grande número de militantes. Muitos foram para casa e abandonaram a luta política, outros resistiram dentro da organização e mais alguns fundaram um novo partido. Os reflexos foram fortemente sentidos no PCB do Ceará. Um dos casos mais emblemáticos, decorrente da crise

<sup>109</sup> Sobre os fatores determinantes para a mudança da política do PCB, em fins da década de 1950, consultar: SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno do PCB dos anos 50. IN: REIS FILHO, Daniel Aarão et alii. *História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SEGATTO, Antônio. PCB: a questão nacional e a democracia. IN: FERREIRA; DELGADO (orgs.). *Op. Cit.*, 2003.

<sup>110</sup> Entrevista de José Ferreira de Alencar. Arquivo pessoal de Airton de Farias, 01/08/2003.

internacional e das condições financeiras e humanas, deve-se ao fechamento do jornal, de distribuição diária, O Democrata.

O Democrata adquiria recursos financeiros para o partido e nele se integravam vários militantes que proviam o sustento familiar e partidário com a militância no jornal. Os militantes profissionais eram responsáveis desde a elaboração diária das notícias, passando pela confecção do jornal, até a sua distribuição.

De acordo com José Ferreira de Alencar:

E o jornal que era uma grande fonte de renda porque tinha muito anunciante, O Democrata. O jornal fecha em 58. Fechou porque já era crise do partido. A crise internacional estava começando a se manifestar, e O Democrata tinha uma existência um tanto subjetivo. Baseado no esforço ideológico. Dois filhos meus foram embora por conta da minha situação. Você imagina, quando você vai no Henrique Jorge, passando de lá, não tem mais nada, imagine isso aí em 45. Era negócio de bandido e eu morava lá. Numa casinha desse tamanho. E ganhava metade de um salário mínimo no jornal. E era subgerente do jornal e responsável pela sua distribuição. Já era casado e tinha seis filhos<sup>111</sup>.

O Democrata era o principal instrumento ideológico do partido. Com o seu fechamento, de acordo com Ferreira, muitos intelectuais do partido foram procurar emprego fora e optaram por desistir da luta revolucionária. Interessante perceber a importância que Alencar enfatiza sobre a relação de subjetividade do jornal. Para o professor, o esforço demasiado consistia na ação dos militantes para manutenção do jornal. Desta forma, quando a crise internacional repercutiu no Ceará com a dispersão de militantes, o jornal encontrou o seu fim. E, até mesmo, a tentativa de organizar uma gráfica com material já existente não encontrou lugar, com o saque de todo o material estocado.

A ênfase no fechamento do Democrata se justifica em virtude de ter sido o principal instrumento ideológico e de propaganda dos comunistas cearenses e do movimento sindical, sob influência deste. Como vimos, através das fontes expostas, era comum a dedicação de espaços do jornal reservados a artigos de lideranças sindicais e de notas oficiais do Pacto de Unidade Sindical, para se contrapor a informações veiculadas nos jornais da grande imprensa.

---

<sup>111</sup> Idem.

O fechamento do Democrata exerceu um forte abalo entre os militantes. Sem contar que, a manutenção do Pacto Sindical de forma atuante exigia um elevado custo financeiro para a aquisição de materiais de divulgação, viagens, correspondências, notas pagas em jornal, etc. E o espaço do jornal se fazia muito importante. Sob toda reação conservadora sofrida pelo Pacto, essa entidade perdeu aos poucos a adesão de sindicatos, com um número reduzido de entidades associadas, os custos não puderam ser pagos.

No entanto, o PCB não analisa a dissolução do Pacto como reflexo da crise partidária desse período:

Na frente sindical, assinalamos progressos na luta pela organização e unidade da classe operária, como decorrência de uma maior participação dos comunistas nos sindicatos. Como resultado dessa maior integração dos comunistas na vida sindical, melhorou sensivelmente o nosso trabalho de cúpula. Hoje encontram-se comunistas a frente de treze diretorias sindicais dentre os 38 sindicatos existentes em Fortaleza, funcionando normalmente. O Pacto intersindical teve um papel destacado. Ajudou a despertar o espírito de unidade entre as cúpulas sindicais. Desenvolveu intensa luta em defesa da Lei de Previdência Social e do Direito de Greve. No entanto, a falta de amparo legal a esse tipo de organização sindical, aliada a inflexibilidade da nossa parte, não permitiram que o Pacto sobrevivesse.

Dissolvido o Pacto, recomeçamos novo trabalho com o mesmo objetivo, procurando, entretanto, corrigir os erros anteriores. Conseguimos assim, reagrupar novamente cerca de 32 organizações sindicais, em torno de reivindicações comuns<sup>112</sup>. (grifos nossos)

A análise do Partido se inicia pelos êxitos conquistados. De acordo com o relatório, os comunistas avançaram na luta pela unidade da “classe operária” em virtude da sua inserção no meio sindical. Entretanto, o Pacto não sobreviveu apesar da intensa luta em defesa aos direitos dos trabalhadores. O interessante desse relatório é que o PCB coloca a maior parte da responsabilidade da dissolução do Pacto na questão legal. Em parte, isso demonstra, como vimos anteriormente, a resistência de algumas lideranças em apoiar o Pacto em virtude deste não pertencer à estrutura sindical oficial, mas também pode demonstrar a dificuldade financeira de mantê-lo apenas pela contribuição das poucas entidades associadas. Essa questão

<sup>112</sup> Balanço do Comitê Regional do PCB à Conferência Regional do V Congresso. IPM 1964, pág 350. Esse documento não está datado, no entanto, possivelmente foi escrito no início ou meados de 1960 por referir-se ao V Congresso Nacional do PCB ocorrido em setembro de 1960.

também refletiu a luta empreendida pelo reconhecimento legal do Partido junto aos órgãos oficiais.

Por fim, o relatório transmite a noção de processo. Apesar da dissolução, contínuas ações foram realizadas para a reorganização do movimento sindical a nível horizontal.

## CAPÍTULO II – PENSANDO A ORGANIZAÇÃO

### 2.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para levar adiante o projeto intersindical nos anos de 1960, as lideranças cearenses precisaram definir o modo e os princípios que norteariam sua organização. Colocavam-se como práticas organizativas: os meios para obtenção da autonomia financeira, o processo de escolha e composição da diretoria, assim como as estratégias de comunicação e propaganda, além das formas criadas para interação entre lideranças e trabalhadores.

O modo de pensar a organização partiu primeiramente da representação de seu nome. Ao longo de sua existência, o Pacto Sindical passou por diversas transformações organizativas que refletiram na prática de alterações nominais. Dentre as quais estão: “Pacto de Unidade dos Trabalhadores” (1957); “Pacto de Unidade Sindical” (1957)<sup>113</sup>; “Comissão Permanente das Entidades Sindicais e Similares do Estado do Ceará” (COPE) (1962)<sup>114</sup>; e, “Pacto Sindical dos Trabalhadores, Estudantes, Agricultores e Servidores Públicos” (1963/1964)<sup>115</sup>. Essas alterações realçam as estratégias e alianças adotadas pelo movimento sindical durante o período de 1957 a 1964. Entretanto, a instituição tornou-se mais comumente representada através da denominação de “Pacto Sindical”.

O Sr. José Ferreira de Alencar, professor universitário e ex-membro do PCB, ao falar sobre o Pacto de Unidade Sindical, assinala que era “um pacto porque era proibido um sindicato trabalhar com outro sindicato, pois à época não existia central sindical<sup>116</sup>.” Conforme a ênfase do militante comunista, o marco fundante da

---

<sup>113</sup> Tanto o termo “Pacto de Unidade dos Trabalhadores”, quanto “Pacto de Unidade Sindical”, encontram-se mencionados durante as atividades do I CTEC, realizado em 1957, o que indicava a dúvida sobre a melhor forma de denominar a intersindical recém criada. No entanto, ao passar dos anos, a denominação de Pacto de Unidade Sindical encontrou melhor assimilação entre as lideranças sindicais, talvez porque caracterize a proposta inicial de unidade entre “sindicatos”, e não na dimensão mais ampla entre “trabalhadores”, o que representava a opção pela organização de cúpula, além de ter sido um termo mais usual entre as intersindicais de outras regiões.

<sup>114</sup> Jornal O Povo, Coluna Sindical, Fortaleza, 01/02/1962. p. 5.

<sup>115</sup> Encontra-se discriminado no cabeçalho das atas das reuniões do Pacto, durante a gestão 1963/1964, o que refletia a aliança entre todos esses setores (estudantes, agricultores e servidores públicos) e preservava a “identidade” e a organização própria desses outros movimentos.

<sup>116</sup> Entrevista de José Ferreira de Alencar. Arquivo pessoal de Airton de Farias, 01/08/2003.

criação do Pacto se encontra na relação com os códigos legais quanto à proibição de organização classista de tipo intersindical. Deste modo, a forma velada encontrada para não afrontar o poder público baseou-se na representação do nome. A intersindical figurava, ao menos no termo, não como uma entidade constituída e sim como um “pacto”<sup>117</sup>, um acordo de ação conjunta entre ativistas sindicais. Nesse sentido, corroborando com Antonio Montenegro, é possível concluir que no campo da representação simbólica as lideranças sindicais encontraram a matriz discursiva<sup>118</sup> para legitimar o processo de organização intersindical.

O ato de proibir formas organizativas dos trabalhadores de caráter horizontal se encontra na redação da Consolidação das Leis do Trabalho, regulada durante o governo Vargas. Silvia Manfredi afirma que, de acordo com a CLT, os trabalhadores deveriam se organizar, de forma hierarquizada, em nível vertical e por ramos de atividades, o que correspondia à formação de: Sindicatos, em nível municipal; Federações, no plano estadual; e, Confederações, em nível federal<sup>119</sup>.

O governo se tornou o agente regulador dessa rede organizativa, atribuindo funções aos sindicatos e promovendo a viabilidade financeira da estrutura sindical. Desse modo, uma das medidas administrativas adotadas pelo governo dizia respeito ao imposto sindical, que se define como contribuição compulsória de um dia de trabalho de cada trabalhador sindicalizado ou não<sup>120</sup>.

O montante arrecado, através desse imposto, era distribuído em percentuais, definidos em lei, correspondente a cada esfera da estrutura sindical. O imposto sindical criado em 1940 revelou as intenções do governo para impedir a organização autônoma dos trabalhadores, em virtude do que, a partir de 1936, a estrutura sindical oficial, com base em propostas corporativas criadas nos primeiros anos de 1930, foi perdendo a capacidade de atrair e representar os trabalhadores<sup>121</sup>. A partir da lógica governamental, o trabalhador não sindicalizado se responsabilizaria perante o sindicato, sustentando-o. Em contraponto, o sindicato

<sup>117</sup> Esse modo de identificação da intersindical foi partilhado pelo movimento sindical em várias regiões brasileiras, deste modo, surgiram o Pacto de Unidade Sindical, em São Luís do Maranhão; Pacto de Unidade e Ação (PUA), em São Paulo, dentre outros.

<sup>118</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2003. p.54

<sup>119</sup> MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Sindical entre o conformismo e a crítica*. Coleção Educação Popular, nº 06. São Paulo: Edições Loyola, 1986, p. 37.

<sup>120</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais: IN. FERREIRA; DELGADO; (orgs) *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Vol. II

<sup>121</sup> MONTENEGRO, Op. Cit., 2003. p.99

oficial não precisava se preocupar com atividades para angariar recursos financeiros junto aos trabalhadores, o que promovia certo distanciamento nas relações entre lideranças e trabalhadores nos locais de trabalho. Além disso, conforme D'Araujo, o governo também procurou coibir a articulação intersindical e limitar a interação do sindicato apenas ao patronato e ao governo<sup>122</sup>.

A constituição de entidades intersindicais, paralelas ou extra-oficiais, portanto, surgiu a partir do questionamento dos ditames da legislação trabalhista pelo crescente movimento operário e por meio da dinâmica de lutas e reivindicações trabalhistas. De acordo com Manfredi, nos interregnos democráticos (1945-1947; 1951-1964), várias agremiações intersindicais foram criadas em todo o país e foram “toleradas” pelos governos desde Vargas a Jango<sup>123</sup>. Nesses períodos, o que se observa não é simplesmente tolerância desses governos, mas sim a articulação de acordos políticos entre militância sindical e governos, baseados no campo da correlação de forças em que, cada vez mais, se visualiza a intensa participação operária exercendo pressão sobre a política nacional.

A formação do PUS no Ceará fez parte dessa dinâmica e da orientação do movimento sindical a nível nacional. José de Moura Beleza, em entrevista aos pesquisadores do NUDOC, teceu considerações a respeito do surgimento das intersindicais:

Surgiu em São Paulo. Os sindicatos em São Paulo, que realmente tinham os sindicatos mais atuantes de várias categorias, principalmente no ABC paulista. Eles identificaram que eles unidos, que era natural chegaram a conclusão lógica quanto mais unidade tivessem os trabalhadores, mais força teríamos para enfrentar o poder maior, que era o poder econômico (...) Quando havia o movimento bancário, havia solidariedade dos outros, quando havia o movimento ferroviário, os outros estavam lá, quando havia o movimento de metalúrgico, outras categorias estavam lá, e se estendeu ... no Rio de Janeiro fizeram o Pacto de Unidade de Ação (...) e aqui seguimos o exemplo. Como os outros Estados, Pernambuco fez; a Bahia fez; o Rio Grande do Sul (...) Era feito por Estado<sup>124</sup>.

As lideranças sindicais percorreram caminhos e elaboraram estratégias para construir a solidariedade e conquistar o apoio mútuo entre diferentes categorias

<sup>122</sup> D'ARAÚJO, *Op. cit.* 2007

<sup>123</sup> MANFREDI, *Op. Cit.*, 1986, p. 37.

<sup>124</sup> Entrevista de José de Moura Beleza, realizada por Francisco Moreira Ribeiro e Virgínia Maria Aguiar Vale, NUDOC, 18/01/1992.

profissionais. Moura Beleza, em seu relato, versa sobre o papel primordial desempenhado pela união dos trabalhadores, para fazer valer seus direitos e pressionar o poder econômico. Além disso, através do exemplo da intersindical paulista, embrionária da “greve dos 300 mil” de São Paulo, em 1953, e da orientação do movimento sindical nacional, sendo o PCB seu principal incentivador, as formações de intersindicais se espalharam em todo país, culminando com a criação, no plano nacional, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1962<sup>125</sup>.

Em terras alencarinas, as iniciativas de consolidação do Pacto de Unidade Sindical se mantiveram firmes ao longo dos anos de 1960 até a sua extinção com o golpe civil-militar de 1964. O discurso e a luta por autonomia e liberdade sindical encontraram lugar na formação do Pacto. O fato em si da criação da intersindical expressava a iniciativa das lideranças sindicais em superar os limites impostos pela legislação vigente. Entretanto, a proposta de autonomia, que diz respeito ao caráter organizativo da entidade, se apresentou de forma contraditória. Como vimos no primeiro capítulo, a criação do Pacto Sindical cearense permeou o programa corporativista vigente, visando o reconhecimento estatal.

De fato, a autonomia se constituiu como prática sindical no interior do Pacto, tanto em seu teor organizativo, como financeiro. No plano organizativo, os dirigentes sindicais decidiram sobre a estrutura de organização da entidade, assim como definiram seu estatuto e as diretrizes que deveriam conduzir à intersindical, embora o plano de organização, *a priori*, tenha se fixado na ação vanguardista das lideranças. O debate para a formação do estatuto do Pacto foi elaborado e discutido durante as reuniões da diretoria e ampliado para as entidades sindicais e associações de classe:

Estatutos – O Pacto de Unidade Sindical está distribuindo um anteprojeto de estatutos, para o debate em todas as entidades sindicais e associações classistas de trabalhadores. Segundo esse anteprojeto o Pacto passaria a denominar-se Comissão Permanente das Entidades Sindicais e Similares do Estado do Ceará, com a sigla COPE e viria assim a funcionar com personalidade jurídica.<sup>126</sup>

<sup>125</sup> SILVA, Fernando Teixeira da.; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964) IN: Ferreira, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (orgs) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 118, 128.

<sup>126</sup> Jornal O Povo, Coluna Sindical, Fortaleza, 01/02/1962. P. 5.



Como bem expressa a passagem acima, não houve ampla participação dos trabalhadores na decisão sobre a forma organizativa da intersindical cearense, em virtude da distribuição do anteprojeto dos estatutos ter sido priorizada entre as organizações de classe. Além disso, o excerto não orienta nem a promoção do debate nos locais de trabalho, nem a organização de Assembléias de Trabalhadores. Por outro lado, o ato de propagandear as resoluções propostas em meio de comunicação de massa indica o intuito de estender essa discussão a outros espaços.

Outrossim, a mudança nominal do Pacto de Unidade Sindical para Comissão Permanente das Entidades Sindicais e Similares do Estado do Ceará (COPE) para aquisição de personalidade jurídica, verificada no excerto, demonstra o ensejo das lideranças em se inserirem dentro de um conjunto de princípios e regras que previam obrigações, responsabilidades e proteção. O direito adquirido com a personalidade jurídica visava alcançar alguns fins práticos, como, por exemplo, autonomia patrimonial e de interesses<sup>127</sup>. Desse modo, a aquisição de personalidade jurídica tornou-se instrumento de legitimidade e representatividade do Pacto Sindical nos marcos do regime, com o intuito de utilizar os espaços formais da luta política.

### **2.1.1. AUTONOMIA FINANCEIRA**

Indícios sugerem que a autonomia financeira se fez presente nas letras do estatuto do Pacto Sindical como um dos princípios norteadores da ação sindical. Todavia, essa assertiva se funda em paradoxo. As lideranças sindicais não manifestavam críticas quanto à contribuição compulsória do trabalhador, regulada pelo Estado, para o financiamento da estrutura do sindicalismo brasileiro. E, até certo ponto, parte do valor arrecadado com esse imposto era escoada para a intersindical através do pagamento de mensalidades dos sindicatos afiliados.

Conforme registrado em ata do Sindicato dos Sapateiros, ficou definido em reunião do Pacto Sindical “que cada sindicato pagaria [ao Pacto] uma

---

<sup>127</sup> Sobre o entendimento legal do conceito de personalidade jurídica, ver: LOVATO, Luiz Gustavo. Da personalidade jurídica e sua desconsideração. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7522&p=1> Acesso em 16/03/2009.

mensalidade na importância Cr\$ 200,00<sup>128</sup>. Nesse sentido, recaía sob responsabilidade dos sindicatos associados a manutenção da nova entidade. Para tanto, foram criadas formas diversas de contribuição, a principal delas caracterizou-se pela fixação de igual valor de contribuição a todos os organismos afiliados, o que não descartava a apropriação de outros recursos financeiros provenientes dos sindicatos para o custeio de práticas sindicais de vários matizes:

consta-se em ata a contribuição dos sindicatos para a confecção dos boletins convocando os trabalhadores pela mobilização das Reformas de Base que foi a seguinte: Delegacia dos Marítimos, dois mil cruzeiros; Sindicato dos Gráficos, um mil cruzeiro; Sindicato Óleo Vegetal, um mil cruzeiro; Sindicato dos Estivadores, dois mil cruzeiros; Sindicato dos Enfermeiros, um mil cruzeiro; Sindicato dos Ferroviários, um mil cruzeiro; Sindicato dos Telegrafistas, um mil cruzeiro; Sindicato dos Portuários, um mil cruzeiro; Sindicato dos Empregados Empresas Telefônicas, um mil cruzeiro; Sindicato dos Músicos, um mil cruzeiro; Sindicato dos Alfaiates, quinhentos cruzeiros; Sindicato dos Empregados Hoteleiros, dois mil cruzeiros; Sindicato dos Metalúrgicos, um mil cruzeiros<sup>129</sup>.

Como mostra o excerto, os sindicatos deveriam custear as atividades de propaganda discutidas em reunião do Pacto. Para se manter atuante, os gastos com viagens, notas pagas em jornais, materiais de divulgação, correspondências, dentre outros, eram arcados pelos afiliados da intersindical, fora a contribuição mensal paga ao PUS, o que se torna óbvio que essas mensalidades não cobriam todas as despesas de organização. Ainda com base no trecho citado, o caráter daquela contribuição, para a confecção de boletins em torno da mobilização pelas Reformas de Base, não se caracterizava em obrigação e sim na disponibilidade financeira dos organismos sindicais, em virtude da quantia estipulada ter sido estabelecida pelo próprio sindicato.

Nem só de finanças se caracterizava o auxílio material destinado às atividades políticas. No caso da candidatura de Moura Beleza, Presidente do Pacto Sindical, à prefeitura de Fortaleza em 1962, o apoio e a organização da candidatura partiram da ação conjunta e da divisão de tarefas dos trabalhadores, correspondentes ao exercício de suas funções inscritas no âmbito das relações de

<sup>128</sup> Ata de reunião do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Calçadistas de Fortaleza, 04/03/1962.

<sup>129</sup> Ata de reunião do Pacto Sindical dos Trabalhadores, Estudantes, Agricultores e Servidores Públicos do Ceará, realizada na sede provisória à rua Barão do Rio Branco, 686 Altos, 21/05/1963.

produção. De acordo com o relato de Beleza, o conhecimento técnico dos trabalhadores foi utilizado para a execução de tarefas relacionadas à estruturação da campanha eleitoral:

E o pessoal pixando na rua e fazendo cartazes. Nós tínhamos... o Sindicato dos músicos, ele se encarregava de fazer a animação. O Sindicato dos gráficos se encarregava ... nós podíamos imprimir mais barato. O sindicato dos marceneiros se encarregava de arranjar madeira e nós montávamos um palanque onde fosse preciso. Cada sindicato cuidava da sua parte. Nós não tínhamos a despesa que outros tinham (...) para pregar cartaz sobrava gente<sup>130</sup>.

Essa fala demonstra, sobretudo, o envolvimento dos trabalhadores com a campanha eleitoral, ao enfatizar a ação dos músicos, dos marceneiros, dos gráficos e daqueles que estavam dispostos a expressar os anseios dos trabalhadores pelas ruas da cidade através de cartazes. Esse tipo de divisão de tarefas se fez presente como execução das estratégias do Pacto e partilha da acumulação de experiências oriundas da ação partidária comunista. A narrativa de Beleza, que enfatiza os usos técnicos dos trabalhadores no cumprimento das tarefas organizativas durante as eleições de 1962, evidencia, em tom heróico, o sentimento de orgulho em relação ao passado áureo do movimento sindical cearense.

As contribuições, de ordem material e simbólica, sinalizavam o apoio auferido entre lideranças e trabalhadores de diversas categorias durante os momentos de enfrentamento de classe. Na greve dos bancários do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em Fortaleza, no ano de 1962 (considerada ainda hoje a mais importante greve dos bancários depois de mais de 10 anos de intervenção sindical), os camponeses se solidarizaram levando mantimentos para os trabalhadores grevistas. Conforme noticia o jornal *O Povo*:

Ontem à tarde, agricultores e pequenos lavradores de Pajuçara e Caucaia, membros de associações ligadas à FALTAC, vieram à Fortaleza, trazendo laranjas, atas e espigas de milho verde e as distribuíram com os benebianos que faziam piquetes, nas diversas agências da cidade, assim como no Comando Geral da Greve, no Sindicato dos Bancários<sup>131</sup>.

<sup>130</sup> Entrevista de José de Moura Beleza, realizada por Francisco Moreira Ribeiro e Virgínia Maria do Vale. NUDOC, 18/01/1992.

<sup>131</sup> Jornal *O Povo*, Fortaleza, 16/05/1962. P.02

A doação de alimentos aos grevistas do BNB se fez em caráter simbólico para firmar a solidariedade dos trabalhadores do campo aos trabalhadores urbanos fazendo jus à aliança operário-camponesa. Foot Hardman<sup>132</sup>, discutindo no âmbito das culturas de classe, assinala que os trabalhadores, mesmo caminhando contra a corrente das intenções dominantes que tentam incutir a idéia de individualismo nas relações sociais, criam alternativas para se diferenciarem da lógica dominante. Uma dessas alternativas, e que diz muito sobre a condição operária presente na greve dos bancários, trata-se da experiência do coletivismo ou da solidariedade de classe. Dessa forma, as contribuições que enfatizavam o teor da solidariedade se confirmaram como estratégias de ação das lideranças do Pacto, pois expressavam o coletivismo e simbolizavam as alianças firmadas no interior da classe.

Ainda no caso da greve dos bancários<sup>133</sup>, o Pacto orientou os sindicatos filiados a deferir o “apoio decisivo” à propalada greve, “a fim de pressionar o governo Federal para adoção de medidas à solução imediata daquele movimento paredista”<sup>134</sup>. Essa estratégia conseguiu consolidar o elo entre as diferentes categorias. Entretanto, não podemos pensar essa relação apenas de “cima para baixo” como medida impositiva, mas a busca por adesão política, refletindo um projeto amplo de sociedade visando à promoção do desenvolvimento econômico e social do Nordeste.

Em cada atividade organizada pelo Pacto, suas lideranças contornavam dificuldades e corriam em busca de apoio financeiro para custear os trâmites de organização. Por esse motivo, o esforço das lideranças sindicais para manter a

<sup>132</sup> HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>133</sup> Greve dos bancários do BNB a favor da equiparação dos rendimentos mensais com os dos trabalhadores do Banco do Brasil (BB) e pela regulamentação do artigo 34 da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de incentivo à industrialização na região. A lei 3.995, 14 de dezembro de 1961, que aprovou o I Plano Diretor da SUDENE, estabeleceu, em seu artigo 34, que as indústrias com capital 100% nacional podiam deduzir até 50% nas declarações do imposto de renda, desde que reinvestissem em indústrias na região nordestina sancionadas pela SUDENE. O montante deduzido ficaria depositado em conta especial do BNB, e este órgão ficava responsável em liberar a verba em prestações durante três anos, após aprovação do projeto de investimento pela SUDENE. O interesse dos trabalhadores bancários dizia respeito tanto à promoção do desenvolvimento do nordeste, quanto ao aumento de rendimento adquirido pelo BNB, que com a entrada desses recursos, poderiam equiparar os salários dos bancários. Lei 3.995, 14 de dezembro de 1961, disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/51992/lei-no-3995-de-14-de-dezembro-de-1961>. Nota Oficial do Sindicato dos Bancários do Ceará, publicado no Jornal O Povo, Fortaleza, 12/05/1962. P.8. ALMEIDA, José Elesbão; ARAÚJO, José Bezerra. Um modelo exaurido: a experiência da SUDENE. IN: *Teoria e Evidência Econômica*. Passo Fundo. V. 12, nº 23, p-97-128, novembro/2004.

<sup>134</sup> Jornal O Povo, Fortaleza, 28/05/1962. Coluna Sindical. P.5

entidade financeiramente se impunha na prática cotidiana, o que correspondia na incessante procura pelo aumento da filiação de sindicatos e que estes participassem e contribuíssem ativamente das iniciativas e atividades promovidas pelo Pacto. Isso implica no esforço de convencimento diário da necessidade de organização intersindical.

Ao se colocar em debate público, Moura Beleza apresentou, no momento de confronto político, a precariedade financeira com que se constitui uma organização de classe autônoma:

Réplica do Pacto – A propósito de declarações levianas do deputado Aldenor Nunes Freire, à imprensa matutina de ontem, de que o Pacto de Unidade Sindical não contaria com a filiação e o apoio de trinta sindicatos de trabalhadores do Ceará, procuramos ouvir o sr. José de Moura Beleza, presidente daquela entidade de cúpula que dentre outras coisas, afirmou o seguinte:

(...)

2. O Pacto, sendo uma entidade representativa dos trabalhadores, não tem recursos para pagar extensas notas na imprensa sobre suas atividades e sua composição. Entretanto, poderemos publicar um fac-símile com as assinaturas dos presidentes de entidades sindicais do Ceará que são filiados ao Pacto, se o referido deputado ou o seu partido pagar as despesas. Do contrário poderá o Sr. Aldenor ir pessoalmente a uma das reuniões do Pacto, às terças-feiras, na sede do Sindicato dos Bancários (rua Barão do Rio Branco, 686, altos) e na oportunidade contar o número de sindicatos filiados, para tirar a dúvida que tanto o atormenta<sup>135</sup>. (grifos nossos)

A réplica ressalta a carência de recursos financeiros para se contrapor ao político do PTB, mas tende a solucionar a questão firmando um convite para que o deputado visse com seus próprios olhos a quantidade de lideranças presentes, e, conseqüentemente, a quantidade de sindicatos filiados, durante reunião da intersindical. Dessa forma, Beleza assinalava dois campos possíveis de atuação: o formal, com a comprovação da representatividade da intersindical, através das assinaturas dos filiados; e o social, que, nesse caso, correspondia ao campo da ação organizativa e do alcance da política da intersindical. Ademais, a réplica e o apelo de Moura Beleza tinham o intuito de influenciar a opinião pública, no combate às idéias reacionárias de seu opositor e trazia como pano de fundo a disputa pelo cargo de Delegado Regional do Trabalho, entre PTB e Pacto Sindical.

<sup>135</sup> Jornal O Povo, Coluna Sindical, Fortaleza, 09/02/1962. P.5

A essa altura, as lutas dos trabalhadores despontavam no cenário local em ritmos acelerados. Ainda tendo como exemplo a greve dos bancários em 1962, após tecer considerações a respeito dos motivos que levaram os bancários do Banco do Nordeste do Brasil a estabelecer o estado grevista, em nota oficial, as lideranças do Pacto de Unidade Sindical resolveram “hipotecar inteira solidariedade” ao movimento e lançaram as diretrizes para a ação de seus filiados:

- a) Telegrafar ao Sr. Presidente da República e Primeiro Ministro, solicitando imediatas providências para a solução do pleito dos benebianos;
  - b) Dirigir ofícios à direção do BNB, solicitando imediato atendimento das reivindicações dos bancários;
  - c) Conclamar em notas oficiais, os associados a contribuir por todos os meios para ajudar moral e materialmente, os companheiros do Banco do Nordeste.
  - d) Entrar em entendimentos com a Diretoria do Sindicato dos Bancários para examinar outras formas de ajuda;
  - e) Permanecer vigilantes para tomar, a qualquer momento, medidas capazes de enfrentar qualquer eventualidade que possa surgir nesta altura dos acontecimentos.
- Fortaleza, 08 de maio de 1962.

José Leandro – Presidente em exercício.<sup>136</sup>

No domínio do exercício grevista, as lideranças sindicais do Pacto se armaram de inúmeras estratégias para firmar o apoio e a ação conjunta junto aos trabalhadores do Banco do Nordeste. A nota transcrita acima nos transmite alguns indícios sobre a propaganda de caráter oficial do Pacto e o trâmite das resoluções tomadas por este aos setores do Governo Federal envolvidos. De acordo com Leôncio Rodrigues<sup>137</sup>, a estrutura de organização sindical, ao longo do tempo, precisou desenvolver um sistema administrativo racional. Rodrigues enfatiza que a burocratização sindical, no caso brasileiro, não se desenvolveu em virtude do aumento de associados, e sim devido à associação dos sindicatos aos órgãos governamentais.

A estrutura de organização do Pacto Sindical mesclava normas burocráticas de comportamento à ação combativa dos trabalhadores. Conforme o exposto na Nota Oficial do Pacto, a propaganda e a orientação das decisões

<sup>136</sup> Jornal O Povo, Fortaleza, 10/05/1962. p. 6

<sup>137</sup> RODRIGUES, Leôncio. *Conflito Industrial e sindicalismo no Brasil*. Difusão Européia do Livro: São Paulo, 1966. p. 97.

tomadas pelas lideranças deveriam abranger o maior número de sindicatos possíveis para legitimar a ação frente aos órgãos do governo. Além da pressão nas ruas, através de passeatas e outras formas de mobilizações externas, o que remodelava o cotidiano da cidade, era primordial a comunicação formal das reivindicações direcionada as diversas esferas do poder: do gabinete presidencial aos setores administrativos do BNB. A orientação dos dirigentes sindicais em apoio ao movimento grevista dos bancários era manter-se alerta e contribuir das formas possíveis para manutenção e solidariedade à greve.

### 2.1.2. ORGANIZAÇÃO INTERNA

De acordo com Paoli, partidos e sindicatos precisavam entrar no universo próprio das lutas dos trabalhadores, para se proporem como dirigentes de luta<sup>138</sup>. Somente dessa maneira, os trabalhadores poderiam reconhecer-se nas ações partilhadas e orientadas por organizações de classe. Para tanto, simultaneamente com a constituição da entidade, era necessário estabelecer as formas de organização interna, a começar pelo processo de escolha de delegados e da diretoria. Esse processo de propor a estrutura da entidade diz muito sobre a relação que se pretende ter entre lideranças e trabalhadores.

No caso das eleições para diretoria do Pacto, a escolha era realizada em reuniões ordinárias da intersindical, contando com a participação dos delegados dos Sindicatos associados. Esse processo eleitoral era promovido, de acordo com as regras da estrutura do movimento sindical, e consistia de lançamento de edital, regulando os termos e o período para inscrição e composição de chapas, além de determinar, previamente, a data da eleição:

Eleição no Pacto – Será no dia 17 do corrente, o pleito para a escolha dos novos dirigentes do Pacto de Unidade Sindical. Uma chapa já está sendo organizada, falando-se porém que outras aparecerão. O interessante é que o nome do Sr. Moura Beleza

<sup>138</sup> PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na História Operária Brasileira. IN: LOPES, José Sérgio Leite. *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Museu Nacional; São Paulo: Marco Zero, 1987.

aparecerá encabeçando todas elas, embora sua opinião seja contrária a isto<sup>139</sup>.

Como mostra o excerto, a indicação de que poderiam surgir várias chapas às eleições do Pacto Sindical demonstra disputa política interna, ao mesmo tempo em que a unidade em torno do nome de Moura Beleza reflete mais a noção de consenso em torno das eleições municipais de Fortaleza, do que propriamente das eleições do Pacto. O interesse em fortalecer a candidatura às eleições municipais tornava-se visível com a demonstração do consenso político em torno de uma figura pública que acumulasse conhecimento e experiência acerca dos anseios dos trabalhadores.

Sobre a escolha de delegados, cada sindicato deveria indicar um delegado<sup>140</sup>, como representante do Sindicato para se fazer presente nas reuniões da intersindical e exercer o papel de mediador entre a intersindical e o sindicato. A votação não era feita através de consulta aos trabalhadores em Assembléia, mas por indicação da diretoria do Sindicato, o que promovia um distanciamento junto aos trabalhadores, burocratizando a ação sindical.

O ato da escolha de delegado do PUS pela diretoria sindical prova o afastamento dos trabalhadores nos processos de decisão e, de certa forma, de construção da instituição classista. Desse modo, o Pacto reforça uma tendência nacional de que a ação organizatória era pautada nos parâmetros da estrutura sindical, promovendo um diálogo de lideranças entre estruturas.

O delegado intersindical era a presença do Pacto Sindical dentro da estrutura do Sindicato de sua categoria, tornando-se mediador na divulgação de idéias e orientações da intersindical. Ao mesmo tempo, o delegado era o porta-voz do Sindicato, transmitindo reivindicações e propostas de pauta a serem discutidas nas reuniões do PUS. Partindo dessa ótica, quem deveria se relacionar, de maneira sistemática, com os trabalhadores era a ponta de lança da estrutura: o Sindicato, sob representação de seus líderes.

De acordo com a resolução em reunião sobre a organização da greve geral de 1962, em prol da antecipação do plebiscito presidencial, a diretoria do PUS

---

<sup>139</sup> Jornal O Povo, Coluna Sindical, Fortaleza, 07/04/1962.

<sup>140</sup> Ata de reunião do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Calçadistas de Fortaleza, 04/03/1962.



deliberou que “cada sindicato profissional organizará um comando geral de greve de sua categoria, com subcomissões nos locais de trabalho<sup>141</sup>”.

A orientação exposta reflete dois pontos: 1) que a responsabilidade da interação com o trabalhador era de cada sindicato; e 2) que a orientação de organização de comitês nos locais de trabalho sugere a preocupação de organização do trabalhador para o sucesso da greve geral. Na segunda proposição levantada, não é possível constatar a dimensão dessa resolução ou em que medida esses comitês de base foram organizados nos locais de trabalho.

As relações entre trabalhadores e lideranças se construíram, de maneira contraditória. A predominância das relações entre lideranças, não implica o total afastamento dos trabalhadores no Pacto Sindical, porque houve de fato participação dos trabalhadores durante greves, reuniões extramuros, comícios, passeatas e demais manifestações organizadas ao longo de sua existência.

A Coluna Sindical, do jornal *O Povo*, por exemplo, destacou que as reuniões do Pacto contaram com a presença, em 21/03/1962, “de quase cem pessoas entre dirigentes e associados de sindicatos locais” e, em 01/03/62, “de mais de trinta representantes de sindicatos e associações classistas e quase cem portuários, além de pessoas convidadas, especialmente, funcionários de autarquias federais”. Entretanto, constata-se que o Pacto não criou condições para uma presença sistemática dos trabalhadores em suas Assembléias, com exceção dos convites semanais formais divulgados pela imprensa local.

João Pereira, delegado suplente do Pacto Sindical, relata sobre a ausência de trabalhadores nas reuniões do Pacto:

João Pereira [delegado suplente do Pacto] disse que no Pacto de Unidade Sindical como em locais dessa natureza notou a ausência da parte do trabalhador e sugere que a diretoria [do Sindicato dos Sapateiros] organize uma comissão para orientar alguns companheiros cegos que existe nas oficinas dos subúrbios<sup>142</sup>.

A solução proposta pelo sindicalista refere-se à concepção tradicional, naquele momento, de que as lideranças deveriam levar “consciência de classe”, ainda não conquistada pelos trabalhadores. Não priorizando o debate sobre

<sup>141</sup> Jornal *O Povo*, Coluna Sindical, Fortaleza, 12/09/1962, p.5.

<sup>142</sup> Ata da Reunião do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Fortaleza, 18/03/1962.

consciência ou falsa consciência de classe, insinuado pelo locutor, o que nos interessa no excerto acima trata da constatação da não participação do trabalhador nas reuniões do Pacto Sindical.

A interação entre lideranças e trabalhadores em reuniões do Pacto ocorreu, primordialmente, em momentos de conflitos de classe, o que se observa o reconhecimento dessas reuniões como espaço social viável para o exercício de lutas e de expressão dos interesses coletivos.

A presença de quase cem portuários à reunião intersindical, citada anteriormente, trazia à tona os conflitos enfrentados pelos trabalhadores do Porto. Os estivadores, arrumadores, portuários, carregadores, atuantes sindicalmente, já vinham se mobilizando nos espaços destinados ao trabalho com a promoção de abaixo-assinados e debates em torno dos problemas enfrentados com rodízio de trabalho<sup>143</sup>, proposto pelos órgãos do governo. A ida à reunião intersindical representava a necessidade de partilhar os problemas e conquistar aliados para o enfrentamento desse embate. Dessa forma, os trabalhadores, agindo coletivamente, estavam se apropriando do espaço social inaugurado com a criação do Pacto para exercer pressão sobre os dirigentes sindicais, para a conquista dessa aliança.

### **2.1.3. EDUCAÇÃO POLÍTICA E PROPAGANDA**

De acordo com French<sup>144</sup>, a maioria das reclamações dos trabalhadores levadas ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo foi tratada por meio da ação individual levada à Justiça do Trabalho, característica do próprio sistema de leis trabalhistas brasileiras que não promove condições para experiência da ação coletiva. Nesse caso, as lideranças sindicais assumiram relevante papel de mediadores no processo de elaboração dessas reclamações à Justiça do Trabalho.

Essa característica apresenta regularidades de processo presente nas práticas sindicais de Fortaleza. Assim, as lideranças cearenses se preocupavam em ter acúmulo de conhecimento sobre a legislação trabalhista, constantemente remodelada com a inserção de novos direitos, como, por exemplo, a lei do abono

---

<sup>143</sup> Ata do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Fortaleza, 28/02/1962.

<sup>144</sup> FRENCH. Op.cit. 2001.

salarial, conhecida como 13º salário, para se firmarem como mediadores entre trabalhadores e Justiça do Trabalho.

A preocupação com a formação política encontrava-se inserida nos planos de organização e mobilização dos trabalhadores de tendências políticas, tal qual é possível perceber em relação a orientação do PCB à militância comunista. Conforme a resolução política de 1962, os militantes não deveriam medir esforços para promover “a mobilização e educação política das forças fundamentais, que são os operários e os camponeses<sup>145</sup>”, com vistas a focalizar sua ação junto aos trabalhadores dentro da frente única. Essa educação poderia ser apreendida com a própria experiência de lutas, em reuniões que propiciavam o estímulo ao debate e a troca de conhecimento e de experiências, e através de mecanismos formais de ensino, como palestras e cursos de formação política.

Dentre os temas debatidos, os que diziam respeito à Consolidação das Leis do Trabalho eram recorrentes. A lei do 13º salário, por exemplo, causava ainda dúvidas sobre benefícios reais para os trabalhadores:

Em seguida o Sr. Presidente [do Sindicato dos Têxteis], verificando a presença do Dr. Tarcísio Leitão e Professor Vicente Sampaio Rocha, convidou-os a tomarem parte da mesa, explicando em seguida que o Dr. Tarcísio Leitão faria uma palestra sobre 13º mês. Iniciando sua oração, o Dr. Tarcísio Leitão afirmou que a conquista do 13º mês causou um fato negativo nas indústrias de Fortaleza, qual seja o desemprego. Afirmou, entretanto, que cabe ao sindicato a zelar pelos interesses dos trabalhadores, pois muitos empregadores tentam burlar as leis existentes. A alegativa apresentada pelos patrões justificando a dispensa dos operários, mas, afirmou o Dr. Tarcísio, os patrões não têm a coragem de encetarem um movimento contra a errada política do governo, pois apenas sabem retirar seus prejuízos nos ombros da massa operária. Concluiu recomendando aos trabalhadores que não assinem documentos sem que antes os mostre ao sindicato para a necessária averiguação. Em seguida o 1º secretário sugeriu aos trabalhadores que fizessem algumas perguntas se alguém as quisesse fazê-la. De fato, debateu-se vários assuntos por um espaço de 30 minutos<sup>146</sup>.

A palestra ministrada pelo advogado e militante comunista Tarcísio Leitão prioriza o debate sobre o impacto social produzido pela lei do 13º mês salário, por esse motivo adquire e expressa, ao que parece, uma posição contrária a referida lei.

<sup>145</sup> PCB. Resolução Política da Conferência Nacional de 1962. IN: VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982. P.202

<sup>146</sup> Ata do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem, 30/09/1962.

A lei nº. 4.090, de 13 de julho de 1962<sup>147</sup>, institui a gratificação de natal para os trabalhadores, correspondente a 1/12 avos da remuneração recebida por mês em dezembro do ano corrente. Em virtude do impacto dobrado nas folhas de pagamento no mês de dezembro, essa legislação sofreria anos mais tarde transformação, que para atenuar o impacto das despesas dos empregadores impôs a divisão da gratificação em duas parcelas.

A gratificação de natal acarretou intenso debate nos meios operários. O Pacto Sindical, nesse sentido, promoveu, de forma sistemática, palestras nos Sindicatos, como mostra o excerto:

Palestra – A convite do Sindicato dos trabalhadores na Indústria de Calçados de Fortaleza, o sr. José de Moura Beleza, presidente do Pacto de Unidade Sindical, realizou ontem pela manhã, na sede daquele sindicato uma conferência sobre a recente lei que estabeleceu o 13º mês de salário (abono de Natal), na Sociedade 24 de junho (Praça da Bandeira)<sup>148</sup>.

Essas palestras, além de instruir lideranças sindicais e trabalhadores presentes acerca do tema em debate, objetivavam permanecer em alerta quanto às formas encontradas pelos empregadores para burlar o cumprimento da lei. Era uma forma também para que os próprios trabalhadores elaborassem uma representação da nova lei vigente.

A escola para a segunda forma de ação dos trabalhadores era a própria vivência coletiva da exploração no âmbito da produção e a resistência cotidiana no local da fábrica e nas ruas:

Francisco Nunes informou que é pensamento da direção da Fábrica Santa Cecília efetuar desconto do valor das fardas dos operários sobre o 13º mês. Concluiu informando que os operários da Fábrica Santa Cecília desejou instalar uma delegacia sindical no Cocorote, prontificando ele próprio a dar bom andamento à iniciativa<sup>149</sup>.

Como mostra o excerto, independente da promoção de campanhas a favor de organizações nos locais de trabalho, articuladas por sindicatos e pelo Pacto

<sup>147</sup> Lei 4.090, de 13 de julho de 1962. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4090.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4090.htm) Acesso em 17/08/2009.

<sup>148</sup> Jornal O Povo. Coluna Sindical, Fortaleza, 03/09/1962. P.5

<sup>149</sup> Ata do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, 25/11/1962.

Sindical, esse tipo de organização fez também parte das experiências dos trabalhadores cearenses nos anos de 1960.

Além da promoção de palestras, outras iniciativas e instrumentos faziam parte da propagação de idéias, instrução e orientação articuladas pelo Pacto Sindical, desde notas pagas em jornais da imprensa liberal, circulares, entrevistas, até boletins:

Circular do Pacto de Unidade Sindical, datada de 29/11/1961, orientando a todos os sindicatos a enviar ofício ao órgão patronal solicitando o abano de natal, equivalente a um mês de trabalho<sup>150</sup>.

Entre as atividades intersindicais, a orientação do movimento sindical cearense era a principal marca da ação do Pacto Sindical, visando, na maioria das vezes, o exercício de pressão ao governo através da iniciativa conjunta dos sindicatos associados.

No que tange à propaganda, o Pacto Sindical não possuía jornal próprio e por isso se apropriava de espaços na imprensa comercial para a divulgação do planejamento de suas atividades e de seu programa. Essa opção encontrava lugar em virtude da crescente disposição de colunas sindicais nos jornais da cidade de Fortaleza, dentre os quais destacamos o jornal “Tribuna do Ceará” e sua coluna intitulada “Tribuna Sindical”, assinada por Edson Costa; e o jornal “O Povo”, cujo espaço dedicado à ação sindical intitulava-se “Coluna Sindical”, assinada por Misael Queiroz. O primeiro selecionava notícias de setores do movimento sindical próximos à orientação da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Ceará – FTICE e dos círculos operários; já o segundo, era simpático às idéias e mobilizações propostas pelo Pacto de Unidade Sindical.

Há que se destacar a imprensa como espaço de sociabilidade através do convívio e interação de colunistas, redatores, repórteres, articulistas, além dos gráficos, que partilhavam, sob intensa fermentação intelectual e relação afetiva, um projeto comum<sup>151</sup>. Partindo dessa perspectiva, interessa-nos assinalar a trajetória do colunista Misael Saraiva de Queiroz que, antes de se tornar colaborador do jornal *O Povo*, partilhando o universo da imprensa cearense, representou os profissionais

<sup>150</sup> Ata de Reunião do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem, ...

<sup>151</sup> LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos, e por meio dos periódicos. IN. PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. 2º. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

bancários participando como delegado no I Congresso dos Trabalhadores do Estado do Ceará, realizado em 1957, o que justifica a empatia destinada ao Pacto Sindical.

A “Coluna Sindical”, d’O Povo, retratava as transformações atravessadas pela prática jornalística, em que se expressava o declínio da doutrinação em prol da informação. Geralmente, a coluna era escrita em textos curtos com resumos das atividades sindicais cotidianas. Informava sobre temas do cenário local e nacional no que dizia respeito aos movimentos grevistas, viagens de lideranças, palestras, cursos de formação, assembléias e reuniões sindicais e problemas enfrentados pelos trabalhadores. A forma como Misael escrevia sua coluna era, sobretudo, informativa, mas também regada com fervor e empatia acerca das lutas dos trabalhadores. Essa coluna passou a compreender um espaço alternativo no interior da imprensa liberal.

Os trabalhadores além de disputarem espaço político nos jornais da imprensa liberal para mobilização e propaganda de seus ideais e de suas atividades, no período ora estudado, dispuseram de um forte aliado: a rádio Dragão do Mar. A rádio tornou-se o principal instrumento de propaganda àquela época, pois tinha forte penetração em todos os pontos do Estado. De acordo com Blanchard Girão, a programação dessa emissora de rádio era interrompida a todo o momento para que os trabalhadores da cidade e do campo e estudantes pudessem apresentar suas reivindicações:

“Essa imagem a “Dragão” construiu ao longo de seis anos da primeira fase de sua existência (1958/1964), assinalada por um incontável número de campanhas populares, a favor de sindicalistas, de servidores públicos, de camponeses, de estudantes, do povo em geral. (...) A todo momento, a programação normal da emissora sofria interrupções para registro de uma visita de grupos que a procuravam para apresentar suas reivindicações<sup>152</sup>.”

A rádio Dragão do Mar possuía bastante expressão na sociedade cearense, contendo uma programação de gostos variados, desde esportes até rádio-novela. Entretanto, a marca da Dragão se consolidou nas suas crônicas políticas intituladas “A Nossa Palavra”, assumindo uma posição declarada a favor das reformas nacionais, defendidas pelos comunistas.

---

<sup>152</sup> GIRÃO, Blanchard. *Só as armas calaram a Dragão*. Rio de Janeiro – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2005, p. 99.

Em estudo recente, Ana Elisabete Jaguaribe<sup>153</sup> esquadrinhou a relação da rádio Dragão do Mar com o cotidiano de Fortaleza, durante o período de 1958 a 1964. No entanto, a autora, preocupada em comprovar a circularidade de notícias em termos culturais, não dispôs de muita atenção para a dimensão política da rádio Dragão do Mar, inserida em um campo de disputa de interesses de grupos sociais e políticos. Além disso, sob o viés de perspectiva da autora, a circularidade de idéias entre mídia e população também se dava através da interpelação e interpretação da exploração experimentada pelos trabalhadores, que era assimilada e transmitida pela rádio.

Para homenagear Moisés Pimentel, dono da rádio e colaborador do movimento sindical cearense, eleito deputado Federal pelo PTB em 1962, o sindicato dos têxteis, contando com a presença de outras lideranças sindicais e políticas, convocou uma reunião que foi transmitida pela rádio Dragão do Mar:

O senhor presidente [Raimundo Lopes Gondim] iniciou os trabalhos anunciando que várias personalidades estavam presentes no recinto como convidados que foram para abrilhantarem às homenagens que os trabalhadores na indústria de fiação e tecelagem iriam prestar ao Sr. Moisés Pimentel, eleito deputado Federal. Nesse sentido, o Sr. Presidente convidou a tomarem parte na mesa dos deputados Moisés Pimentel e Amadeu Arrais; vereadores Luciano Barreira e Manuel Aguiar Arruda; José Maria de Oliveira, presidente do Sindicato dos Ferroviários do Ceará e a Presidente da Associação do Movimento Feminino do Cocorote<sup>154</sup>, Sra. Débora Andrade. (...)

Usou a palavra o senhor presidente, estava a partir desse momento, sendo irradiada pela rádio Dragão do Mar a presente sessão.

Em seguida solicitou que duas comissões de trabalhadores se aproximassem e demonstrassem o reconhecimento da classe às personalidades presentes. A comissão de operários entregou um “bouquet” de flores ao Dep. Amadeu Arrais e a comissão de operárias, ao Dep. Moisés Pimentel<sup>155</sup>.

O lugar de onde se fala é extremamente importante. O fato de a diretoria transmitir, via rádio, a sessão sindical em homenagem a Moisés Pimentel alcança um apelo muito forte. Demonstra a importância do sindicato e da articulação sindical

<sup>153</sup> JAGUARIBE, Ana Elisabete Freitas. *Labaredas no ar: a rádio Dragão do Mar e o cotidiano de Fortaleza (1958-1964)*. Dissertação de Mestrado em História Social - UFC. Fortaleza, 2005.

<sup>154</sup> Bairro denominado Montese, desde 1951, mas ainda presente no imaginário dos moradores na década de 1960.

<sup>155</sup> Ata da Sessão Ordinária do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, 27/01/1963.

no interior do movimento operário e da política. A dimensão da reunião em agradecimento ao apoio dos trabalhadores aproxima distâncias e simbolicamente retrata a vitória eleitoral, como sendo a vitória dos trabalhadores na esfera político-institucional.

Moura Beleza, ao ser perguntado sobre a campanha eleitoral, relata o relevante papel encenado pela rádio Dragão do Mar, em contribuição às ações do Pacto Sindical:

Nós não aceitávamos naquele tempo uma contribuição maior do que 5.000 cruzeiros de cada pessoa. E o nosso candidato a deputado federal, o mais importante que nós tínhamos era Moisés Pimentel, dono da rádio Dragão do Mar que era a melhor daqui. Nem ele nós permitíamos contribuir com mais do que isso. A vantagem do Moisés Pimentel era que a rádio dele era nossa. A qualquer momento chegasse o Pacto Sindical parava a programação e era nosso o microfone, de dia ou de noite, não interessava que programa estivesse no ar. A rádio era de disposição do Pacto Sindical<sup>156</sup>.

A fala assinala a homogeneização dos interesses da diretoria da rádio com os interesses dos trabalhadores. A rádio Dragão do Mar adquiriu, ao passar dos anos, forte credibilidade e reconhecimento popular, tornando-se poderoso instrumento de comunicação, propaganda e agitação política, o que implicou em receio das elites dominantes que objetivaram retirar o foco de atenção da rádio para os reclames e a interpelação dos trabalhadores. Corroborando essa hipótese, em 1963, percebemos conflitos entre a direção do Pacto e a diretoria da rádio, esta última representada na figura de Aécio de Borba:

Em seguida facultada a palavra, falou o companheiro Carlos Jathai para prestar contas do entendimento mantidos com Sr Moisés Pimentel sobre a rádio Dragão do Mar, depois de tecer várias considerações concluiu dizendo que nós trabalhadores não devíamos ter ilusões na Dragão do Mar, enquanto estivesse o Sr. Aécio de Borba dentro como representante do I.B.A.D.E., e que deveríamos marchar para outra rádio. Em seguida falou o companheiro Beleza concordando [com] o Jathai adiantando que deveríamos abandonar a rádio de uma vez por todas. Concluiu oferecendo-se para junto ao Presidente João Goulart pretear uma Rádio para o movimento sindical. Pediu a palavra o companheiro Queiroz concordando que temos que marchar para conseguir uma rádio, mas discordava de como conseguir, pois Rádio não era tão fácil assim, como afirmou o comp. Beleza. Facultada a palavra ao Dep. Blanchard Girão iniciou fazendo uma rápida explanação [sobre]

<sup>156</sup> Entrevista de José de Moura Beleza, NUDOC. Fortaleza, 18/01/1992.



o que era uma rádio e como a Frente Única deveria conseguir sendo aprovada por todos os presentes<sup>157</sup>.

No Ceará, Aécio de Borba era conselheiro da Ação Democrática Popular (ADEP), organismo vinculado ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), e foi candidato à Deputado Estadual pelo PST nas eleições de 1962, legenda conquistada através de articulações inter-regionais, pelos ativistas do movimento sindical cearense<sup>158</sup>. A filiação de Aécio ao PST deveu-se por motivo de sua proximidade com Moisés Pimentel, dono da rádio Dragão do Mar e Presidente Regional do PST.

A seção do Ceará da ADEP era coordenada por um conselho formado por três pessoas, dentre os quais, estavam Ezequiel Silva de Menezes, então Presidente do Tribunal de Contas do Estado, General Humberto Ellery e, como vimos, Aécio de Borba Vasconcelos. A princípio, a atribuição da ADEP era elaborar uma lista de candidatos reconhecidamente anticomunista e de projeção no Estado, para estudar a possibilidade de apoiá-los ideologicamente e financeiramente durante o processo eleitoral. Portanto, a ADEP assumiu caráter deliberadamente anticomunista. Aécio de Borba, que era também diretor da rádio Dragão do Mar, ao que parece, passou a exercer pressão para estreitar o espaço da rádio destinado às lideranças sindicais. Para se contrapor a essa atitude, e por força da organização dos trabalhadores, os líderes sindicais propuseram a pressionar o governo federal para obtenção de uma rádio, o que não se concretizou.

Em meio à efervescência do movimento sindical cearense, o temor das elites de perder espaço político e poder constituído intensificou a campanha de difamação e calúnia contra os ativistas sindicais de esquerda. Além disso, as elites conservadoras empregaram mecanismos de controle, ao censurar meios de propaganda e ao fechar espaços antes conquistados pelos líderes sindicais, como a rádio Dragão do Mar e o jornal *O Povo*, silenciando notícias veiculadas por Misael Queiroz, no momento das eleições de 1962, restando às lideranças sindicais formas de propaganda que não abrangiam um número grande de leitores.

---

<sup>157</sup> Ata de reunião do Pacto de Sindical dos Trabalhadores, Nº.8, 05/08/1963.

<sup>158</sup> Carta de José de Moura Beza endereçada a Gilberto de Recife/PE, Fortaleza, 22/11/1961. Dentre outros temas, esta carta relata o empenho de Beza em conseguir legenda para que o movimento sindical pudesse indicar candidatos às eleições de 1962. Beza solicita a Gilberto que negocie com Miguel Arraes para a resolução deste caso.

## 2. 2. PACTO SINDICAL EM MOVIMENTO

Quando da realização do I Congresso dos Trabalhadores do Estado do Ceará, em fins dos anos 1950, as estratégias políticas dos líderes sindicais incorporaram, como fundamentação de suas propostas, o programa trabalhista de ampliação e execução dos direitos adquiridos com o advento da CLT. Desse feito, o programa de apresentação do Pacto Sindical pouco ou nada se diferenciou das organizações sindicais já existentes de perfil conservador, como, por exemplo, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Ceará – FTICE, liderada por Antonio Alves da Costa.

Nos anos de 1960, a postura das lideranças se transforma, no mesmo ritmo das crises políticas e financeiras enfrentadas pelo governo. Neste momento, o foco de atenção das lideranças ultrapassa as questões referentes à ampliação de direitos adquiridos. Com a crescente participação dos trabalhadores e de suas lideranças nas decisões políticas e no exercício de pressões sobre a estrutura, a pauta que esteve colocada levantava a bandeira por reformas sociais de base.

O advento de intensas lutas nacionais e debates públicos em meio à turbulência dos acontecimentos políticos, ao mesmo tempo, trouxeram consigo o sentimento de solidariedade crescente entre trabalhadores e a consciência de que esses sujeitos sociais fincaram espaços de influência e de decisão no cenário político nacional. A renúncia de Jânio Quadros e a movimentação contra a investidura do cargo de Presidente a João Goulart, em viagem à China, inflamaram os ânimos das lideranças políticas, dirigentes sindicais e trabalhadores na elaboração de estratégias para instituí-lo no cargo. A manutenção de João Goulart no poder, revestida como vitória das forças democráticas, acarretou a construção de uma imagem favorável e entusiástica da ação coletiva dos trabalhadores, ligadas a alianças com setores progressistas da sociedade.

O Pacto Sindical, inserido nesse processo de lutas nacionais, procurou orientar a ação direta, incutida na solidariedade de classe. Dentre os anos que se seguiram após a constituição do Pacto, 1962 tornou-se emblemático. Não é possível analisá-lo sem inseri-lo enquanto processo, no âmbito de conscientização e participação dos trabalhadores ao longo do período que o antecedeu e o incorporou no momento de ebulição dos conflitos de classe.

O ano de 1962 foi palco de inúmeras lutas nacionais e locais, incluindo o estabelecimento de uma organização central de luta, de âmbito nacional, que passou a ser chamada de Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, apoiada, principalmente, na atuação estadual de centrais sindicais formadas desde a década de 1950.

As motivações de luta dos trabalhadores compreendiam desde o aumento do custo de vida, acelerado pela diminuição real do poder de compra dos salários, em virtude do descontrole inflacionário, até o desenvolvimento econômico nacional abraçado à idéia de justiça social. Este último, conforme a posição de tendências políticas progressistas, só aconteceria plenamente se a sociedade optasse pelas reformas sociais de base, o que corresponderia à primeira etapa da revolução brasileira na visão dos comunistas. Além disso, as agitações em torno da campanha eleitoral de 1962<sup>159</sup> tornaram-se ambiente favorável para a obtenção de conquistas contra aqueles que temiam perder espaço político nos quadros do Parlamento e do Executivo.

Com forte apelo popular, as lideranças sindicais cearenses se mostraram hábeis na orientação da campanha contra a carestia de vida realizada nos primeiros meses do ano de 1962 na cidade de Fortaleza, ao percorrer bairros suburbanos e incitando a organização dos trabalhadores e de populares. Essa estratégia causou enorme impacto e teve repercussão imediata nas páginas impressas dos jornais:

Reunião do Pacto – com o salão de reuniões do Sindicato dos Bancários inteiramente superlotado esteve reunido, à noite de ontem, o Pacto de Unidade Sindical. Foi deliberada a realização de uma ampla campanha pela contenção do custo de vida e que abrangerá todos os bairros de Fortaleza, contando com a cobertura de uma emissora local e de vários jornais. Assim, o Pacto passará a reunir-se, agora, em praça pública, nos vários subúrbios, mais de uma vez por semana. Para a próxima 6ª feira, ficou marcada a primeira dessas reuniões, que terá lugar na praça do chafariz, no bairro do Pirambu, a começar às 19h30min, contando com a presença de representantes sindicais. Domingo, uma nova reunião, terá lugar no Campo do América, no mesmo horário, ocasião em que será travado um debate com os moradores daquele bairro<sup>160</sup>.

<sup>159</sup> O ano de 1962 foi palco das eleições gerais, exceto para Presidência da República. A população elegeu Prefeito, Governador, Senador, Deputados Federal e Estadual, além de Vereador municipal.

<sup>160</sup> Jornal O Povo, Fortaleza, 04/04/1962, p. 05.

A prática sindical de levar reuniões aos bairros suburbanos de Fortaleza pode ser compreendida como uma das estratégias de luta incorporadas pelo Pacto Sindical. Essas práticas concretizaram-se em espaço de sociabilidade e de interlocução entre moradores e lideranças sindicais. Com base na proposta veiculada no jornal, a idéia implícita se constrói a partir do diálogo desses sujeitos, democratizando as relações entre eles e prevalecendo o caráter de reunião extramuros do Pacto Sindical. Isso é sintomático, ao menos através do que foi exposto, porque demonstra a diferença tática em relação ao uso de palanques onde só as lideranças eram porta-vozes das reclamações e reivindicações. O tom da coluna sindical enfatizava o debate e o diálogo.

A primeira fase da campanha contra a carestia de vida teve lugar nos bairros: Pirambu, realizada na praça da matriz; na comunidade do Campo do América, situado na grande Aldeota; e, Jacarecanga, em frente à Igreja dos Navegantes. Dentre os temas debatidos, o foco de atenção se dava em torno das causas do custo de vida e das “formas para resolver a clamorosa situação”<sup>161</sup>, o que implicava na articulação dos significados e dos meios para obtenção das reformas de base. Além do mais, os oradores ressaltavam os problemas enfrentados pela política brasileira e, a partir desse discurso, conclamavam a unidade dos trabalhadores no combate à carestia de vida.

Os debates em praça pública favoreceram o reconhecimento do Pacto Sindical como instrumento de ação política ao lado dos trabalhadores. Essa estratégia de luta encontrava-se aliada com a postura assumida pelo movimento sindical em concorrer ao posto de Prefeito de Fortaleza, com a candidatura de José de Moura Beleza, então Presidente do Pacto e, de certa forma, destinava-se também a fazer a propaganda dessa candidatura. Afinal, um trabalhador disputava o principal cargo do município de Fortaleza.

As concentrações em bairros populares continuaram após a campanha eleitoral de 1962:

Realizou-se ontem à tarde, no bairro Pirambu, uma concentração popular, promovida pelos ferroviários cearenses que foram discutir com os moradores daquele populoso bairro, problemas de interesse local e nacional. Vários dirigentes sindicais estiveram presentes e

---

<sup>161</sup> Jornal O Povo, Fortaleza, 12/04/1962, p. 05.

usaram da palavra. O Pacto Sindical já promoveu três concentrações de bairro e realizará outras<sup>162</sup>.

A promoção de reuniões extramuros do Pacto Sindical, ao que tudo indica, foi a principal forma encontrada pelas lideranças sindicais do Pacto, para se colocarem em diálogo com os trabalhadores. Como visto anteriormente, o Pacto Sindical não criava condições continuadas para o aumento da frequência de trabalhadores às reuniões intersindicais, prevalecendo um encontro de vanguarda. No entanto, é nesse momento “extramuros” que se efetiva a interação e o debate sobre propostas discutidas nas reuniões e dos anseios dos trabalhadores quanto à ação intersindical.

Outras estratégias foram levadas a efeito pelas lideranças do Pacto Sindical, a fim de alcançar os objetivos do programa de desenvolvimento social, partilhado pelas lutas nacionais de reformas de base. Após as comemorações do 1º de maio de 1962, em que a nova diretoria do Pacto foi empossada e na mesma ocasião o hino da entidade foi entoado, as lutas por demandas de justiça social continuaram e causaram impacto favorável aos trabalhadores:

#### PASSEATA À NOITE: MELHORES SALÁRIOS

Realizar-se-á à noite de hoje nesta capital, a passeata de diversas categorias de trabalhadores. **Será um acontecimento inédito em Fortaleza**, devendo participar da manifestação de centenas de operários e de servidores públicos. Reclamando de melhoria de salários e vencimentos.

#### A PARTIDA

A passeata partirá da praça da Estação, às 18 horas. Para aquele local devem convergir as diferentes classes que participarão da manifestação deslocando-se das sedes de suas entidades, momentos antes da passeata.

Participarão funcionários do Banco do Nordeste e da Prefeitura Municipal, garçons, sapateiros, servidores públicos federais, dirigentes do Pacto Sindical, trabalhadores e estudantes em geral – os dois últimos em solidariedade aos primeiros.

A manifestação percorrerá as principais ruas da capital, passando pelas emissoras de rádio e se encerrando na praça do Ferreira, onde será realizado um grande comício. Na oportunidade deverão fazer uso da palavra oradores, dizendo dos objetivos do movimento.

#### EM FAVOR DO NORDESTE

Aproveitando o ensejo, os manifestantes conduzirão faixas e cartazes, reclamando medidas urgentes de salvação do nordeste. O Governo Federal será rigorosamente criticado, em virtude de não ter

<sup>162</sup> Jornal O Povo, Fortaleza. 05/06/1963. P.04

cuidado, com a urgência que os problemas requerem, do envio de recursos para esta região<sup>163</sup>.

A “passeata monstro”<sup>164</sup>, caracterizada pela ação conjunta de diversas categorias, possuía feitura inédita na cidade de Fortaleza. A lógica do ritual dessa passeata era a reunião de várias passeatas oriunda de pontos estratégicos nas cercanias do Centro da cidade, o que fortalecia a imagética de encontro e de união dos trabalhadores. Lembrando que a maioria das sedes sindicais de Fortaleza tinha lugar no Centro da cidade, por exemplo: a dos ferroviários se estabelecia nas proximidades da Estação (local da concentração da passeata), a dos bancários, localizada à rua Barão do Rio Branco, 686, a dos sapateiros, à rua Meton de Alencar, 833, próximo à praça da Bandeira.

Conforme verificado acima, essa manifestação foi planejada em minúcias e começaria às 18 horas, para que mais trabalhadores pudessem participar após deixariam seus postos de trabalho no fim do expediente. Vale salientar que várias fábricas entre têxteis e gráficas, além de hotéis, bancos e o próprio comércio, em geral, ainda se concentravam no espaço físico e social daquele bairro e em seus arredores, o que possibilitava maior aglomeração e mobilização por parte dos trabalhadores.

O debate em torno da salvação do Nordeste foi levado adiante com o movimento paredista dos bancários, greve que se tornou a mais expressiva dos anos 1960 em Fortaleza, tanto pelo envolvimento de outras categorias profissionais que prestaram solidariedade como pelo tempo de duração do movimento, que se prolongou por mais de 15 dias. Nessa perspectiva, de acordo com Michelle Perrot, citada por French, “a greve não é uma forma vazia. Como processo social, tem sua vida própria, suas regras, seus costumes e práticas a que todos se curvam, seu movimento global e seu corpo específico”<sup>165</sup>.

A greve pode ser interpretada como momento privilegiado de sociabilidade e de envolvimento dos trabalhadores. É a prova de fogo e a forma explícita tradicional da manifestação da luta entre classes. Mesmo que a proposta se

---

<sup>163</sup> Jornal O Povo, Fortaleza, 10/05/1962. P. 06

<sup>164</sup> Jornal O Povo, Fortaleza, 08/05/1962. P. 01.

<sup>165</sup> FRENCH, John. O abc dos operários. Op. Cit. 1995.

inicie através de orientação de lideranças, a greve só se mostra eficaz se os trabalhadores se identificarem com as reivindicações e as soluções propostas.

A greve dos bancários do Banco do Nordeste – BNB, realizada em maio de 1962, tinha como bandeira de luta: a equiparação de salários dos trabalhadores do BNB em relação ao Banco do Brasil e o desenvolvimento do Nordeste, que seria impulsionado em virtude da liberação de mais recursos para projetos que tivessem esse fim. Esse discurso social conquistou adesão de vários setores da sociedade, principalmente de organismos sindicais afiliados ao Pacto de Unidade Sindical:

SOLIDARIEDADE – Várias categorias de trabalhadores estão levando sua solidariedade e apoio à greve do pessoal do BNB. Além de comissões dos marítimos, dos portuários, dos gráficos, dos securitários, dos enfermeiros e de outras categorias, os ferroviários cearenses suspenderam uma grande assembléia que realizavam sábado último e incorporados foram à sede do Sindicato dos Bancários levarem sua solidariedade e apoio ao movimento<sup>166</sup>.

Trabalhadores em comissão levavam sua solidariedade aos grevistas e contribuíam com recursos financeiros e alimentação para que os bancários dessem prosseguimento ao seu movimento. Os trabalhadores em greve adotaram inúmeras medidas para sensibilizar a opinião pública quanto à paralisação de suas atividades, dentre as quais podemos constatar a realização de passeatas diárias<sup>167</sup> pelas ruas do centro da cidade, sempre às 18 horas.

O ponto de encontro das passeatas foi deslocado para a frente do Sindicato dos Bancários, mas os ritos consolidados permaneceram os mesmos:

#### A PASSEATA TERMINOU EM CONCENTRAÇÃO NA PRAÇA

Com a presença dos funcionários do Banco do Nordeste [em greve], dos universitários [também em greve], dos ferroviários, marítimos e portuários, além de representações do Pacto de Unidade Sindical e da Aliança Operária-Estudantil-Camponesa, realizou-se à noite de ontem, a passeata, pelas principais ruas e praças da cidade, alusiva às reivindicações que ora formulam.

Os universitários saíram às 18 horas do CEU, percorrendo a Visconde do Cauípe, a General Sampaio, a Duque de Caxias e a Barão do Rio Branco até a sede do Sindicato dos Bancários, onde se

<sup>166</sup> Jornal O Povo, 14/05/1962. P. 02

<sup>167</sup> Jornal O Povo, 15/05/1962. P.02

agregaram aos grevistas do BNB, enquanto os ferroviários partiram da praça da Estação para um encontro na Barão do Rio Branco.

No desfile da sede do Sindicato dos Bancários até a praça do Ferreira, onde se realizou uma concentração popular, foram entoados os hinos da Juventude Cearense e do Pacto de Unidade Sindical.

Na concentração, fizeram uso da palavra o padre Arquimedes Bruno, os líderes estudantis Manoel Aguiar de Arruda e Mânlio Silvestre, os sindicais José de Moura Beleza, José Maria de Oliveira e José Jataí e o presidente da UEE do Estado do Rio, universitário José Carlos Almeida<sup>168</sup>.

A experiência positiva do encontro de passeatas em pontos estratégicos, para então percorrer ruas que se constituíram em redutos tradicionais de luta operária foi incorporada aos costumes do fazer greves e manifestações públicas dos trabalhadores da capital cearense. A ênfase da notícia, divulgada no jornal *O Povo*, recaiu sobre o cortejo e a aliança, ao criar um mapa imagético das ruas percorridas pelos trabalhadores, de vários matizes, e estudantes. Dentre palavras de ordem proferidas, cartazes e faixas que compõem os ritos de uma passeata, o destaque se concentra nos hinos cantados, composições de José Jatahy, que ganham força e se assemelham a novas formas de gritar a plenos pulmões palavras de ordem e de luta.

Naquele mesmo ano, outras manifestações se desenrolaram nos palcos da cidade: além da campanha contra a carestia de vida e da greve dos bancários, a nível nacional, foram ensaiados movimentos paredistas gerais, tanto em julho quanto em setembro. Deve-se salientar que o regime político parlamentarista vigente difundiu inúmeras desconfianças entre setores progressistas e conservadores. A instabilidade governamental se perpetuou ao passo da permanência desse regime. Os gabinetes ministeriais não se consolidavam mais do que um mês. Os apelos e as mobilizações para a devolução dos poderes ao Presidente da República foram cada vez mais sentidos, o que congregava diferentes motivos para tal decisão. Nesse ínterim, a pressão popular, orientada por organismos sindicais, teve forte ressonância.

José de Moura Beleza, Presidente do Sindicato dos Bancários e do Pacto Sindical, em depoimento, teceu considerações a respeito da greve política de 1962:

---

<sup>168</sup> Jornal *O Povo*, 25/05/1962. P.02



Havia solidariedade. Basta dizer que quando eu fui preso... uma das vezes que eu fui preso na greve política de 1962. Nós chegamos a ponto de em 1962 fazer uma greve política! Uma greve política de solidariedade ao Jango. Nós entramos na greve certos que ia ser um fracasso, porque uma greve política nunca tinha sido tentada em Fortaleza. Principalmente bancário, que era a minha categoria, eu era presidente do Pacto e nós estávamos certos que ia ser o maior fracasso. Por sorte minha e nossa toda é que às 4 horas da manhã o exército mandou cercar o Banco do Brasil com quatro metralhadoras, uma em cada esquina e uma metralhadora em cada banco, quando começou o expediente os trabalhadores não entraram se revoltaram contra o aparato militar e foi a maior que nós fizemos em Fortaleza, graças a solidariedade do exército que quis impedir, mas acabaram consolidando uma passeata na Sé, foi a maior que nós fizemos. Mas mesmo assim em torno das duas horas da tarde, eu estava em uma camionete de som, quando fui interceptado por um carro do exército que me levou preso a mim e um dos colegas diretores e fomos presos no Quartel General ali na Pessoa Anta. Imediatamente, o Presidente da Federação, estava aqui e ele não sabia, a sede [da Federação] era Recife, o presidente imediatamente telefonou para o Jango movimentação do exército porque eu tinha sido preso e por ordem de quem<sup>169</sup>.

Em tom de surpresa, afirmou ao entrevistador: “nós chegamos a ponto de em 1962 fazer uma greve política!” Essa greve que Moura Beleza rememora, dentre tantas outras que ocorreram naquele ano, possivelmente, refere-se ao dia 15 de setembro de 1962. Os líderes do Comando Geral dos Trabalhadores – CGT apoiados pelas Centrais Sindicais, com a participação inclusive da intersindical cearense representada pelo José de Moura Beleza, e Federações estaduais, sob movimento denominado de esforço concentrado, decidiram pela realização da greve geral nacional, caso os líderes do governo não cumprissem com as exigências do movimento. Dentre as reivindicações do movimento encontravam-se: aumento de 100% do salário mínimo, voto do soldado e do analfabeto, reforma agrária radical, que concedesse terra e meios aos camponeses, e revogação da lei de segurança<sup>170</sup>. No entanto, a principal das reivindicações se concretizaria em apoio ao Presidente João Goulart pressionando o Parlamento a definir a data para realização do plebiscito popular para consulta sobre a forma de governo brasileira.

Em conformidade com o divulgado na imprensa comercial, em Fortaleza apenas aderiram à greve os ferroviários e os portuários e, parcialmente, os têxteis,

<sup>169</sup> Entrevista de José de Moura Beleza. NUDOC. Fortaleza, 18/01/1992.

<sup>170</sup> Jornal O Povo, Fortaleza, 11/09/1962.

bancários e gráficos. O policiamento militar foi, como rememorado por Beleza, ostensivo nos bancos, a fim de garantir a normalidade do trabalho.

O caso citado por Beleza, de que a greve somente se tornou efetiva em virtude do “apoio” dos militares, é emblemático, porque nos leva a pensar que os motivos para a adesão dos trabalhadores à greve podem não ser semelhantes aos das lideranças. De acordo com a fala do líder bancário, aqueles trabalhadores se identificaram com o movimento no que tange a resistência à repressão. De certa forma, aqueles trabalhadores afirmavam o descontentamento no tratamento destinado à ação coletiva como atribuído a caso de polícia e que se incorpora à luta pelo direito à liberdade, seja ela civil, política e de expressão.

Outras manifestações públicas foram propostas pelo Comando Geral dos Trabalhadores e levadas em prática pelo Pacto de Unidade Sindical. No entanto, faz-se *mister* enfatizar a construção e o planejamento desses movimentos nas reuniões da intersindical cearense:

Pediu a palavra o representante do Sindicato dos Ferroviários para comunicar a casa que os Ferroviários depois da consulta a classe estão somente esperando a voz do comando do CGT. Foi facultada a palavra ao companheiro Beleza, que depois de criticar todas as forças da frente única no Ceará, que a seu ver fugiram da luta, terminou dizendo que no Ceará não havia condições de greve geral inclusive os próprios bancários não parariam. Companheiro Carlos Jatahy disse que nas 2 Assembléias realizadas somente na segunda compareceu um bom número de gráficos, mas não decidiram sobre a greve geral. Pediu a palavra o companheiro Quinderé dando seu ponto de vista que no momento atual não existe condição para uma greve geral no Ceará, neste mesmo sentido falou o companheiro Queiroz, depois de analisar rapidamente a situação atual entre trabalhadores. Falou o companheiro José Leandro explicando a posição dos camponeses, também afirmando que greve geral no momento não era possível. No mesmo sentido falou os companheiros João de Deus, e Carlos Alberto discordou do companheiro Beleza quando o mesmo afirmou que o companheiro José Ferreira tinha elogiado o governador Virgílio Távora. Como último orador falou o companheiro Aquino para em rápidas palavras mostrar que todo momento tem seus altos e baixos, fazendo várias comparações, mas dizendo que faz parte da vida, hoje não fazemos greve geral, amanhã poderemos fazer concluiu<sup>171</sup>.

---

<sup>171</sup> Ata de reunião do Pacto Sindical dos Trabalhadores, Estudantes, Agricultores e Servidores Públicos do Ceará, 28/05/1963.

O excerto acima transcrito foi extraído da ata do Pacto Sindical, o que possibilita entendermos as tensões, divergências e a forma como essas manifestações eram articuladas. No momento da reunião, os representantes sindicais deram os informes sobre o recebimento da proposta de deflagração de uma nova greve geral em meados do ano de 1963. Para tanto, a consulta aos trabalhadores, geralmente, eram estabelecidas em assembléias das categorias profissionais que para se tornarem legítimas, precisavam da presença significativa de trabalhadores sindicalizados, o que demonstra a soberania dos trabalhadores em fazer o próprio movimento sindical. Mesmo com a não efetivação da greve articulada, outras formas de manifestações políticas deram prosseguimento às lutas pelas reformas sociais.

Essas lutas continuadas, experimentadas em início dos anos de 1960, representavam a capacidade de mobilização, disposição e consciência da classe trabalhadora contra a exploração capitalista e em busca da transformação social, através de reformas de caráter nacionalista. No cenário local, o Pacto Sindical, estando à frente da articulação desses movimentos, angariava o bônus das lutas, o que aumentava o poder de barganha e o exercício de pressão desse organismo intersindical junto a setores dominantes da sociedade, no âmbito da luta de classes. Por outro lado, ficava evidente também a vigília desses setores e o uso, cada vez mais crescente, de mecanismos de repressão ideológica e física ao movimento sindical. Desse modo, podemos concluir que as vitórias conquistadas através do campo da ação direta fortaleceram os organismos sindicais combatentes, e em particular, a intersindical cearense.

### **2.3. LIDERANÇAS INTERSINDICAIS: OS DOIS JOSÉS**

Em conformidade com Gilberto Velho, “um projeto coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham<sup>172</sup>”. Nesse sentido, as lideranças sindicais, ao considerarem como projeto coletivo à constituição de uma entidade intersindical dos trabalhadores cearenses,

---

<sup>172</sup> VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*. Antropologia das sociedades complexas. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1999. p. 41.

compartilhavam-no de maneira distinta. Além do mais, o projeto para construir uma instituição classista interagiu com outros projetos coletivos e, sobretudo, individuais.

Desse modo, a análise das trajetórias de vida do bancário José de Moura Beleza e do músico José Jatahy, ambos presidentes do Pacto Sindical, gestão entre os anos de 1960 e 1963 e gestão entre os anos de 1963 e 1964, respectivamente, possibilita-nos perceber os modos de viver o projeto intersindical. A escolha por essas lideranças não se deu de forma aleatória. Por estarem à frente da intersindical, as atenções se volveram em torno delas, possibilitando maior acúmulo, apesar de ainda restrito, da produção material da existência de ambos, seja em textos impressos nos jornais de grande circulação, seja na confecção de músicas, ou na produção de si, esta última construída de modo mediado por instituições de pesquisa, através de depoimento oral.

José de Moura Beleza, na década de 1990, foi entrevistado pelos pesquisadores Virginia e Francisco Moreira Ribeiro do Núcleo de Documentação e Cultura da Universidade Federal do Ceará (UFC); e José Jatahy foi entrevistado nos idos de 1971, auge da repressão militar, para o museu fonográfico do Ceará, acervo privado, organizado pelo pesquisador Miguel Ângelo de Azevedo, comumente conhecido por Nirez. Sob perspectivas de análise e tempos diferentes de feitura, os depoimentos lançam luz sobre o universo congruente e complexo de que fizeram parte essas lideranças sindicais e sobre o modo como experienciaram o projeto intersindical.

Verena Alberti afirma que a opção pela utilização do método de História Oral deve estar em consonância com a compreensão de que o depoimento deve ser compreendido também como documento de cunho biográfico. Trata-se então de inserir essa fonte histórica dentro da perspectiva envolta pelo paradigma das sociedades ocidentais sobre o individualismo. Entrementes, o “eu” moderno adquire valor e autonomia em relação ao todo, o que imputa que a organização social nasce do indivíduo e não o inverso. Além disso, deve-se ter em mente, como afirma Vavy Pacheco, que “o ser humano existe somente dentro de uma rede de relações”<sup>173</sup>, sem perder de vista as pressões exercidas pelos condicionantes sociais e as relações com as organizações em que atuava, seja família, trabalho, partido, sindicato, religião, vizinhança e região.

---

<sup>173</sup> BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. IN. PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. 2º. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 222.

### 2.3.1. JOSÉ JATAHY

Na feitura de si, a trajetória de vida de José Jatahy não se apresenta de maneira linear, porque em todo momento de seu depoimento tornam-se evidentes os desafios e as opções escolhidas por ele, dentro de um campo de possibilidades. A princípio nos deparamos com um problema de investigação: a relação de Jatahy com o Pacto Sindical não foi mencionada no depoimento. Possivelmente, por duas razões: o tema escolhido para entrevista relacionava-se a trajetória de vida ligada, principalmente, à esfera musical e, portanto, profissional; o outro elemento que nos leva a crer sobre o receio de Jatahy em mencionar sobre sua militância incide no contexto dos anos de 1970, em que a censura e a repressão prevaleciam na órbita das relações públicas. Desse modo, a todo instante Jatahy lida com a contenção de si<sup>174</sup>. Para evitar problemas posteriores com a gravação do depoimento, o narrador procura inserir a sua fala dentro dos códigos normativos aceitáveis pela sociedade.

As perguntas realizadas por Nirez percorriam tempos diferentes, tanto da família, como do trabalho, e penetravam o universo artístico musical da capital cearense. Fragmentos da vida de Jatahy que envolviam representações da mídia ao narrador, como atribuições de slogans “o pioneiro do rádio”, “o maioral”, ou então, o trabalho como gráfico, o orgulho de ser o primeiro músico contratado da rádio cearense, o intervalo vivido em Campina Grande e a constituição de um sonho: a criação e montagem da primeira rádio dessa cidade tomam corpo e dialogam com o florescimento do caráter de profissionalização do trabalhador da música.

No final do depoimento que durou dezoito minutos, o entrevistador Nirez concedeu a palavra ao narrador para que utilizasse o tempo para registrar algum “fato curioso” de sua carreira artística. Eis o “fato curioso”, que traz extraordinária significância sobre as relações internas e pressões exercidas nos meios de comunicação da época:

Se você tivesse me falado com antecedência eu marcava um. Mas, em todo caso vou citá-lo. Havia mais ou menos em 1942, na PRE-9 um certo movimento por parte da direção no sentido de encontrar um cantor para me substituir, porque tinha havido um concurso e eles achavam que [João] Milfon seria o cantor para me substituir,

---

<sup>174</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

substituir como o primeiro da rádio, mas ele tinha perdido o concurso, né? Ele tinha sido derrotado por mim lá no José de Alencar, no certame do “Muraro”. Então estávamos um dia. E o Dummar<sup>175</sup> estava preocupado. Arranja um cantor pra substituir o Jatahy. Tinha uma certa raiva de mim. Talvez, por questões de ideologia política. Então ele vivia querendo arranjar um substituto para me tirar da raia. Um dia eu estou esperando um bonde lá no Dragão (é um botequim que tinha ali atrás da Assembléia, ainda hoje tem um botequim no mesmo local, mas com outro nome, hoje é Barra Brasil parece). Então, o Dragão era lá. Eu estava com o Moacir Weyne lá tomando umas aguardentes esperando o bonde e o Moacir cantou um negócio lá. Aí eu disse:

- Olha, [ele cantou em falsete] Moacir eu vou tirar isso aí com a voz solta.

- Você faz nada, companheiro! - Moacir

- Faça já, já.

Aí Comecei a cantar. A canção que era cantada em falsete, eu cantei com a voz solta. E o João Dummar ia chegando com Costa Lima, Paulo Cabral, Zé Cabral de Araújo no Restaurante Brasil, que era pertinho do Bar.

O João Dummar disse: - Taí o cantor que vai substituir o Jatahy.

Paulo Cabral disse: - coisíssima nenhuma. Isso é o Jatahy.

O Cabral apostou com ele vinte mil réis. O bar tava fechado. Bateu na porta. Quando ele bateu na porta (era tarde, o bar tava fechado), e eu vim abrir. Poxa, eu ganhei vinte mil réis. E me levou até lá no João Dummar. O Dummar ficou com a cara mais decepcionante do mundo, porque viu que o negócio tinha ido pelo avesso<sup>176</sup>.

José Pattapio Costa Jatahy foi o primeiro cantor contratado da rádio Ceará Rádio Clube (PRE-9) nos anos de 1930. E sua primeira apresentação na rádio, antiga BRAT, teve a participação de Lauro Maia no piano, cantando o fox “*Please*”, versão em português. Portanto, ao falar de 1942, após sua vitória como melhor cantor do Ceará no festival de música no Teatro José de Alencar, o tom que prevalece é o de reconhecimento público e de consagração musical, além de sua participação no processo de profissionalização dos trabalhadores da música.

Um elemento que chamou a atenção na fala de Jatahy diz respeito à forma musical cantada, objeto do frisson de João Dummar. Nas primeiras décadas do século XX prevalecia no domínio musical a preferência dada a cantores da chamada “grande voz”. Os trabalhadores da música precisavam se educar para obter um controle vocal que pudesse exercer toda a sua potência na voz. Os olhares

<sup>175</sup> João Dummar nasceu na Síria, migrou com a família para o Brasil e se tornou pioneiro em empreendimentos radiofônicos no Ceará, estando a frente da direção da PRE-9, a Ceará Rádio Clube.

<sup>176</sup> Entrevista de José Jatahy. Arquivo Fonográfico do Nirez. Fortaleza, 06/01/1971.

do público e dos críticos voltavam suas atenções para a voz: bela, aveludada, mas, sobretudo, enfática.

Para exercer esse domínio era comum o uso de falsetes, o que correspondia a uma técnica vocal utilizada por cantores masculinos a fim de imitar o som agudo e estridente. José Jatahy, exímio seresteiro, possuía na voz a potência e o gosto das platéias cearenses. Portanto, quando Jatahy, em conversa com o músico e também contratado da Ceará Rádio Clube Moacir Weyne, se propôs a cantar com a voz solta, ele utilizava uma forma inusual de cantar. Para se ter uma idéia da significância do caso, basta ressaltar que o movimento da bossa nova, iniciado em fins da década de 1950, revolucionou o manejo musical dando ênfase a um estilo mais elaborado musical em detrimento do rigor vocal, adotando a “voz solta”. Ao rememorar esse caso, Jatahy talvez quisesse demonstrar que era um homem à frente do seu tempo e, mesmo assim, não escapava das perseguições sofridas por questões políticas.

É apenas nesse momento da entrevista que, de maneira breve, se abre à perspectiva do envolvimento político e ideológico do narrador. Jatahy era militante comunista. Não nos foi possível discernir sobre o período e as formas de seu envolvimento com o Partido Comunista, em virtude da extrema fragmentação das fontes. No entanto, se observa que desde os primórdios de sua atuação no sistema radiofônico, como mostra o excerto, Jatahy coloca-se sob posição contestadora. O trecho do depoimento do músico militante vem demonstrar as relações de poder entranhadas na organização da rádio PRE-9, em reunião da diretoria, por um lado, e a pressão popular e midiática para manter em seus quadros um músico consagrado pelo público e pelos críticos, por outro.

Jatahy, anos após esse episódio, comprometido com a área comercial de rádio, viaja e recomeça sua trajetória na cidade de Campina Grande, onde inaugura, junto a outros companheiros tais como Hilton Motta e Gil Gonçalves, a primeira rádio dessa cidade, BRF-5 denominada de Rádio Cariri. Com o espírito empreendedor, Jatahy permanece por alguns anos à frente da rádio até que a vende e retorna para Fortaleza no final dos anos 1950.

O retorno de Jatahy a rádio mereceu destaque na imprensa local. O Jornal O Povo dedicou meia página do impresso para prestigiar a volta do “último seresteiro” na programação da rádio local Ubiratan. Jatahy retorna a Fortaleza exercendo sua atividade profissional como compositor, cantor, priorizando o lado

comercial na confecção de jingles para rádio. À frente do Sindicato dos Músicos do Ceará, o cantor se insere no universo de organização sindical cearense, voltando à proposição de Gilberto Velho ao falar sobre modos diferentes de viver um projeto coletivo. Corroborando com essa assertiva, Jatahy conseguiu através da atividade artística criativa se inserir no projeto de constituição da unidade intersindical.

Jatahy compôs algumas músicas voltando a sua atenção para a organização e para o universo de experiência dos trabalhadores. As músicas que a seguir serão transcritas não estão na ordem cronológica, além disso, não nos foi possível determinar a data precisa de todas. A primeira delas é o Hino do Pacto Sindical, cantada pela primeira vez nas comemorações do 1º de maio de 1962, dia festivo para os trabalhadores:

#### Hino do Pacto Sindical

Essa gente injustiçada/ Vive triste abandonada/ Tão cansada de sofrer/ Sua voz hoje se ergue/ Contra a dor que a persegue/ Contra os homens do Poder/ Junto a essa massa humana/ Com vontade soberana/ E um soberbo ideal/ Os humildes defendendo/ Ele vai sempre crescendo/ O nosso PACTO SINDICAL.

Trabalhador foste o construtor/ Da grandeza nacional/ Trabalhador sempre unido há de estar/ Junto ao PACTO SINDICAL.

O grande dia vem surgindo/ Todos nós estamos indo/ Para a vitória final/ Camponeses e estudantes/ Todos marcham confiantes/ Junto ao PACTO SINDICAL/ Sempre honrando o passado/ Vão lutando lado a lado/ Com esperança no Porvir/ Nossa vitória final/ Muito em breve há de vir<sup>177</sup>.

A criação do Hino do Pacto Sindical percorreu as representações que se tinha do então organismo de classe e procurou construir uma identificação dos trabalhadores à intersindical. Faz-se *mister* observar que o foco de atenção do hino do Pacto Sindical indica que a intersindical não está interessada na organização apenas dos trabalhadores, ao generalizar a fala aos humildes e à gente sofredora e ao mencionar a aliança com os trabalhadores do campo e com os estudantes. Isso é significativo porque as atividades do Pacto se voltam à luta contra os “homens do poder” e disputando espaços junto ao poder local, falando em nome dessas gentes. Semelhante ao Hino do Pacto, uma característica das canções envolvendo trabalhadores compostas por Jatahy traz a significância do trabalhador para a construção da riqueza nacional.

<sup>177</sup> Jornal O Povo, Fortaleza, 30/abr/ 1962, p.05. Em virtude de não termos acesso a música gravada, reportaremos a ela a partir da interpretação de sua letra.



Em disco de goma-laca de 78 rotações<sup>178</sup>, Jatahy compôs duas músicas dedicadas ao “Motorista Brasileiro”, a saber: Piso no Arranque e Canção do Motorista, gravadas com o acompanhamento da Orquestra da rádio Dragão do Mar:

#### **Piso no Arranque**

Piso no arranque/ Arrasto uma primeira/ passo uma segunda/ engato uma terceira/ Meu carro vai correndo/ Meu carro vai rodando/ Lá no meu ranchinho/ Meu amor tá me esperando  
Estrada fora vai rodando meu possante caminhão/ A riqueza transportando/ ajudando essa nação/ Levo o milho e o algodão/ Trago arroz, trago feijão  
No verão como poeira/ ?/ Segurando no volante/ Com a atenção a todo instante/ A morena me acenando/ Eu no carro vou chispando/ A morena é bonitinha/ A danada é engraadinha.

Na música Piso no Arranque, a melodia ritmada se faz tão importante quanto o argumento do conteúdo, em virtude de possibilitar a integração e sociabilidade em comemorações coletivas. Ademais, a construção da letra, de fácil memorização, penetra o universo dos motoristas de forma lúdica e distante das pressões e dificuldades do cotidiano presente nas relações de trabalho.

#### **Canção do Motorista**

Acionando/ A grandeza do Brasil/ Do progresso é um braço de vil/ Percorrendo as estradas além/ Nossa pátria ajudando ele vem/ No sertão ou na serra distante/ Ele marcha bem firme ao volante/ Nosso imenso país desbravando/ Horizontes vai descortinando  
Motorista pisa no arranque/ Não deixa que o progresso estanque/ Sob a chuva ou sob o céu de anil/ Entrelaça esse imenso Brasil  
Na cidade apressado a correr/ Ajudando a cidade a crescer/ Seu trabalho é um grande fator/ Grande ajuda de trabalhador/ Sempre alegre marcha o bandeirante/ Com ? e seguro ao voltante/ Pois se o carro é de tração/ O Brasil, nossa grande nação.

Em ritmo de marcha, Jatahy descreve o motorista sempre em movimento, situando-o como responsável para construção do progresso nacional, noção refletida tanto na melodia, quanto no argumento da composição musical.

O caráter das letras “Canção do Motorista” e “Piso no Arranque” não está ligado à organização sindical ou partidária, mas, sobretudo, Jatahy versa sobre a

<sup>178</sup> O disco de 78 rotações por minuto é uma criação atribuída ao canadense Émile Berliner, canadense, na década de 1870, e comportava uma música em cada face entre 1 a 3 minutos de execução. Era tocado em instrumentos fonográficos como gramofone e, posteriormente, toca-discos elétricos. No Brasil, teve auge de circulação nos anos de 1940 e 1950, permanecendo como instrumento de gravação midiático até o final de 1964, quando foi totalmente substituído pelo Long Play, mais resistente e duradouro.

maneira de viver do motorista e o papel de seu trabalho na sociedade. Entrementes, o motorista é visto como responsável pelo processo de exportação e importação de gêneros alimentícios, dentre outros, o que contribui para o desenvolvimento econômico e social, além do entrelaçamento, das diversas regiões do Brasil. Por isso, Jatahy faz a associação entre motoristas e bandeirantes do século XVIII, responsáveis pela penetração do interior brasileiro, vinculada ao mito de desbravadores e heróis do Brasil, o que traz à tona a concepção de história assimilada nos anos 1960.

As músicas de Jatahy também celebravam a paixão e a organização política. Em LP 48 rotações, o músico gravou duas canções enaltecendo a unidade em vias de transformação social: o Hino dos ferroviários e a Canção da Juventude. Em conversa informal, mas importante de ser mencionada, o atual Presidente do Sindicato dos Ferroviários relata que esse LP teria sido alvo de censura no início dos anos 1960, por incitar o comunismo. De acordo com o informante, o exército o teria recolhido das bancas, o que revela que a repressão esteve de mãos dadas com a democratização política, mesmo sob uma legalidade de fato, o regime democrático de então procurava cercear os limites até onde os militantes comunistas e demais sindicalistas poderiam agir. A seguir, as músicas que supostamente foram alvos de repressão:

#### **Hino dos ferroviários**

Decididos a vencer/ Confiantes no poder/ Da nossa grande unidade/  
 Nosso sol vemos praia/ Luminoso a despontar/ Como a nossa  
 fraternidade/ Quanta luta já passou/ E na história já ficou/ A grande  
 força operária/ Muitas outras hão de vir/ Nós iremos repetir/ A vitória  
 ferroviária/  
 Ferroviário [bis], tua força empolga a nação  
 Ferroviário [bis], muita paz leva-o no coração  
 Ferroviário [bis], com nossa voz vai ecoar  
 Ferroviário [bis], a injustiça iremos derrubar  
 Nossos bravos veteranos/ Os algozes da nação/ É a luta ferroviária/  
 Sempre unidos lutaremos/ Com toda classe operária/ Quando a  
 locomotiva/ Grita forte sempre altiva/ Com a nossa voz a clamar/  
 Nosso grito independente/ Neste país continente/ Bem forte há de  
 ecoar.

O hino dos trabalhadores ferroviários foi entoado e gravado em companhia da Orquestra e Coro sob regência de Nelson Ferreira. Com voz grave, Jatahy, através das lembranças de lutas passadas, empolga as gerações de ferroviários da década de 1960, em favor da união, solidariedade e mobilização

desses trabalhadores. A impositação vocal assumida por Jatahy, nessa música, transmite seriedade, atribuindo valor ao argumento. O tom grave utilizado constrói uma imagem equiparada a palavras de ordem gritadas a plenos pulmões e de punhos erguidos em meio à multidão mobilizada.

O músico dedica ainda uma canção à juventude do Brasil:

#### **Canção da Juventude**

**Voz: Jatahy** - Nossas mãos está a grande pátria de amanhã/ O futuro do Brasil a juventude é guardiã/ No trabalho e nas escolas/ Há uma missão a cumprir/ A miséria e a injustiça/ Nós iremos do Brasil logo extinguir

**Voz: Coro** - Pelo campo e na cidade/ Onde se possa atuar/ Imporemos a igualdade para a injustiça terminar/ Grande força, nós formamos do grande rincão nacional/ E a todos convocamos/ Para se unir ao nosso grande ideal (Refrão)

**Voz: Jatahy** – E aqueles que ainda estão a nossa pátria explorar/ Que derramemos sangue, mas iremos expulsar/ Nunca mais, oh! nunca mais/ Terá vez o explorador/ Grande força, juventude/ Cada jovem será um libertador.

A canção da juventude transcrita acima é tecida de forma ousada. Nessa letra, Jatahy chama à juventude para estar à frente da transformação na ordem social, mesmo que para isso seja necessário o uso da força e das armas. É emblemático na construção dessa narrativa musical o papel que deveria ser desempenhado pela juventude, que Jatahy associa a estudantes e a trabalhadores.

Jatahy transmuta o programa socialista de transformação social em músicas acessíveis, repletas de paixão e que trazem em seu bojo o desejo pela mobilização social. Nesse sentido, ele alia à sua criatividade artística a propaganda ideológica. Mas, não foi só isso, Jatahy conseguiu penetrar em diversos tons nas casas populares e nos festejos dos trabalhadores. Poderia transcrever aqui a música que compôs gravada por Luís Gonzaga: “Desse jeito não”. Ou, então citar o baião, escrito de maneira humorada, intitulado “Meu Pé de Piqui” que associa a proliferação de crianças numa casa em virtude das estações de um “piqueiro”. Ou, ainda, o amor e a dor cantados na beleza das serestas em “Falsa Felicidade” e “Se te vejo em Sonho”.

Jatahy compôs, depois de sua volta à Fortaleza em fim dos anos 1950, os hinos dos principais clubes cearenses, a saber: o Hino do Ceará Sporting Club, ainda hoje se mantém como oficial; e, o Hino do Fortaleza Esporte Clube, de 1959,

substituído pela composição de Jackson de Carvalho em 1967<sup>179</sup>. A seguir o Hino do Ceará Sporting Clube:

#### **HINO DO CEARÁ SPORTING CLUB**

Teu passado é todo coberto de glória/ Dia a dia tu conquistas mais vitórias / Tua bandeira alvinegra desfraldada/ Teu time em campo tem vitória assegurada/ Campeão da popularidade/ Tua torcida hoje é toda cidade/ É um grande povo a te estimular/ É o Vovô, o CEARÁ vai ganhar!!!/ És o time das grandes campanhas/ Sempre aqui ou lá fora tu ganhas/ Com teus craques em campo a brilhar/ CEARÁ TUA GLÓRIA É LUTAR!<sup>180</sup>

Um trecho marcante do Hino do Ceará refere-se ao campo de futebol como campo de batalha: “Com teus craques em campo a brilhar/ Ceará tua glória é lutar”. Equiparando o futebol, expressão do lúdico, com a luta pela sobrevivência que é cotidiana. A ênfase do hino do Ceará é a concepção da luta, quiçá em virtude da própria trajetória política do compositor. Nesse sentido, esse termo pode tomar dimensões fora do campo de futebol.

Como mencionado anteriormente, outro hino composto por Jatahy foi o do Fortaleza Esporte Clube, em 1959:

Campeão, campeão/ Salve o Tricolor de Aço  
Azul, branco, encarnado/ Suas cores são glórias do passado  
São as cores do meu clube, que beleza  
Aquela camisa, Fortaleza/ És da praça, todo mundo tricolor  
És na vida, todo tempo, toda dor/ És no parque, toda a gente a delirar/  
E cada gente mais se admirar/ Em cada fileira tens um homem de valor/ Vamos pra vitória, Fortaleza, Tricolor./ Campeão!  
Ô campeão...<sup>181</sup>

Jatahy, nesse hino, versa sobre as glórias passadas do time, revestidas por três cores: azul, branco e encarnado. Outrossim, o hino canta a cidade, onde a “camisa” percorre e pertence à praça, ao parque e à vida<sup>182</sup>.

<sup>179</sup> Disponível em <http://www.fortaleza.net/historia/>. Acesso em 15/08/2009.

<sup>180</sup> Hino do Ceará Sporting Club. Disponível em: <http://cifraclub.terra.com.br/cifras/hinos/hino-do-ceara-sporting-club-jose-jatahy-wjmhk.html>. Acesso em 13/04/2009.

<sup>181</sup> O hino tricolor esquecido. Coluna de Esportes. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/opovo/esportes/731300.html>. Acesso em 15/08/2009.

<sup>182</sup> A composição para mais de um time de uma mesma cidade não foi atributo apenas de Jatahy. Lamartine Babo, cantor carioca e consagrado músico, compôs os mais famosos hinos cariocas, como os dos times do Flamengo, Botafogo e Vasco, além de conter no seu repertório musical as composições de times menos expressivos do Rio de Janeiro, como os hinos do Bangu, Olaria, Rio e América. O fato de compor para diversos times traz a sensação de que o compositor, contratado para

### 2.3.1.1. MOVIMENTAÇÃO SINDICAL

Jatahy, ao passo que seguiu sua trajetória como profissional da música, exerceu também a liderança no Sindicato dos Músicos Profissionais do Ceará. No cenário político local, presidiu o Pacto Sindical na gestão dos anos de 1963 e 1964, o que conseguiu um pouco ao som do acaso, em virtude de ter sido eleito vice-presidente na chapa vitoriosa.

O fato de um músico exercer o principal posto do movimento sindical cearense de viés nacionalista traz à tona a significância do Sindicato dos Músicos para o cenário de luta local. José de Moura Beleza, em depoimento, relata a composição do movimento sindical e importância conquistada pelo Sindicato dos Músicos nesse universo. No processo dialógico da entrevista, o narrador respondeu a seguinte pergunta: “Quais eram os sindicatos mais fortes” [no Ceará]?

Os sindicatos mais fortes eram: o nosso, os Bancários, os Ferroviários, os Portuários (são quatro ou cinco sindicatos. Lá tem várias profissões: tem estivador, portuário, consertador de carga. Têm três ou quatro. Cada qual era mais forte. Eles são muitos solidários para o conjunto. Quando iam um, iam o resto). Por ter menor número, por ser menor categoria: o Sindicato dos Metalúrgicos; o Sindicato dos gráficos, não era grande, mas era muito disciplinado, muito solidário. E, o Sindicato que aparentemente não significava muito, mas era um dos mais atuantes e nos prestaram muitos serviços, era o **Sindicato dos Músicos**. E, principalmente, prestavam muitos serviços, porque serviam para animar nossos comícios e nossas passeatas e eles eram muito bons<sup>183</sup>.

José de Moura Beleza, ao relatar a composição dos sindicatos aliados ao programa nacional-desenvolvimentista, o que representava para ele os mais fortes, deu ênfase a dois sindicatos, a saber: o dos portuários, que congregava quatro profissões e, portanto, quatro forças; e, o dos músicos, que, ao contrário das aparências, teve forte influência no cenário local. Pensando a gestão de 1963 e 1964 do Pacto Sindical, a definição feita por Beleza se faz emblemática. Quem encabeçou a chapa das eleições do pacto para essa gestão foi João de Deus, um

---

isso ou não, se mantém acima das paixões da torcida, angariando respeito e credibilidade mútua, o que contribui para aumentar sua popularidade.

<sup>183</sup> Entrevista de José de Moura Beleza. NUDOC. Fortaleza, 18/01/1992.

estivador, tendo como vice-presidente, como já mencionado, José Jatahy, um músico. Nesse sentido, o Pacto Sindical congregava em sua diretoria as principais forças sindicais do período.

Na fala de Beleza, por mais que ele enfatizasse a ação das lideranças do campo artístico, prevaleceu certo tom preconceituoso, ou melhor, a interpretação de um conceito firmado com o marxismo de que o sujeito da revolução seria o proletariado: o trabalhador associado à divisão social do trabalho, melhor visto como o operário do ambiente fabril. Por isso, o espanto e a surpresa gerados com a afirmação de que o Sindicato que abrangia a categoria dos profissionais da música pudesse exercer forte atuação no meio sindical cearense.

A relevância do sindicato dos músicos não se concentrava apenas na mobilização da sua categoria, mas no alcance de outros trabalhadores e no desenvolvimento de práticas culturais e artísticas que conseguiam agregar o maior número de trabalhadores, sem distinção profissional.

Nesse sindicato encontravam-se profissionais da música, voltados ao trabalho no rádio, em teatros, na formação de orquestras, além daqueles que se dedicaram a composição e a feitura de jingles, no caso, propaganda comercial. Essas pessoas tinham o microfone como arma e alcançavam inúmeras platéias por conta disso. Apesar desse acesso amplo a um público diversificado, a força ideológica dos meios de comunicação estabelecia limites e pressões contra aqueles que se aventuravam a exercer a militância sindical, como foi visto anteriormente no caso das relações da diretoria da rádio PRE-9 e o músico Jatahy ainda nos anos 1940.

Ainda com base no depoimento de Beleza, os militantes da música penetravam o universo das atividades sindicais com a promoção de festas coletivas, animando passeatas e comícios. Nesse aspecto, a fala de Beleza reflete a valorização do lúdico na organização sindical cearense.

Jatahy, ao presidir as reuniões do Pacto Sindical, empregava, ao som de hinos e da forte crença dos seus ideais, uma forma diferente de mobilizar as lideranças sindicais. De acordo com o “Relatório Periódico de Informações”, do período de 15 de fevereiro a 11 de março de 1964, de informantes da polícia militar infiltrados nas reuniões do Pacto Sindical, assinado por Cel. Tácito T. Oliveira, Jatahy “encerrou a reunião [do Pacto Sindical] cantando o Hino da Juventude, cujo acompanhamento consistiu em os presentes acompanharem com os pés, depois o

Hino dos Ferroviários<sup>184</sup>”. Entrementes, as reuniões da intersindical agregaram o ar simbólico e um tom emocional, à luz dos cantos de cunho ideológico, entoados por José Jatahy, compartilhado com a euforia da época de que era possível realizar reformas que viessem a beneficiar grandes parcelas da população.

Faz-se *mister* assinalar o significado do relatório escrito pelo cel. Oliveira. Em meio à crise política gerada desde a renúncia de Jânio Quadros e a opção pelo parlamentarismo como forma de governo, as tensões e conflitos políticos se fizeram patentes nas cercanias do poder durante os primeiros anos da década de 1960, o que provocou recrudescimento da vigilância e da repressão aliadas à intensa participação dos movimentos populares. Prestes a tomarem o poder através de um golpe civil-militar, os militares se mantiveram de olhos bem abertos quanto à organização sindical nacional, com a justificativa de frear a “comunização” iminente no Brasil.

Após o desfecho dos dias 31 de março e 01 de abril de 1964, a polícia militar abriu inquérito para apurar e punir os subvertidos da ordem: os militantes dos movimentos sindicais e populares. De caráter investigativo, o IPM/1964 traçou o perfil das principais lideranças cearenses, para o caso de confirmação de denúncia de atividades de comunização nacional. Dentre estes perfis, encontramos o do músico José Jatahy:

JOSÉ JATAHY, brasileiro, casado, com 53 anos de idade, músico, filho de Carlos Jatahy e Benvinda Costa Jatahy, natural de Fortaleza, onde reside no Palace Hotel, quarto 212. Prestou depoimento às fls. 151. Nota-se sua participação direta no movimento de comunização do nordeste (fls. 151, 153, 172). Introduziu o comunismo em seu sindicato, na tentativa de mudança do nosso regime, fls.87, 152, 244, 323. Como dirigente do Pacto Sindical, integrou a Frente de Mobilização Popular (fls. 93, 153) trabalhando para a comunização da região, conforme anexos 2A-24, 2A-36 e 2A-7. Já não mais músico brasileiro. Era músico comunista. Empregava sua profissão, arte relevante em motivação psicológica, no aliciamento comunista. Às fls. 54, vamos que, numa organização brasileira, como é o Sindicato dos Ferroviários, não foi o hino nacional brasileiro que ensaiou. Foi a Internacional Comunista. Era este hino que José Jatahy contava reger na pretensa vitória do comunismo em nossa terra. Daí o hino russo, a distância é muito pequena. Apesar de músico, presidiu na qualidade de presidente do Pacto Sindical a reunião subversiva realizada no sindicato dos ferroviários (fls. 172).

<sup>184</sup> Relatório Periódico de Informações, período de 15 de fevereiro a 11 de março, assinado pelo Cel. Tácito T. Oliveira, em 11/03/1964. Documento do Ministério da Guerra/ IV Exército/ 10ª. Região Militar/ 23 Batalhão de Caçadores. Juntado no 1º volume, às folhas 232 e 234, do Inquérito Policial Militar de 1964.

Ainda, na sede desse sindicato, no dia 5 de março de 1964, fez pregação subversiva, incitando a greves e movimento para derribada do poder constituído. Às fls. 345, constata-se a ousadia deste denunciado, chegando a ameaçar o Ministro da Educação de tomar medidas drásticas. É preciso notar a desvinculação profissional de José Jatahy em todos esses meios. O denunciado Jatahy é músico. Penetrava no meio estudantil, no Sindicato dos Ferroviários e em outros centros profissionais, tão somente para estimular a baderna, para dismantelar a disciplina e criar ambiente mais favorável à comunização, à mudanças dos princípios constitucionais brasileiros.<sup>185</sup>

Em curta biografia, os militares enfatizaram as ações tecidas ao longo dos anos em prol ao desejo de transformação social, corroboradas na intensa pesquisa documental constante do inquérito. Vale salientar que o fato de utilizarem um recurso jurídico militar para incriminar e julgar possíveis subversivos reflete a forma como os militares pensavam a sociedade naquele momento. Nesse momento, o método utilizado pelos militares se firmou na ação processual, em detrimento dos usos e abusos de torturas e assassinatos empregados anos mais tarde, com o objetivo de conquistar o apoio de setores da sociedade através do discurso legalista instaurado contra os “inimigos da pátria” ou os “subversivos” comunistas. Para isso, os militares intentavam aprimorar o controle social, condenando e expurgando dos espaços de poder setores contrários à ordem social vigente.

No caso do perfil de Jatahy construído pelos militares, o inquérito enfatizou a interação do músico com diversas categorias de trabalhadores, o que, de acordo com a visão dos militares, possibilitou desenvolver sociabilidades e orientação comunista a esses setores. A associação do músico ao comunismo ficava evidente pelas práticas culturais e pelo dom da palavra que incitavam a organização dos trabalhadores para transformação social, o que ficou evidente quando Jatahy em vez de cantar o hino nacional, entoou o hino da internacional comunista.

O modo de partilhar o projeto intersindical, para Jatahy, se construiu, ao mesmo tempo, de maneira abnegada à ideologia comunista e envolta em aura simbólica, através do exercício criativo e combativo de sua atuação sindical.

---

<sup>185</sup> Inquérito Policial Militar – CE/ 1964. Vol. I. Livro I. fls. 12. Relação dos denunciados.



### 2.3.2. JOSÉ DE MOURA BELEZA

José de Moura Beleza nasceu em Limeira – PI, percorreu e habitou junto ao seu pai, Hermes Beleza, as cidades de Amarante – PI e São Luís – MA antes de aportar em Fortaleza – CE para assumir o cargo de escriturário do Banco do Brasil conquistado através de concurso público, em 1942. Moura Beleza, como se tornou conhecido, foi um dos principais incentivadores da construção de uma organização classista intersindical. Como visto no primeiro capítulo de acordo com o depoimento de Tarcísio Leitão, as lideranças comunistas do Ceará propuseram a constituição de uma chapa com a participação de Beleza e outros trabalhadores bancários para as eleições do Sindicato dos Bancários. Daí em diante, essas lideranças reunidas com as demais categorias profissionais elaboraram inúmeras estratégias e ações para, enfim, instituírem o Pacto de Unidade Sindical.

As relações entre lideranças e trabalhadores se constituíram como uma das questões tradicionais levantadas ao longo da história do movimento operário, sob perspectiva sociológica e histórica. Por muito tempo, a fala das lideranças assumiu o lugar privilegiado da história do movimento operário, demonstrando a existência de uma classe homogênea, coesa e sem conflitos internos. As lideranças, ao incorporarem o papel de representantes sindicais, inclinavam-se a falar em nome de toda a classe, o que mistificou o processo dialético e dialógico presente nas relações e interações entre trabalhadores e lideranças organizadas.

Ao contrário dessa versão tradicional, compreendemos que as lideranças precisavam se inserir no universo operário para se proporem como tais. Nesse sentido, um elemento que deve ser investigado refere-se à inserção das lideranças no âmbito da produção. Jatahy aliou suas escolhas profissionais à inserção no movimento sindical, da mesma forma que o bancário José de Moura Beleza.

Em depoimento, Beleza informa sobre a relação entre o sindicato e o trabalho no Banco:

Hoje o banco põe à disposição do Sindicato o funcionário com todo o ordenado, no meu tempo não. No meu tempo, era só o que a lei dizia: eu podia faltar e aquela falta não era computada para prejudicar promoção, mas o banco não me pagava. O sindicato era quem tinha que pagar. Eu fui presidente do Sindicato por 7 anos e nunca faltei um dia ao banco, mas também não gozava férias, o que

era permitido pelo regulamento. As faltas se convertiam em férias, quando chegava o período de férias já tinha faltado os 30 dias. Nos 7 anos, eu não faltei uma vez ao Banco, porque o que eu faltei se converteu em férias e licença Prêmio<sup>186</sup>.

Moura Beleza inicia sua narrativa demarcando um tempo geracional. À luz da perspectiva historicista de Dilthey, analisado por José de Carlos Reis: pertencer a uma geração significa, sobretudo, partilhar influências, mudanças e eventos<sup>187</sup>. Beleza, ao demarcar esse tempo, questiona as mudanças e ressalta as diferenças ocorridas no tipo organizativo do Sindicato e nas relações de trabalho. As faltas ao trabalho, convertidas em atuação sindical eram descontadas como férias ou licença Prêmio: benefícios trabalhistas. O trabalhador militante não recebia salário do empregador para se tornar liderança sindical, caso fosse possível, o sindicato deveria arcar com as despesas dos presidentes sindicais.

A reconstrução do passado, à luz do esforço de memorização de Beleza, se faz como um retorno apaixonado ao que ele foi. Orgulho sentido pela questão de que mesmo sendo uma liderança, Beleza não se afastou dos seus pares no local de trabalho: mantinha o elo entre trabalhador e militante, o que possibilitava partilhar laços de sociabilidade e problemas decorrentes da exploração entre capital e trabalho. Efetivamente, a posição de Beleza enquanto trabalhador era mais um elemento para causar um impacto positivo e respeito entre os seus. Encontra-se aí, a importância de Beleza lembrar que passou sete anos à frente do Sindicato dos Bancários e do Pacto de Unidade Sindical sem ter gozado férias com sua família, em virtude de sua abnegação quanto à luta por melhores dias aos trabalhadores.

A opção de priorizar a atuação sindical em detrimento do convívio familiar nos momentos de folga do trabalho demonstra a elaboração de um projeto distinto seu em relação ao grupo. A atuação em movimentos populares, para Beleza, pode ser considerada, em determinado momento, seu projeto de vida. O Pacto Sindical, nesse caso, era um instrumento coletivo a que se vislumbrava alcançar melhorias de vida e de trabalho em termos coletivos, ou seja, almejava uma transformação nas relações de exploração entre dominantes e dominados.

Em depoimento aos pesquisadores do NUDOC, Beleza tece considerações em torno do tema “educação”, perpassando as alternativas construídas em sua trajetória individual e as escolhas por ele firmadas:

<sup>186</sup> Entrevista de José de Moura Beleza. NUDOC. Fortaleza, 18/01/1992.

<sup>187</sup> REIS, José de Carlos. *Tempo, História e Evasão*. Campinas, SP: Papirus, 1994. p. 75.

**Quando o Sr. veio de lá nomeado pelo Banco, o Sr parou de estudar?** (entrevistador Ribeiro)

- Parei de estudar. Na verdade, eu fiz aqui o vestibular nas faculdades de Ciências Econômicas, mas nunca frequentei. Acabei trancado a matrícula, depois matriculado novamente, acabei entrando no movimento sindical e não tive mais tempo e nunca estudei. Depois de demitido, quando eu fui demitido com mais de 40 anos de idade, eu não tinha profissão, porque eu era funcionário do Banco do Brasil e eu era um trabalhador desqualificado. Em Ribeirão Preto, eu tive que arranjar um emprego e não foi fácil. Eu fiz um curso de técnico de contabilidade para arranjar um emprego melhor e em seguida me formei em direito. Aí fui trabalhar como profissional liberal com meu escritório próprio até 1979, quando veio a anistia e deixei pra lá e parei me aposentei.

**E, o Banco do Brasil? Como foi sua vida no Banco do Brasil?** (entrevistador Ribeiro)

- Eu não fui demitido pelo presidente do Banco do Brasil. Eu fui demitido pelo Presidente da República, um ato de violência, porque só pode demitir quem tem poderes para nomear. Quem nomeia no banco era o Presidente do Banco, mas como o Presidente da República baixou um decreto e me demitiu, o Banco simplesmente me afastou em função do decreto do Presidente. Nunca tive nenhum problema com o Banco do Brasil<sup>188</sup>.

Vale salientar a intencionalidade da produção do documento oral. Essa entrevista não fazia parte de nenhum projeto específico do Núcleo de Documentação e Cultura – NUDOC, da Universidade Federal do Ceará. Em 1993, ano de realização da entrevista, José de Moura Beleza residia em Ribeirão Preto – SP, desde os acontecimentos posteriores da deflagração do golpe de 1964. Os pesquisadores, cientes da intensa atividade política e sindical do narrador, aproveitaram a presença de Beleza na cidade de Fortaleza para a realização da entrevista. O motivo do retorno passageiro de Beleza à Fortaleza diz respeito ao processo judicial impetrado contra a arbitrária demissão do Banco do Brasil sofrida nos momentos difíceis de 1964, o que por si só já provocaria forte carga emocional ao narrador. Entrementes, o trecho citado acima se caracteriza por uma das primeiras falas da entrevista que durou um pouco mais de duas horas.

O recorte da pergunta, nesse caso, já estabeleceu limites à fala do autor. A compreensão da vida de Beleza, consensualmente, passa a ser referida a antes e depois da estadia profissional no Banco do Brasil, firmando-se como marco temporal e espacial. O tema era a formação educacional. Um momento da fala que nos deixou intrigados refere-se à afirmação de que, quando trabalhava no banco, Beleza

<sup>188</sup> José de Moura Beleza, NUDOC. Fortaleza, 18/01/1992.

era um trabalhador desqualificado. Para o exercício das atividades no banco não o era. Nesse sentido, Beleza elaborou uma visão retrospectiva dos acontecimentos, à luz das angústias vividas em busca de nova profissão, a fim de prover o sustento e as necessidades manifestas da vida de si e de os seus familiares. Após a demissão do banco, Beleza não encontraria lugar em nenhuma outra instituição bancária, por isso a sensação de desqualificação profissional.

A resposta para a segunda pergunta do entrevistador se faz em caráter dissonante. Ainda mergulhado em seu pensamento, Beleza não responde, de imediato, a pergunta, apenas complementa a resposta anterior. Possivelmente, em virtude de ter se tornado advogado e devido ao fato de estar em Fortaleza para resolver uma pendência jurídica envolvendo o Banco, a narração se assemelhou ao argumento de prova, deixando em evidência a arbitrariedade da decisão do Presidente da República e, ao mesmo tempo, afirmando nenhuma irregularidade sentida em relação ao trabalho no Banco do Brasil. Nesse sentido, Beleza desnuda o gosto e, conseqüentemente, a valorização do seu trabalho no Banco, percebendo-o como manifestação da própria vida. Portanto, os problemas decorrentes à demissão e, mesmo anteriormente, sua atuação sindical se faziam externos às relações de trabalho, cumpridas rigorosamente.

No decorrer da narração, Beleza lança mão dos projetos escolhidos por ele em sua trajetória. Segundo Gilberto Velho, projeto, no nível individual, “lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade”<sup>189</sup>. Em visão retrospectiva, Beleza analisa os projetos por ele escolhidos, no campo educacional e sindical. De acordo com essa visão, a obtenção de uma formação especializada deveria ter sido priorizada, por isso a sensação expressa através da designação de que era um trabalhador desqualificado. Tanto que Beleza recorreu ao curso “Técnico de Contabilidade” e, posteriormente, a formação acadêmica de Direito. Entretanto, quando houve a oportunidade de se aposentar, após a anistia, o fez.

No campo pessoal, é interessante perceber essa confluência de projetos interpostos, porque diz muito sobre a liberdade de escolha e a pressão dos condicionantes sociais. O projeto de atuação sindical foi uma escolha individual e se tornou, durante sete anos de sua vida, um projeto de vida e de “missão”, em prol da

---

<sup>189</sup> VELHO, Gilberto. *Op.cit.* p. 27.

coletividade. Após o golpe, expurgado da militância e do trabalho, Beleza foi encontrar em outra cidade os meios de sua sobrevivência, utilizando-se dos códigos normativos da sociedade e deixando para trás parte dos projetos trilhados, com base em avaliações da realidade.

Em se tratando do líder Moura Beleza, é singular citar ainda a relação que o ativista mantinha com o Partido Comunista do Brasil – PCB. No momento da entrevista, Ribeiro desencadeou o diálogo sobre a composição ideológica das lideranças sindicais no Ceará, através da seguinte pergunta: “Mas os sindicatos, de uma maneira geral no Ceará, desses que participaram do Pacto eram, mais ou menos, progressistas, a direção?”:

Desses sindicatos todos eram todos chamados de pessoal de esquerda. Não se pode dizer que eram comunistas. Porque eu nunca fui comunista. Eu nunca pertenci a partido nenhum. *Eu sempre fui suficientemente indisciplinado para não pertencer a partido*. Mas, eu sempre fui fixado como comunista, na polícia, no SNI. Eu tenho minha ficha do SNI aqui. Eu sou fixado como comunista em toda parte. Aí dizia: - Esse sindicato era comunista. Tinham comunistas, é claro. Eu sabia quem eram os comunistas. Tinha lá os católicos. Os bispos mandavam gente deles se candidatar. O Quinderé, por exemplo, o Patrício era uma pessoa altamente ligada a Igreja Católica. Eu convidei para minha chapa. Eles vieram com o apoio do Bispo. Tinha vários comunistas. Tinha gente que não tinha nenhuma ideologia que trabalhava em prol do sindicato. Mas, todo mundo era taxado como comunista. Qualquer sindicato atuante, a diretoria era comunista. Se era ou não, eu sabia que vários eram. Se todos eram? Eu acredito que não, o Partido não era tão forte assim. Era atuante, isso era e sempre foi. O Partido Comunista eleitoralmente não era grande coisa, mas politicamente era a maior força que existia. A gente tinha mobilização, fazendo a campanha política, eles trabalhavam por ideal, os outros por dinheiro. O trabalho deles superava o de todos. Na minha campanha pra prefeito, por exemplo, nós não gastamos coisa nenhuma e fizemos a campanha maior que os outros todos, que tinham dinheiro à vontade<sup>190</sup>.

Antonio Montenegro, ao realizar entrevistas com velhos militantes, concluiu que, para eles, “o comunismo era uma missão”, que imputava atitudes imprescindíveis para se manter nas fileiras do Partido, tais como fé, obediência e disciplina<sup>191</sup>. Corroborando essa tese pela negativa, Beleza se afirma “suficientemente indisciplinado” para pertencer a qualquer partido, principalmente ao Partido Comunista Brasileiro, que era um dos poucos partidos brasileiros que

<sup>190</sup> José de Moura Beleza, NUDOC. Fortaleza, 18/01/1992.

<sup>191</sup> MONTENEGRO. *Op.cit.* p. 139.

possuíam vigor em sua ideologia. No entanto, quando diz respeito ao tempo da atuação sindical, Beleza possui características semelhantes atribuídas aos militantes do partido: fé, com base em ideais coletivos; e abnegação, em favor da luta social.

As eleições para o Sindicato dos Bancários em 1957 aconteceram de forma simultânea com os preparativos para a construção do Congresso dos Trabalhadores do Estado do Ceará e, conseqüentemente, para a constituição do Pacto Sindical. Dos sete anos que se seguiram até o fechamento da intersindical e a intervenção do Sindicato dos Bancários, entre reuniões do Pacto Sindical, atividades de mobilização, passeatas, greves, palestras e viagens, restava pouco tempo para a dedicação a outros projetos.

Em entrevista ao pesquisador Airton de Farias, velhos militantes comunistas se posicionaram a respeito de Moura Beleza, no tocante a sua atuação sindical. Tarcísio Leitão, por exemplo, afirmou que Beleza não fazia parte do PCB, aliando-se ao partido quando convinha nos enfrentamentos cotidianos do movimento sindical cearense e nacional.

Luciano Barreira relata o seguinte:

O Moura Beleza foi um fenômeno mais dentro do movimento sindical, era um líder, tinha muita liderança. Era ligado ao partido, não em termos de uma militância permanente, mas era muito de dentro do partido. Embora, no meu julgamento, ele não tivesse o engajamento teórico e tal, era um orador, um agitador de massas, particularmente dentro do movimento sindical. Acho que ele era isso e foi por isso que ele se destacou<sup>192</sup>.

Conforme Barreira, Beleza era “muito de dentro do partido”, mas não o era oficialmente. Portanto, o sindicalista não precisava seguir o centralismo democrático e as outras facetas da estrutura partidária, o que o deixava livre para se aliar aos projetos que achasse melhor conveniente. Assim, poderia construir alianças com setores da Igreja progressista, com o Partido Comunista e com outros partidos como o PSB, legenda a que disputou as eleições de 1962, dentro de uma perspectiva de análise da realidade. E, ao mesmo tempo, criou-se em torno de um programa “independente” (leia-se: sem vinculação partidária) uma rede de relações que partilhava o mesmo modo de construir o Pacto Sindical. A postura independente de Beleza na direção do Pacto Sindical provocou dissensões dentro da entidade,

---

<sup>192</sup> Entrevista de Luciano Barreira. Arquivo Pessoal de Airton de Farias. Fortaleza, em 11/03/2003.

reflexo de atitudes e alianças diferenciadas daquela proposta pelos líderes comunistas.

Agitador de massas, exímio orador e sindicalista íntegro fazem parte da representação desse líder sindical, que permaneceu envolto sob o manto de respeitabilidade.

## CAPÍTULO III – TECENDO ALIANÇAS

### 3.1. OS COMUNISTAS E O PACTO SINDICAL: POLÍTICA DE ALIANÇAS

A intersindical cearense, interligada ao movimento sindical em luta nacional, teve como principal força política a militância comunista e, conseqüentemente, a influência programática do PCB em seu seio. Corroborando com a assertiva de Segatto, a influência do Partido Comunista “na vida política nacional extrapolará em muito sua força orgânica e seu tamanho numérico”<sup>193</sup>. Em se tratando do Pacto Sindical, essa influência tornou-se visível, sobretudo, na forma organizativa e no conteúdo programático, em princípio, afinado com o programa de consolidação e ampliação dos direitos sociais e trabalhistas e, posteriormente, com o programa de caráter nacional e reformista em favor de mudanças estruturais da sociedade, que deveriam ser promovidas pelo Estado.

Os comunistas não eram os únicos a disputarem a direção da organização intersindical cearense. Além destes, a esquerda católica tornou-se presença efetiva agindo em conjunto com as lideranças sindicais. As figuras públicas católicas mais emblemáticas correspondem aos Padres Arquimedes Bruno e José Nilson, dentre outros.

Em sua dimensão histórica, a instituição Pacto Sindical adquiriu um caráter interclassista de ação, a princípio, com o objetivo de conquistar a adesão dos trabalhadores rurais e estudantes. Contudo, setores da classe média, ligados a administração pública, e parlamentares de grupos diferenciados, passaram a reivindicar atuação nos espaços abertos pelo organismo intersindical, como veremos mais adiante. Entrementes, a incorporação dessa gama diferenciada de grupos sociais esteve fundamentada em uma política específica de alianças do movimento sindical urbano, impulsionada, principalmente, por concepções de frente única e de revolução brasileira em etapas, propostas pelo PCB.

A noção do socialismo em etapas se remete ao modelo de revolução comunista instaurado na Rússia nas primeiras décadas do século XX, que se

---

<sup>193</sup> SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. IN: FERREIRA, Jorge. Delgado, Lucília A. N. *O Brasil Republicano*. Vol.III. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. 2003. p.233.



fundamentava no contexto histórico de mudanças no nível do poder do Estado: primeira etapa, derrubada do czarismo no período que segue de 1903 a fevereiro de 1917; e, segunda etapa, implantação da República dos Sovietes, no período de março de 1917 a outubro de 1917. Desse modo, Stálin, chefe do governo russo, instrumentalizando a teoria, indicava que essas duas etapas da revolução haviam sido vencidas, encaminhando o governo revolucionário para a terceira<sup>194</sup>, incorporando essa experiência histórica de revolução gradativa como modelo a seguir seguido nas pretensas revoluções espalhadas ao redor do globo terrestre.

No caso brasileiro, o PCB adotou essa teoria etapista da revolução, com base nos ensinamentos advindos do Partido Comunista da União Soviética - PCUS. Assim, de acordo com o discurso político oficial do partido, para se efetivar o socialismo, primeiro, o Brasil deveria passar pela experiência do capitalismo nacional e, nesse sentido, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, fazia-se necessário reunir todas as forças políticas progressistas para a derrubada do imperialismo estadunidense, culminando na promoção de uma política externa independente. Nos anos de 1960, portanto, para o PCB, estava em curso a realização da primeira etapa da revolução brasileira que seria “antiimperialista, antifeudal, nacional e democrática”<sup>195</sup>.

A orientação dessa política abriu caminhos para a participação ativa de militantes comunistas na vida política do país, penetrando espaços cada vez mais amplos em organizações sindicais, político-institucionais e populares e partilhando do processo continuado das lutas dos trabalhadores. No plano das alianças, a inserção dos comunistas no Pacto de Unidade Sindical, em Fortaleza, incentivou a composição da frente de ação popular, caracterizada, em primeiro plano, na frente operário-camponesa-estudantil.

Para embasar politicamente seus militantes, a direção estadual do PCB direcionava seus membros para a formação de quadros políticos, o que implicava na execução e planejamento de palestras e cursos. Nesse sentido, encontramos em documentação, pertencente a Annibal Bonavides<sup>196</sup>, apreendida pelos militares em

<sup>194</sup> MORAES, João Quartim. A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro. IN: *História do Marxismo no Brasil* Vol. 1. O impacto das revoluções. 2ª edição revista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

<sup>195</sup> NOGUEIRA. *PCB: vinte anos de política*. Documentos. São Paulo, SP: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980. p. 13.

<sup>196</sup> Annibal Bonavides era membro do Comitê Central e dirigente regional no Ceará do Partido Comunista Brasileiro - PCB. Advogado e jornalista, Bonavides teve dois livros publicados, o primeiro

1964, notas de aula que se referem à política do partido comunista no que tange a vários aspectos de organização da frente única.

De acordo com Aníbal, a Frente Única é “a união de forças diversas em torno de um objetivo comum sem que cada uma das forças renuncie a seu próprio programa e à sua organização própria”<sup>197</sup>. Portanto, o chamamento da unidade de ação implicaria em alguns cuidados programáticos, tanto no que diz respeito à hegemonia quanto nas contradições internas da frente.

As forças possíveis para a realização de acordo da ação conjunta, conforme a tese programática do PCB, intitulada Declaração de Março de 1958, incluíam:

o proletariado, lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação, os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura retrógrada que se apóia na exploração imperialista, a pequena burguesia urbana, que não pode expandir as suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país, a burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno; os grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos e que são prejudicados por este<sup>198</sup>.

Lendo a realidade brasileira inserida no âmago das contradições entre a nação e o imperialismo norte-americano e entre o desenvolvimento econômico nacional e os resquícios feudais agrários, os comunistas do PCB propunham como procedimento tático a aliança de grupos que divergissem da dominação do imperialismo estadunidense no Brasil, transcendendo as questões das classes sociais em luta. Essa política norteou a ação dos militantes comunistas no Pacto Sindical e provocou tensões internas, devido a questões de aproximação ao governo Virgílio Távora, como veremos mais adiante. De certo modo, a aliança entre classes

---

intitulado “Diário de um preso político”, retrata o cárcere no pós-1964, e o segundo como publicação póstuma intitulada “As Profecias do Arquimedes”, escrito como romance, esse livro se confunde com a realidade vivida por ele, com seus sentimentos exacerbados em todo o conjunto da obra. Principal intelectual do partido no Ceará era responsável pela tarefa de formação política do Comitê Estadual.

<sup>197</sup> Inquérito Policial Militar – IPM, 1964. Anexo III.

<sup>198</sup> Nogueira. *Op. Cit.* p. 14.

e a interlocução com o Estado estiveram, intrinsecamente, presentes na organização intersindical cearense.

Ainda com base nos apontamentos de Anníbal Bonavides<sup>199</sup>, escritos de forma esquemática, pudemos constatar que se congregam na Frente Única, vários movimentos independentes, dentre os quais existem:

✓ **Movimento Nacionalista**, que compreende “todo o povo”, sendo a “forma mais importante da Frente Única” que reivindica a “defesa do petróleo e das riquezas nacionais”, “encampação das empresas estrangeiras”, “política externa independente”, “proteção à indústria nacional”;

✓ **Movimento Sindical Operário**, que compreende a classe operária, reivindicando: “Central Sindical Única, salário móvel e reivindicações econômicas”;

✓ **Movimento Camponês**, que compreende as massas camponesas, tendo como reivindicações: “reforma agrária radical, sindicalização, legislação trabalhista no campo, ajuda técnica e financeira, além de outras reivindicações”;

✓ **Movimento Estudantil**, compreendendo os estudantes universitários e secundaristas, levantando as bandeiras por “Escola Pública, luta contra o analfabetismo, participação na direção das Universidades, entre outras reivindicações”;

✓ **Movimento Popular**, que compreende a população proletária das cidades, com “reivindicações imediatas dos bairros e contra a carestia de vida”.

As bandeiras de luta, de cada movimento social, citadas por Bonavides, reproduzem o discurso oficial do partido e norteiam os militantes para ação. Apresentado em forma de esquema, Bonavides não esgota a complexidade do sistema, mesmo porque a separação desses movimentos só pode ser esboçada em forma de exposição, devido à inerente imbricação e a inter-relação própria dos mesmos.

Para os comunistas do PCB, portanto, o movimento nacionalista era o pólo aglutinador das mais variadas forças antiimperialistas, que expressava “um grau mais elevado de unidade e concentração”<sup>200</sup>. Essa concepção de frente ampla implicava na abstração e generalização dos possíveis grupos aliados ao movimento, cabendo a cada regional do partido perceber e decidir, dentro dos limites

<sup>199</sup> Inquérito Policial Militar – IPM, 1964. Anexo III.

<sup>200</sup> NOGUEIRA, N.A.(org) **PCB**, Op. Cit. p. 4

geopolíticos de sua ação, quais grupos e indivíduos que cumpriam essa caracterização prévia.

Os comunistas acreditavam na capacidade de superação das contradições internas da frente ampla visto que possuíam concepções heterogêneas de desenvolvimento da sociedade. Tinham a preocupação de não elevar as lutas internas da Frente no mesmo patamar que a luta pelo antiimperialismo, insistindo que os trabalhadores não deveriam isolar a burguesia por causa das suas diferenças de classe, pois a unidade primordial, que era a luta pelo nacionalismo, devia estar à frente de qualquer divergência interna.

Os comunistas formularam uma plataforma de reivindicações que deveria conter, no programa da Frente Única, os seguintes pontos: 1) política exterior independente e de paz (as concepções de nacionalismo e a política de coexistência pacífica estão inseridas nesse ponto); 2) desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; 3) medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas; 4) elevação do nível de vida do povo; 5) consolidação e ampliação das liberdades democráticas. Essa plataforma política deveria ser discutida em todos os âmbitos da sociedade para resultar numa formulação comum unitária de todos os seus membros.

Essas medidas, vistas como “soluções positivas”, que compreendiam um “processo gradual, mas incessante de conquistas parciais”, de acordo com Segatto<sup>201</sup>, transfiguraram-se e confundiram-se com as reformas de base, principalmente depois de 1961. A luta pelas reformas de base no Ceará tomava outras dimensões, que não apenas a pressão sobre o Congresso. O discurso e a ação das lideranças se pautavam, prioritariamente, pela sindicalização rural, ou seja, no processo para legitimação e efetiva organização dos trabalhadores do campo, com objetivos de, sempre que possível, culminar em alianças entre operários e camponeses.

---

<sup>201</sup> SEGATTO. Op. Cit. 2003. P. 232 a 234.

### 3.1.1. FRENTE OPERÁRIO-CAMPONESA

O Pacto Sindical trabalhava em várias frentes de ação. O que se observa é um deslocamento da ação sindical urbana para o incentivo à formação de sindicatos rurais no interior do Estado. A aliança operário-camponesa está presente no Pacto e pode ser evidenciada, entre outras formas, pela disposição dos cargos da diretoria intersindical, sendo a vice-presidência, durante a gestão 1961/1962, destinada ao líder da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (FALTAC), o comunista José Leandro Bezerra da Costa. Em outras gestões, líderes do movimento camponês também assumiam lugar de destaque na composição da diretoria do Pacto Sindical. A composição da aliança interclassista entre operários e camponeses seguia ainda orientação do movimento comunista internacional, que indicava os primeiros, como: sujeitos e líderes da revolução socialista.

Encontra-se arrolado à documentação anexada ao Inquérito Policial Militar de 1964, um esboço manuscrito que os militares intitularam de “Plano – Posição do Pacto – Projeto de Reforma Agrária, etc<sup>202</sup>”. Composto por três folhas enumeradas, esse manuscrito, pertencente ao líder rural José Leandro Bezerra da Costa, aponta-nos o que seria o posicionamento do Pacto Sindical frente à reforma agrária. Inserindo a intersindical no contexto nacional de luta por reformas de base e mantendo uma posição independente frente aos problemas nacionais e ao governo federal, o documento vincula o Pacto Sindical cearense ao projeto de reforma agrária e à prática de sindicalização rural.

Ainda com base nesse documento, o plano do Pacto Sindical versava sobre os problemas enfrentados pelos trabalhadores nas suas lutas diárias no campo. Nesse sentido, esse plano teve por finalidade preparar as lideranças para o debate. Essa assertiva se corrobora, em virtude de que o documento apresenta os argumentos mais usados pelos latifundiários contrários à desapropriação de terras.

Acerca da reforma agrária, o debate na mídia impressa girava em torno de duas propostas quanto a essa questão: o pagamento com títulos da dívida pública, proposta pelos trabalhistas e comunistas; e o pagamento a dinheiro, proposta pelos parlamentares conservadores e defensores de interesses dos

---

<sup>202</sup> IPM/1964. Anexo I. 12. “Plano – Posição do Pacto – Projeto de Reforma Agrária, etc”. Constante dos “Documentos Diversos”, encontrados no escritório de José Leandro (FALTAC).

latifundiários e oligarquias rurais. Além disso, outro polêmico debate que se colocava na pauta de discussão referia-se a emenda, ou não, da reforma agrária na constituição, o que deveria promover uma constituinte para alterar essa e outras reformas propostas por setores à esquerda do governo.

Desse modo, o documento prepara o arcabouço político para o enfrentamento da questão agrária junto aos trabalhadores. Por sua vez, o líder dos camponeses relata: “dizem que [a reforma agrária] não deve ser a custa dos proprietários que compraram a terra com o suol (sic!) do rosto”; e ainda argumenta: “as cadeias que falem e digam as centenas de milhares de prizões, os semitérios (sic!) que apontem os milhares de vítimas assassinadas pelos pistoleiros”; e apresenta o posicionamento político em dois tons, o primeiro: que “as terras foram tomadas”, decorrentes do intenso conflito entre camponeses e ruralistas; e o segundo: “podemos impor e precionar (sic!), [pois] 200 projetos mostram que sem nosso apoio não é possível lei agrária<sup>203</sup>”.

O tom da política se fez, primeiro, em desconstruir o discurso dominante do pagamento justo em dinheiro pela desapropriação de terras dos latifundiários, sobrepujando o debate sobre como se deu a apropriação dessas terras ao longo do tempo e o processo de lutas empreendidas pelos camponeses, que, na maioria das vezes, eram tolhidos por um processo de violência física. Em segundo, a força política dos trabalhadores, comprovada em estudo na referência aos “200 projetos”, era capaz de pressionar o poder público para aprovar a lei de reforma agrária.

Fazendo advertência quanto a *performance* em órgãos de debates, o referido plano de ação é finalizado com os seguintes dizeres: “nós iremos dar nossa opinião, sabemos discutir e dar nossa opinião<sup>204</sup>”, o que representa a tomada de decisão e participação política da opinião que se torna pública.

O incentivo à sindicalização rural, como prática da militância intersindical, se fez não só por intermédio do debate, mas, sobretudo, através do deslocamento de lideranças políticas e sindicais para as regiões rurais do interior do Estado do Ceará. Além disso, as associações e sindicatos de trabalhadores rurais, através das suas lideranças, integravam o Pacto de Unidade Sindical. Corroborando com essa assertiva, a nota oficial da intersindical cearense prestando apoio à diretoria da rádio Dragão do Mar foi assinada por 43 associações rurais, representando os municípios

---

<sup>203</sup> Idem. Anexo I. 12.

<sup>204</sup> Idem

de Iguatu, Cedro, Cabreiro, Pajuçara, Caucaia, Crateús, Pernambuquinho, Pacoti, Mangabeira, Várzea, Fortim, dentre outros.

Como componente do Pacto Sindical, as lideranças camponesas reclamavam apoio e inserção do Pacto nos problemas e conflitos de terra. O excerto transcrito a seguir comunica sobre assunto de ofício do sindicato rural de Quixadá destinado à intersindical cearense:

Ofício do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Quixadá pedindo para que o Pacto Sindical cumpra a decisão de enviar carta ao latifundiário Sr. Manoel Oliveira Sousa protestando contra a ameaça de morte por parte deste senhor de terra contra os diretores daquele Sindicato<sup>205</sup>.

As agitações no campo, principalmente na região Nordeste, ganhavam força com o endurecimento dos conflitos de terra. A ação das ligas camponesas, com o lema de reforma agrária radical, na lei ou na marra, provocou intenso debate em todas as hostes do governo e da sociedade. Nesse sentido, as atenções de setores ruralistas, da Igreja Católica, dos governos estaduais e federal, do movimento sindical urbano e das organizações de esquerda se voltaram todos para o problema do campo.

Entre os setores de esquerda, em âmbito nacional, o PCB perdeu espaço entre os camponeses com o surgimento das ligas camponesas, o que provocou disputa intensa pela direção do movimento camponês. Ainda pensando o período de redemocratização política, a inserção do PCB nas questões do campo remonta às iniciativas de formação de associações de trabalhadores rurais e a criação da ULTAB – União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, em meados da década de 1950.

A disputa pela direção e orientação política do movimento camponês se tornou evidente no Primeiro Congresso de Trabalhadores Rurais do Brasil, realizado em Belo Horizonte - MG, no mês de novembro de 1961. O PCB, adotando uma posição mais moderada, defendeu uma reforma agrária dentro da lei<sup>206</sup>. Por outro lado, as ligas camponesas, mesmo em minoria numérica, lançaram a proposta de reforma agrária “na lei ou na marra”, que foi aprovada pelo plenário. Sobre esse

<sup>205</sup> Ata do Pacto Sindical dos Trabalhadores, Estudantes, Agricultores e Servidores Públicos do Ceará. 21/05/1963. IN: Anexo IV. Inquérito Policial Militar 1964.

<sup>206</sup> RIBEIRO, Francisco Moreira. *Reação Conservadora: o caso da União pelo Ceará*. Dissertação de Mestrado em História Social. UFRJ, 2000.

evento, discorre o têxtil Carlos Alberto, em reunião da diretoria do sindicato de sua categoria:

Falou Carlos Alberto sobre a reunião do Pacto Sindical que estiveram presentes à reunião os companheiros que estiveram ao grosso de Belo Horizonte, (...) disse o companheiro Carlos que uns oradores do Pacto achou mas de pitoresco no Congresso de Belo Horizonte cartaz que dizia: Reforma Agrária pela lei ou pela marra<sup>207</sup>.

A menção da reunião do Pacto Sindical, que discutiu a atuação dos líderes sindicais do Ceará, no I Congresso de Trabalhadores Rurais em Belo Horizonte, referenda a posição de destaque assumida no interior da organização intersindical pelos anseios e debates oriundos do campo. O excerto acima ainda aponta o estranhamento quanto à política aprovada no Congresso: primeiro, porque não fazia parte da política dos comunistas; e, segundo, porque demonstrava um indicativo dentro do movimento no Ceará de priorizar a ação nos limites da legalidade.

A Igreja Católica, por sua vez, orientou sua ação para a formação de líderes cristãos com o intuito de impedir o avanço das ligas camponesas no Nordeste. De acordo com Ribeiro, “desde 14 de maio de 1915, com a criação do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos São José, ela tenta controlar e disciplinar, dando uma direção e agindo como intelectual orgânico junto à classe trabalhadora católica do Estado<sup>208</sup>”. Nesse sentido, a orientação dos católicos para o estabelecimento de relações harmoniosas e não conflitantes entre patrões e trabalhadores penetrará também o universo das relações de trabalho no mundo rural. Para isso, a Igreja não mediu esforços de propaganda a fim de informar e incentivar a formação de sindicatos rurais no Estado do Ceará.

Igreja Católica e militância comunista possuíam projetos políticos diferentes, mas, a grosso modo, quanto à mobilização no campo, ambos os projetos culminavam para o objetivo comum de organização dos camponeses através do sindicalismo rural. Em depoimento, José Leandro Bezerra da Costa menciona que, de certo modo, a propaganda veiculada pela imprensa católica favorecia o trabalho da militância comunista, porque ao chegarem às zonas rurais do Estado, a fim de

<sup>207</sup> Ata do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza, 26/11/1961.

<sup>208</sup> Ribeiro. *Op.cit.* 2000. P.116



debater sobre o processo de sindicalização rural, os trabalhadores do campo mostravam receptividade ao projeto que já era conhecido na região<sup>209</sup>.

Os primeiros sindicatos rurais fundados no Ceará seguem a orientação da Igreja Católica e ainda havia receio perante setores conservadores de alastrar e assegurar os direitos dos trabalhadores do campo. Após a instauração da lei que regulamentou a sindicalização rural em 1963, fruto de muita mobilização e mesmo com o intuito de impedir o crescimento das ligas camponesas no Nordeste, em virtude de ser uma proposta nos marcos da estrutura sindical oficial, com respaldo ministerial, o empenho da militância dos trabalhadores rurais e urbanos se tornou mais incisivo.

Em face às dificuldades ainda impostas para o reconhecimento dos sindicatos rurais, era decisivo o apoio de setores do Ministério do Trabalho nos Estados para dar cumprimento à legislação, no caso da Delegacia Regional do Trabalho. Os entendimentos sobre quem deveria ocupar esse cargo ficavam, geralmente, sob responsabilidade de partidos integrantes do governo federal. No Ceará, essa lógica provocou conflitos no âmbito da política local. O movimento sindical urbano, orientado pelo Pacto Sindical, passou a exercer forte pressão popular através de intensa mobilização da imprensa e ameaças de paralisação geral. Desse modo, a permanência de Amadeu Arrais como Delegado do Trabalho e, posteriormente, a posse do advogado comunista Olavo Sampaio é sentida como, vitórias do movimento de trabalhadores urbanos e rurais.

Após sua posse como Delegado do Trabalho, o Dr. Olavo Sampaio fala a reportagem do *O Povo*, sobre a principal meta de sua gestão:

A sindicalização do camponês é pressuposto básico da reforma agrária, pois sem a organização dos grupos de pressão do mais importante interessado nessa reforma, ela terá um caráter livresco e formalístico, será uma espécie de roupa feita sem tomada anterior do número do manequim. Essa sindicalização não deverá representar um movimento de cima para baixo, mas sim, de baixo para cima, pois tem ocorrido no Nordeste nos últimos tempos uma profunda modificação do *status* social do homem do campo, com o advento de um novo tipo de relações de trabalho desse homem, qual seja a generalização salariado agrícola.<sup>210</sup>

<sup>209</sup> José Leandro Bezerra da Costa. APUD. OCHOA, Maria Glória W. *As origens do movimento sindical de trabalhadores rurais no Ceará: 1954 – 1964*. Fortaleza, CE: Edições UFC/STYLUS, 1989. P. 89.

<sup>210</sup> Jornal *O Povo*, Fortaleza, 13/05/1963. P.5 Olavo Sampaio de regresso.

A posição de Olavo Sampaio reflete a política do Partido Comunista sobre a questão agrária e utilizando-se do aparato a que lhe compete, impulsiona os esforços para organização de sindicatos de trabalhadores nas zonas rurais do Estado. O trabalho desenvolvido por Sampaio é continuador da postura assumida pelo seu antecessor, Amadeu Arrais.

Vicente Pompeu, primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iguatu, fala sobre a atuação de Sampaio na delegacia do trabalho:

Naquela época a gente tinha muito apoio porque o Delegado Regional do Trabalho foi o Dr. Olavo Sampaio, foi o melhor que eu conheci! Era homem que andava com a gente nos campos, andava nos Sindicatos; de qualquer maneira ele andava; na 'enchente' ele saiu também<sup>211</sup>.

A ênfase da fala de Vicente recaiu sobre o apoio institucional conquistado pelos trabalhadores com a presença de Olavo Sampaio na Delegacia do Trabalho. A proximidade do delegado com os trabalhadores ultrapassou a visão tradicional de um ocupante deste cargo. No relato, o próprio Olavo Sampaio trabalha fazendo corpo a corpo junto aos trabalhadores e indo aos lugares mais distantes da zona rural.

O deslocamento das atenções para os problemas do campo proporcionou o florescimento da movimentação sindical nas cidades interioranas, com a participação, cada vez mais crescente, de trabalhadores rurais e urbanos. No caso do Ceará, os frutos dessa intensa participação culminaram na formação de pactos intersindicais e intermunicipais espalhados por todo o estado:

Novo Pacto – Em Iguatu foi fundado no dia 30 de janeiro último o Pacto de Unidade e Ação ao qual ficaram filiados todos os sindicatos de trabalhadores da zona centro do Estado em número de quatorze. A nova entidade foi organizada contando com o comparecimento de delegações de vários municípios. Dentre eles: os de Assaré, Campos Sales, Cedro, Aurora, Acopiara, Icó e Iguatu. (...) Para o conselho de representantes: Francisco Alves de Alencar, José Pereira de Araújo e Manoel Aeri Ferreira. À Posse da Diretoria deverão comparecer várias delegações sindicais desta capital, além do Delegado Regional do Trabalho e do Presidente do Pacto Sindical de Fortaleza<sup>212</sup>.

<sup>211</sup> Depoimento de Vicente Pompeu da Silva. APUD Ochoa, Maria Glória W. As origens do movimento sindical de trabalhadores rurais no Ceará. Coleção Estudos Históricos/ NUDOC. Nº. 5. Fortaleza: Edições UFC/Stylus, 1989.

<sup>212</sup> Jornal O Povo, Fortaleza, 06/02/1964. Coluna Sindical.

A partir do excerto acima, podemos constatar que, ao formar essas intersindicais, o objetivo recaía em penetrar regiões interioranas, a partir de zonas de ação, promovendo o alargamento das redes de relações sindicais. O Pacto Sindical de Fortaleza se consolida como modelo de organização e como instituição de apoio desse novo organismo.

As alianças acordadas pelas lideranças intersindicais ultrapassaram a esfera das relações de trabalho, ao procurarem se inserir na disputa pelo poder local; concorrem, para tanto, as alianças eleitorais firmadas em 1962.

### **3.2. ALIANÇAS ELEITORAIS: OS TRABALHISTAS E O PACTO SINDICAL**

John French<sup>213</sup>, em seu estudo sobre os metalúrgicos do ABC paulista, conclui que não é possível traçar uma investigação da classe operária, apenas sob o prisma conflituoso entre empregadores e trabalhadores; nesse sentido, sugere a relevância do sistema de alianças acordados entre os operários e outras classes, grupos e indivíduos para o entendimento da questão.

O autor diverge da concepção de “pacto social” ou de “cooptação” para explicar as inter-relações de governos populistas e trabalhadores. Para French, tomar aliança como conceito implica flexibilizar essas relações, em virtude de que esta noção incorpora um processo de negociação de natureza multilateral, integrante de um sistema de alianças de cada um dos grupos envolvidos, podendo coexistir objetivos contraditórios. Portanto, cada grupo cumpre um papel, mesmo que desigual, nesse processo de negociação.

Ainda conforme French, essas alianças podem ser estratégicas ou táticas, de curta ou longa duração, apresentadas como acordo formal ou somente prático, presente no âmbito da ação. Podem ser também “traídas, cumpridas de maneira incompleta, ou até mesmo de cumprir<sup>214</sup>”.

À luz das considerações de French, é possível pensarmos as condições das alianças realizadas pelo movimento sindical organizado na política local cearense.

---

<sup>213</sup> FRENCH, John. *O ABC dos operários: conflitos e alianças em São Paulo, 1900-1950*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora Hucitec, 1995. P. 255-269.

<sup>214</sup> Idem, 256.

A política de alianças, nos termos propostos pelo Partido Comunista ao movimento sindical, abrangia um amplo leque de possíveis aliados táticos e estratégicos. A frente operária e camponesa, por exemplo, é representativa de uma negociação de ação conjunta em marco duradouro, em virtude de que ambos se encontravam em situação nivelada de exploração nas relações de trabalho, mesmo que incorporados a diferentes tipos de relação entre patrão e empregado.

No âmbito da participação política e das regras eleitorais, as alianças ganharam um contorno muitas vezes contraditório, se pensarmos a composição interna do movimento sindical cearense. O processo eleitoral de 1962 assistiu a inserção das lideranças do Pacto Sindical na luta política local, ao apoiar vários candidatos a postos eletivos e indicar seu Presidente à época, José de Moura Beleza, para disputar o principal cargo executivo do município de Fortaleza, o de prefeito da cidade.

A política era vista não mais como privilégio exclusivo das elites, o que representava uma intensa participação e interlocução política entre vários segmentos da sociedade. A crescente mobilização popular, requerendo também para si a possibilidade de ditar os rumos do país, assumiu posição de relevo no cenário político e social dos anos iniciais da década de 1960. Nesse sentido, as eleições de 1962 tomaram, a nível nacional, dimensões ainda não vistas desde a morte de Getúlio Vargas. João Goulart, considerado herdeiro político de Vargas, amargurava os limites de poder assumidos pelo regime parlamentarista. Mas, ao mesmo tempo a pressão popular sobre o Congresso alcançou a vitória em estabelecer para o plebiscito sobre a forma de governo, para início de 1963.

Portanto, o processo eleitoral de 1962 assistia ao sentimento de vitória das forças progressistas no cenário nacional. No Nordeste, além disso, as lutas por reformas sociais de base se integravam às mobilizações no campo, sob ação das ligas camponesas, e na cidade, onde constantemente trabalhadores descontentes com a situação, muitas vezes, de pobreza em que viviam, reivindicavam melhorias nas condições de trabalho e de vida.

Por outro lado, as elites conservadoras, ameaçadas de perder os espaços tradicionais de poder, reuniam forças para tentar impedir o avanço de grupos ligados ao projeto de desenvolvimento nacional-estatista e não mediram esforços e manobras políticas para empreender a vitória de seus candidatos no processo eleitoral de 1962. Em conformidade com o Prof. René Dreifuss:

“Nessas eleições, a elite orgânica lançou toda a sua legítima e ilegal força política e econômica por trás da investida para assegurar a eleição de um bloco de governadores, senadores e deputados conservadores e, se possível, modernizantes<sup>215</sup>.”

A atuação do bloco conservador intensificou-se na ação política e no processo de institucionalização da ideologia anticomunista. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática<sup>216</sup> (IBAD) responsabilizou-se pela ação nos quadros políticos, regionalizando-se através da Ação Democrática Popular (ADEP); e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais<sup>217</sup> (IPES), pela propagação contra a ameaça vermelha. A ação do complexo IPES - IBAD foi determinante para consagração de seus candidatos aos postos eletivos em 1962. Conforme Ribeiro, os coordenadores da ADEP beneficiaram a costura política concretizada com o surgimento da “União pelo Ceará”, título dado à aliança entre UDN e PSD cearenses para as eleições de 1962.

No Ceará, os partidos PSD e UDN se revezavam no poder, desde a abertura política de 1945, o que, de acordo com Ribeiro<sup>218</sup>, demonstrava um equilíbrio das forças conservadoras no Estado. Somente em 1962, com a articulação política desses dois grandes partidos, essa alternância foi rompida.

Ribeiro lembra que o intuito de união entre os grupos conservadores, no âmbito nacional, já denotava uma costura política e articulações em torno desse objetivo, o que não representava novidade, em virtude das tentativas de limitar o crescimento de setores progressistas, principalmente, no plano institucional do PTB, sob governo de João Goulart.

Como afirma Ribeiro, a “União pelo Ceará” objetivava “centralizar ainda mais o poder, nas mãos de uma elite partidária, mesmo eliminando a concorrência dos pequenos partidos, que nos períodos de negociação das novas coligações vendiam caro suas posições<sup>219</sup>”.

A escolha de Virgílio Távora, como candidato da “União pelo Ceará”, pode ser considerada resposta contra a posição adotada por Adahil Barreto, ambos da

<sup>215</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964: *a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 323.

<sup>216</sup> IBAD – Instituto criado em fins dos anos 1950 por “empresários, porta-vozes do capital estrangeiro, intelectuais e políticos de direita”, porém o clímax da sua atuação ocorreu em 1962, como financiador de campanhas eleitorais da elite conservadora em outubro desse ano.

<sup>217</sup> IPES - Instituto formado por grupos de empresários organizados no Rio e em São Paulo e recebeu adesão de classes produtoras também em outras Unidades da Federação. Centrava-se na ação ideológica. No Ceará, não percebemos a sua atuação incisiva enquanto organismo.

<sup>218</sup> RIBEIRO, Op. Cit. 2000. p.193.

<sup>219</sup> Idem. p. 205.

UDN, de proximidade com movimento sindical do Ceará. Além disso, distante da derrota eleitoral sofrida em 1958, Virgílio Távora tinha seu prestígio retomado com a sua atuação como Ministro da Viação, do primeiro gabinete parlamentarista.

A “vitória anunciada”<sup>220</sup> da coligação “União pelo Ceará” se confirma com a eleição aos pleitos para governador do Estado, vice-governador e 1 senatoria. A segunda senatoria ficou com a Frente Democrática, com a vitória de Carlos Jereissati. A disputa mais acirrada ficou a cargo das eleições para prefeitura de Fortaleza, com a vitória apertada do candidato da UDN, Murilo Borges.

Apesar de ter espaços diminutos na propaganda de massa, o movimento sindical conseguiu incutir forte pressão nos setores conservadores do Estado. Com um programa de governo projetado por técnicos, a campanha empolgou os trabalhadores, obtendo ao final 29.424 votos, alcançando percentual de 25,47%.

Essas eleições representaram o fazer-se de uma nova cultura política, não só nos termos da aliança conservadora, mas, sobretudo, em virtude de que os trabalhadores e seus aliados se consolidaram na esfera do político, não adiantando somente as relações tradicionais de clientelismo e paternalismo para a conquista do voto. A vontade do trabalhador em participar dos rumos da política local está intrinsecamente presente nesse processo eleitoral. Além disso, os setores conservadores não poderiam mais desprezar essa vontade de participação política dos trabalhadores, cada vez mais exigentes.

Moura Beleza, em depoimento, argumenta sobre a interação entre movimento sindical e eleições:

Se nós estamos no sindicato, lutando para obter melhores condições de vida para o trabalhador, se nós queremos obter um espaço na vida pública não podemos mandar os representantes da força contrária para o Congresso, nós devemos mandar os nossos representantes. Se os sindicatos se atacam porque não podem ser políticos. Isso é coisa do poder econômico que querem o espaço livre pra eles só. E ainda hoje persiste isso, que nós temos aí no Congresso, que talvez não tenha 2 ou 3 por cento de assalariados. 95% do eleitorado é assalariado. E, no entanto, não temos nem 5%. Nós precisamos concorrer uma eleição no Ceará um candidato nosso, fora de qualquer partido, embora tivessem lá filiados de vários partidos. Uma chapa política dos sindicatos<sup>221</sup>.

---

<sup>220</sup> Id. Ibidem.

<sup>221</sup> Entrevista de José de Moura Beleza. NUDOC.

A defesa da participação político-eleitoral dos trabalhadores é sintomática do seu tempo. Essa participação não ocorre apenas através do voto, mas pela necessidade de enviar, para o parlamento e para o executivo, pessoas ligadas aos interesses dos trabalhadores, e, conforme a lógica de argumentação do líder sindical, quem melhor seriam senão os próprios líderes do movimento sindical. A campanha, que decidiu por José de Moura Beleza como representante do Pacto Sindical no pleito eleitoral de 1962, trazia o mote de que “trabalhador vota em trabalhador”.

O debate e a escolha das alianças eleitorais e dos candidatos aos diversos postos concorrentes foram bastante intensos nas reuniões do Pacto Sindical. Para o governo estadual, o movimento sindical apoiou Adahil Barreto, saído da UDN e ingresso no PDC, a fim de disputar as eleições estaduais. Barreto possuía relações com o movimento de esquerda e era simpático a algumas questões propostas pelo movimento sindical.

A Frente Democrática conseguiu eleger 6 deputados à Assembléia Legislativa, dentre eles o dirigente comunista Annibal Bonavides, além de deputados federais, como o próprio Adahil Barreto<sup>222</sup> e Moisés Pimentel, dono da rádio Dragão do Mar, e mais 11 vereadores, do total de 21. Como afirma Beleza, “Se não elegemos diretamente, nós executamos e fizemos uma batalha para eleger 11 vereadores. Alguns trabalhadores e outros ligados ao nosso movimento<sup>223</sup>”.

Ainda conforme Beleza:

Aí, na hora de escolher o candidato a senador ficou mais difícil, porque o outro candidato a senador da direita, eu nem me lembro quem era. Por outro lado, o aliado do Jango era o Carlos Jereissati. Estava envolvido em um escândalo aí, não sei se era verdade ou não. Ficamos na dúvida se apoiávamos Jereissati ou lançáramos o Pe. Arquimedes Bruno como candidato a Senador nosso. Nós lançamos o Padre, mas não conseguimos legenda. Em 14 partidos, não conseguimos legenda e tivemos que nos conformar<sup>224</sup>.

---

<sup>222</sup> Naquele período era possível uma pessoa concorrer a dois pleitos. No caso de Adahil Barreto, os cargos públicos optados foram para governador do Estado do Ceará e para deputado federal. A imprensa afirmava que essa atitude era um atestado de derrota referente às eleições para governador do Estado.

<sup>223</sup> Entrevista com José de Moura Beleza, realizada por Francisco Moreira Ribeiro e Virgínia Maria do Vale, pesquisadores do NUDOC, (18/11 /1992).

<sup>224</sup> Idem.

O dilema experienciado pelos ativistas do movimento sindical, rememorado por Beleza, consistia em costurar uma aliança forjada devido a atuação do PTB no movimento nacional ou optar por, apesar das dificuldades, encarar uma eleição polêmica do Padre Arquimedes Bruno. O objetivo do movimento sindical cearense, desde as primeiras horas das negociações do processo eleitoral, era apostar em duas candidaturas: a de Padre Arquimedes Bruno, para o Senado; e, a de José de Moura Beleza, para a Prefeitura, conforme noticiado na imprensa, o que mereceu destaque irônico com o seguinte slogan: “Bom Partido, sem partido”, em virtude de o movimento sindical lançar candidatos às eleições.

O Padre Arquimedes Bruno, liderança da ala mais progressista da Igreja Católica, tinha envolvimento no Movimento de Educação de Base – MEB, fundado em 1961, e nas lutas por reformas de base, estando presente à maioria das manifestações públicas organizadas pelo Pacto Sindical. Ele foi capelão da Polícia Militar do Ceará e da Academia Militar de Agulhas Negras, no Rio de Janeiro, e um dos fundadores do Instituto do Câncer do Ceará, em 1941<sup>225</sup>.

A candidatura do Padre Bruno era polêmica, porque a Arquidiocese de Fortaleza, ciente das cisões internas envolvendo párocos, proibiu a candidatura de padres às eleições de 1962. Supunha-se que esse motivo tenha sido um impedimento para a conquista de uma legenda partidária, que rompesse com a orientação da Igreja. Dessa forma, o Padre Arquimedes Bruno se desloca para o Acre, a mais recente unidade federativa do país, e lá disputa pelo PSB as eleições para governador.

Todavia, no que se refere às eleições municipais de Fortaleza, setores majoritários da Igreja, através da “Campanha de Moralização dos Costumes Políticos<sup>226</sup>”, empreenderam papel importante para a vitória do cel. Murilo Borges à Prefeitura de Fortaleza, candidato da coligação “União pelo Ceará”, nas últimas semanas de campanha eleitoral. Em matéria comprada por esta coligação, de acordo com o que consta no jornal *Correio do Ceará*:

“A Campanha de Moralização dos Costumes Políticos vem realizando, nestes últimos dias, um notável “rusch” de publicidade em favor da candidatura do Coronel Murilo Borges à Prefeitura local, obtendo êxitos verdadeiramente surpreendentes. As reuniões

<sup>225</sup> CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O drama barroco dos exilados cearenses*. Fortaleza: Editora UFC, 2005. P. 235.

<sup>226</sup> Organizada pelas associações de comerciantes e industriais e por setores da Igreja Católica.



realizadas na Fábrica de Alumínio Ironte, Círculo Operário de Padre Andrade e em Messejana, por iniciativa dos padres capuchinhos, constituíam-se acontecimentos de grande satisfação, não somente em virtude do grande número de pessoas que participaram nesses atos públicos como, principalmente, pelo entusiasmo de que todos se achavam possuídos<sup>227</sup>."

Estava declarada a guerra dentro da instituição mais poderosa da época: de um lado, os padres capuchinhos inseridos no movimento operário através da Federação dos Círculos Operários e da intersindical "O Trabalhador Unido", do outro, setores progressistas da Igreja envolvidos com o amplo leque de reformas sociais na estrutura econômica do país. Nesse sentido, o foco de intervenção dos primeiros era apoio a candidatura do cel. Murilo Borges, da coligação "União pelo Ceará", que teve uma vitória apertada nessas eleições.

Diante do exposto, a grande dúvida do movimento sindical de esquerda recaía sobre o candidato ao Senado. Com as tentativas frustradas em torno da candidatura do Padre Arquimedes Bruno, restava apenas as alternativas de apoio ou não à candidatura do empresário Carlos Jereissati, líder do PTB.

Como aponta Beleza:

Jereissati era aliado do Jango, que era mais ligado ao movimento sindical de todo o Brasil, menos do Ceará. Nós não tínhamos, apesar de ter um contato com ele, inclusive pessoalmente, eu conheci o Jango, mas não era muito aliado a ele, exatamente por causa do PTB daqui. (...). Nós não queríamos também a legenda do PTB. No Brasil inteiro o PTB era aliado ao movimento sindical, mas no Ceará não, o Pacto Sindical não tem nada a ver com o PTB. Na última hora, o Pacto teve que se reunir e de última hora decidiu apoiar Carlos Jereissati, dado a circunstância de ele ser ligado ao esquema nacional do movimento sindical.

Isso me custou a amizade do meu maior amigo no movimento sindical que era o José Jatahy, Presidente do Sindicato dos Músicos, apesar de ser um democrata e saber que nós tínhamos que cumprir a decisão da maioria, não se conformou e achou que eu não deveria fazer o anúncio. Eu sou o presidente do Pacto, eu sou contra, mas eu vou anunciar. Nós passamos três meses brigados e depois fizemos as pazes<sup>228</sup>.

Beleza apresenta o conflito entre o programa majoritário do PTB nacional e as matizes da configuração política local. A decisão de aliar-se ao candidato do PTB partiu de votação em reunião do Pacto Sindical, em que parte de sua diretoria

<sup>227</sup> Jornal *Correio do Ceará*, ano XLVII, nº 15.453. Fortaleza, 12/09/1962.

<sup>228</sup> Entrevista de José de Moura Beleza. NUDOC. 18/11 /1992

votou de forma contrária. Essa atitude poderia implicar a negociação de vantagens mais na esfera nacional, do que local.

De acordo com Ribeiro, o PTB, sob a direção do comerciante Carlos Jereissati, era considerado partido conservador, pois sua estrutura ocupacional não diferia dos outros partidos conservadores do Ceará<sup>229</sup>. Essa conclusão parte do pressuposto de que o crescimento eleitoral do PTB, principalmente nas eleições de 1958, se justificou pela vinda do grupo liderado por Francisco Monte, da Zona Norte do Estado, levando consigo o prestígio junto aos seus correligionários. Entretanto, a máquina administrativa em poder do PTB nacional beneficiou os grupos políticos locais que manejavam vantagens políticas na distribuição de cargos. Conforme mencionado por Ribeiro, Jereissati controlava:

“os principais postos federais vinculados ao Ministério do Trabalho. Isso lhe dava uma enorme vantagem sobre seus adversários políticos que não dispunham das mesmas benesses no Estado. Jereissati praticava abertamente o empreguismo<sup>230</sup>.”

A disputa política de cargos estratégicos para administração das relações entre patrão e trabalhador será alvo de tensões entre os líderes do PTB e do Pacto Sindical, tornando-os adversários políticos quase que irreconciliáveis. No campo de atuação política, diferente do que acontecia a nível nacional, os trabalhistas não eram aliados dos comunistas, mesmo porque o PTB, de acordo com Ribeiro, não possuía inserção no movimento sindical urbano.

Beleza, ainda sobre a aliança eleitoral firmada com Carlos Jereissati, rememora um diálogo que teve com o mesmo:

Carlos Jereissati tinha negociações no interior, mas na capital ele não tinha. Ele ganhou as eleições na capital, devido ao nosso apoio. E até minha mulher ainda hoje reclama que eu fui grosseiro com ele, porque eu estava lá em casa, logo depois da eleição, estava jogando com quatro colegas, líderes sindicais, e tomando uma cervejinha, quando chega Carlos Jereissati que disse que tinha ido lá agradecer ao Pacto Sindical pelo apoio. Ele disse que tinha certeza de que sem o apoio do Pacto Sindical, não teria sido eleito. Eu disse que você não precisa agradecer, porque jamais votaríamos no Carlos Jereissati, porque não merece nossa confiança, nós apoiamos pela força das circunstâncias, da sua ligação com o movimento nacional com Jango e com os sindicatos.

---

<sup>229</sup> RIBEIRO. *Op.cit.*, p. 127.

<sup>230</sup> *Idem*, p. 128.

Carlos Jereissati: - Eu sei disso, mas mesmo assim eu agradeço, pois se não fossem vocês, não teria ganhado<sup>231</sup>.

Esse diálogo, rememorado por Beleza, teria sido assistido por quatro lideranças sindicais e por sua mulher, em momento de descontração em sua casa. A lembrança reforça a importância da aliança, porque foi graças a ela que Carlos Jereissati conseguiu a cadeira no Senado, e também enfatiza a pouca expressão do PTB na capital cearense. Entretanto, a votação tensa no Pacto Sindical, com discordâncias severas a ponto de levar seu resultado para a esfera pessoal, no caso das desavenças com José Jatahy, revela ainda o crescimento e o peso, ao nível de Brasil, do PTB.

A não inserção no movimento sindical urbano do PTB é, no mínimo, merecedora de questionamento. Parsifal Barroso, quando ainda era líder do PTB, foi nomeado ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, o que possibilitava utilizar a máquina administrativa em benefício de interesses de seu partido, possuindo maior poder de barganha junto aos trabalhadores e empresários, mesmo sob perfil conservador. No ministério, Barroso “decidiu tomar medidas necessárias para impedir que a esquerda assumisse o controle dos sindicatos, até mesmo anular eleições ganhas pelos comunistas<sup>232</sup>”.

Na configuração sindical local, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Ceará – FTICE representava o conservadorismo no movimento sindical, ao lado da Federação dos Círculos Católicos e o “Trabalhador Unido”, estes dois últimos orientados pela Arquidiocese de Fortaleza. As lideranças da FTICE se perpetuaram à frente da agremiação sindical, o que nos levar a supor o consentimento e a aproximação destas com as organizações de classe empresarial; inclusive, ainda hoje a FTICE ocupa salas do Serviço Social da Indústria - SESI. No entanto, a correspondência com as lideranças petebistas é mínima para provar o envolvimento destas com a FTICE.

<sup>231</sup> Entrevista de José de Moura Beleza. NUDOC. 18/11 /1992.

<sup>232</sup> Fonte: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930. IN: [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jk/htm/biografias/Parsifal\\_Barroso.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/biografias/Parsifal_Barroso.asp) . Acesso dia 21/05/2009.

### 3.3. ALIANÇAS TÁTICAS: GOVERNO VIRGÍLIO TÁVORA E FISSURAS NO PACTO SINDICAL

A política de alianças dos comunistas, que abrangia acordos para além dos conflitos entre classes, abriu inúmeras possibilidades de alianças no campo intersindical, tanto no que se referia ao Estado, quanto a grupos ligados ao empresariado crescente no Estado, como ficou evidente no acordo eleitoral de Carlos Jereissati. Essa política, que versa sobre a união de todas as forças dispostas a construir uma nação independente economicamente, abrigou conflitos no interior do Pacto Sindical, como a ruptura aberta de José de Moura Beleza, demonstrada na ata da intersindical de sete de maio de 1963:

Em seguida o Sr. Presidente facultou a palavra a quem dela queria fazer uso. Pediu a palavra o comp. José de Moura Beleza, iniciou, respondendo a alguém que pergunta-se (sic!) porque não iria disputar a presidência do Pacto Sindical, disse textualmente o comp. Beleza que em virtude do Pacto Sindical fazer parte de uma frente única política com uma composição de diversas forças, na qual ele representava este órgão de cúpula dos trabalhadores, divergiu da mesma defendendo uma oposição sistemática ao governo do Estado Sr. Virgílio Távora cujo ponto de vista não foi aceito pela frente U. [única] e Ele na qualidade de presidente do Pacto não queria cumprir resolução da maioria na qual era obrigado cumprir, pois entendia que este governo que aí está é um reacionário de fato, preferia, concluiu, ficar de fora da direção do Pacto Sindical, sem entretanto afastar-se do movimento sindical, prova desta era que iria disputar a presidência do Sindicato dos Bancários nas próximas eleições. Entretanto, não iria cumprir resolução como presidente do Pacto Sindical que se choca com a sua opinião<sup>233</sup>.

A exposição sobre os porquês da não candidatura de Beleza ao Pacto Sindical, ao que parece, dispensou bastante tempo da primeira reunião da intersindical na gestão 1963/1964, ocorrida em maio de 1963, o que levou o secretário, responsável de escrever a ata, a detalhar os pormenores da questão. A discordância de Beleza dizia respeito à composição diversificada da Frente Única e a postura assumida dessas lideranças perante o governo de Virgílio Távora.

Beleza, ao informar os motivos pelo qual se ausentava da disputa pela direção da intersindical cearense, enfatiza o contraditório. Como explicar aos

---

<sup>233</sup> Ata do Pacto Sindical dos Trabalhadores, Estudantes, Agricultores e Servidores Públicos do Ceará. 07/05/1963. IN: Anexo IV. Inquérito Policial Militar 1964.

trabalhadores que, depois de acirrada disputa eleitoral, apoiaria o governo surgido pelo acordo da “União pelo Ceará”, que não dispensou recursos a fim de prejudicar a candidatura de Beleza à Prefeitura, além de disseminar a política anticomunista à sociedade? É certo que Virgílio se ausentava do confronto ideológico, preferindo utilizar os espaços de debates da campanha para discutir seu plano de metas para o governo, mas, se assim o fez, como afirma Ribeiro, é porque outras pessoas ficavam encarregadas de combater ideologicamente seus adversários, tal como o pessedista Armando Falcão<sup>234</sup>.

A tensão da reunião em que Beleza informava sobre suas discordâncias políticas fica evidente na emenda feita a ata da mesma:

Emenda da ata anterior. Quando o companheiro Beleza, falou na sessão extraordinária convocada para depois das eleições, afirmou que não queria ser executor das resoluções que fossem aprovadas no Pacto contrário ao seu ponto de vista, mas sim ficaria cumprindo suas determinações, e não como estava escrito na ata que não queria cumprir resoluções do Pacto simplesmente<sup>235</sup>.

A preocupação de Beleza em revisar a redação da ata da intersindical implica no desejo de deixar evidente sua opinião política, o que implica em compromisso com a sua verdade, e, de alguma forma, se autopreservar perante as possíveis desavenças posteriores. O que se observa, no excerto acima, era a maneira como Beleza se relacionaria com a intersindical e a vontade de não se indispor com os demais sindicalistas, mantendo-se ainda como integrante do Pacto Sindical e afirmando o compromisso de continuar contribuindo para uma ação conjunta.

Após a saída de Beleza da direção do Pacto Sindical, um grupo de líderes bancários passou a atuar como fração pública na intersindical:

Por último, falou o comp. Ernani do Sindicato dos Ferroviários para que o Pacto se pronunciasse sobre a nota do Sindicato dos Bancários em relação a posição do vereador Arlindo Sá da Câmara dos Vereadores, respondendo o comp. José Jatahy e o vereador Luciano Barreira, que a luta não era entre o sindicato dos bancários e o Pacto Sindical, mas sim contra os vereadores que votaram contra o povo na câmara dos vereadores<sup>236</sup>.

<sup>234</sup> RIBEIRO. Op.cit.. 2000

<sup>235</sup> Ata do Pacto Sindical dos Trabalhadores, Estudantes, Agricultores e Servidores Públicos do Ceará. 14/05/1963. IN: Anexo IV. Inquérito Policial Militar 1964.

<sup>236</sup> Ata do Pacto Sindical dos Trabalhadores, Estudantes, Agricultores e Servidores Públicos do Ceará. 10/08/1963. IN: Anexo IV. Inquérito Policial Militar 1964.

As lideranças bancárias passaram a compor uma oposição sistemática e vigilante à ação do Pacto Sindical, o que causava estranhamento junto às demais lideranças intersindicais. O conteúdo da nota dos bancários versava sobre os trâmites da Câmara dos Vereadores, mas, ao que tudo indica, criticava também a atuação do Pacto Sindical.

Essa discórdia interna, prolongada durante meses, foi abafada ao máximo, pouco transparecendo a questão perante os jornais de circulação de massa. Meses depois, em dez de dezembro de 1963, quando o jornal *O Povo* anuncia em manchete de primeira página o desligamento do Sindicato dos Bancários ao Pacto Sindical, tem imediatamente a notícia negada:

Na reunião ordinária de quinta-feira próxima do Pacto Sindical deverá ser referendado o pedido de desligamento do Sindicato dos Bancários, já aprovado em votação anterior. Apurou a reportagem de *O POVO* em fonte digna de crédito que o rompimento partiu de uma deliberação de caráter pessoal (provavelmente questões ideológicas) do sr. José de Moura Beleza. (...)

Todavia, podemos informar com segurança que esses líderes sindicais estão procurando manter em segredo o fato que abalará profundamente o movimento sindical de linha esquerdista nesta capital<sup>237</sup>.

A reportagem d'*O Povo* procurou ainda os presidentes do Sindicato dos Bancários, José de Moura Beleza, e do Pacto Sindical, José Jatahy, mas os dois preferiram não falar a respeito. A cisão provocaria impacto no movimento sindical, em virtude de que as lideranças bancárias impulsionaram a formação da intersindical, ainda na década de 1950, e correspondiam a uma das categorias mais atuantes da capital.

O desconforto ainda era maior, em virtude de que o Pacto Sindical utilizava a mesma sede social do Sindicato dos Bancários. Dias depois da notícia veiculada no jornal *O Povo*, em 15 de dezembro de 1963, o Pacto Sindical realiza sua primeira reunião na nova sede social, cedida pelo Sindicato dos Ferroviários. Entretanto, a justificativa da mudança de sede, confirmado pelos sindicalistas, não diz respeito às dissensões internas, mas, devido à infraestrutura proporcionada pelo sindicato dos ferroviários, que integrava maior número de salas e era situado nas

<sup>237</sup> Jornal *O Povo*, Fortaleza. 10/12/1963. Sindicato dos Bancários vai romper com Pacto Sindical. P.1.

cercanias da Praça da Estação, reduto propício para manifestações públicas de grande porte.

O objetivo de não revelar as discordâncias permaneceu mesmo depois da intervenção militar no movimento sindical. Moura Beleza, em depoimento aos pesquisadores do NUDOC, afirma que presidiu a intersindical por toda a sua existência<sup>238</sup>. Dessa forma, ao rememorar a atuação intersindical, Beleza seleciona e reconstrói um ambiente de unidade. A imagem que ele quis passar do Pacto Sindical alcança uma visibilidade positiva do movimento sindical, descartando o que poderia se tornar um apelo negativo, com o intuito de contribuir para uma história que não fosse aquela criada pela história oficial de revolução feita por militares e da passividade e tutela estatal do movimento sindical.

Voltando ao motivo das discordâncias: a relação do Pacto Sindical com o governo Virgílio Távora. Décadas depois, longe do calor da hora, Beleza reconstrói e remodela sua opinião sobre essa interação experienciada:

Virgilio Távora, na minha opinião, foi um dos maiores políticos do Estado, independente da posição dele ideológica. Para o movimento sindical ele era acessível a qualquer hora, até na casa dele à noite. Se um colega nosso, dirigente sindical, fosse preso. Imediatamente, nós procurávamos o governador e ele mandava saltar. É claro que o colega não tinha cometido crime nenhum. Nunca deixou de tomar providência imediata, ele não admitia perseguição a líder sindical. Tive várias oportunidades de procurá-lo pessoalmente, telefonar, comunicar a violência que algum colega tinha sofrido e ele tomava providência imediatamente. Se nós precisássemos do governo do Estado para, por exemplo, se houvesse um congresso de trabalhadores de uma categoria que não tivesse condições financeiras, o Estado financiava a passagem. Ele foi um aliado do movimento sindical, embora nós saibamos que Virgilio era um homem de direita, ele e a família toda. (...) Vocês conhecem o Tarcísio Leitão, um sujeito brincalhão, e a polícia tinha raiva dele, vivia perseguindo. O Virgilio não deixava o Tarcísio ser perseguido. E, o Tarcísio dizia o que queria, fazia as campanhas dele, e pode ter certeza de que da parte da polícia não ia sofrer violência, porque o governador não deixava. Tanto que quando houve o movimento de 1964, todos nós fomos presos e a primeira pergunta que eles faziam era saber que ligação tinha o Pacto Sindical com o governador Virgilio Távora, eles estavam doidos para colocá-lo para fora, apesar de que o tio Juarez [Távora] ser revolucionário e ser ministro, mesmo assim os coronéis aqui queriam tirá-lo do governo. Parecia combinado. Não tinha nenhuma ligação, a não ser o relacionamento do movimento sindical com o governador do Estado<sup>239</sup>.

<sup>238</sup> Entrevista de José Moura Beleza. NUDOC.

<sup>239</sup> Idem.

Beleza elenca, em sua fala, os pormenores das relações mantidas com Virgílio Távora. Ao se distanciar no tempo, a imagem construída de Virgílio pondera o aspecto de respeitabilidade mútua. A ênfase, no seu discurso, recaiu sobre a intolerância de Virgílio quanto à repressão e perseguição ideológica. Apesar da trajetória política e familiar do então governador, Beleza menciona o fato de que no momento da prisão em 1964, os militares, responsáveis pelo inquérito, questionaram as principais lideranças do Pacto e deputados estaduais da linha política de esquerda sobre a possível vinculação de Virgílio com o movimento comunista cearense.

A pergunta dos militares sobre a ligação de Virgílio e dos líderes de esquerda, naquele momento, colocou o governador no mesmo patamar de perseguição das lideranças. A leitura de que o governo de Virgílio poderia cair em virtude do golpe civil-militar acionou um acordo coletivo oculto entre as lideranças, que, no momento de inquirição, decidiram expressar uma opinião desfavorável à atuação de Virgílio enquanto governador do Estado. É nesse feito que se enquadra a fala de Beleza.

Não há documento que indique a posição oficial do PCB no Ceará e do Pacto Sindical sobre o governo Virgílio Távora, o que nos permitiria traçar a partir daí a representação acerca do panorama político daqueles dias. No entanto, a ação e o debate dos sindicalistas, tanto em relação ao apoio às medidas do governo quanto à denúncia de repressão ao movimento sindical lançam indícios complexos e muitas vezes contraditórios no que diz respeito à caracterização do governo.

A documentação ora consultada indica o estabelecimento de acordos políticos entre comunistas, sindicalistas e o governador Virgílio Távora, o que não se apresenta de maneira transparente, principalmente, em virtude das pressões exercidas dos grupos políticos de cada lado.

As negociações dos sindicalistas com Virgílio Távora não podem ser lidas como uma aliança formal, em virtude de que as nuances desse acordo são, por vezes, difíceis de serem digeridas pelos trabalhadores e líderes sindicais. É, por esse motivo, que Beleza enfatiza que não existia vínculo entre as partes, apenas uma relação de normalidade entre Estado e lideranças sindicais; portanto, nada mais do que uma relação de obrigatoriedade do Estado.



Virgílio Távora, ao lado de Carlos Jereissati, de acordo com Parente<sup>240</sup>, caracterizava-se como liderança representativa no bojo de uma transição para a modernidade, lançando mão de uma estratégia tecnocrática de governo. Nesse sentido, os projetos inovadores para o Ceará planejados pela comissão dos notáveis<sup>241</sup> do governo enquadram-se nesse perfil transicional. Dentre os principais projetos estão a instalação da energia elétrica, oriunda da estação hidroelétrica de Paulo Afonso, e a adoção de políticas públicas que visavam popularizar o acesso à educação, tornando o ensino obrigatório. Ao mesmo tempo em que inaugurava estratégias modernizadoras, Virgílio não se indispunha com as elites tradicionais locais, mantendo e assegurando seus privilégios.

Ainda de acordo com o relato de José de Moura Beleza, Virgílio mantinha as portas de seu gabinete abertas aos reclames dos trabalhadores. Nessa perspectiva, o governador do Estado, Virgílio Távora, abria a possibilidade de diálogo com os sindicalistas no momento em que se dispunha a expor e discutir o Plano de Metas do Governo – PLAMEG, não só para as classes produtoras e comerciais, mas para os líderes sindicais e estudantis, como ocorreu nos primeiros meses de seu governo, em 1963. Além disso, a promoção dessa imagem conciliatória foi construída ao longo de seu governo, quando se antecipava a algumas reivindicações dos trabalhadores antes da ameaça de greve, como verificado no caso de aumento salarial dos servidores públicos estadual:

FUNCIONALISMO – A posição tomada pelo governador Virgílio Távora, quanto à pretensão dos deputados estaduais de aumentarem os seus subsídios colocou nas mãos do funcionalismo público estadual o problema da melhoria salarial. Com aquela manobra, o Governador do Estado jogou frente a frente funcionários e deputados para que se entendam. Segundo a própria expressão do Sr. VT, o aumento de subsídios somente deverá ser tratado, depois da aprovação do aumento do funcionalismo público estadual<sup>242</sup>.

<sup>240</sup> PARENTE, Francisco Josênio. O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986). In: SOUZA, Simone. *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. P. 395

<sup>241</sup> A expressão “comissão dos notáveis” foi criada pelo governador Virgílio Távora para identificar sua equipe técnica que compreendia as mais diversas áreas responsáveis pelo planejamento de seu governo. Para mais informações: MELO, Francisco Egberto. *A cultura cívica na educação cearense (1963-1973) – Na tapeçaria da História, entre o “Livro da Professora” e os festejos à Pátria e ao Progresso*. Dissertação de Mestrado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

<sup>242</sup> Jornal O Povo, Fortaleza, 10/07/1963. Funcionalismo.

A atitude de Virgílio de frisar a importância do aumento salarial do funcionalismo público estadual, perante aos próprios reajustamentos da bancada da Assembléia Estadual, provocava um frisson entre os trabalhadores. Era o mesmo que tomar partido pela causa dos trabalhadores. Essa mediação nas relações do capital e trabalho também foi vivenciada pelos portuários:

Não haverá mais greve de portuários. O movimento paredista nacional que se iria deflagrar foi evitado ontem à tarde graças a intervenção do governador Virgílio Távora, que agiu como mediador entre patrões e empregados, a convite da Federação Nacional dos portuários, cujo presidente, ora em Fortaleza, Sr. Walter Menezes, visitou o Chefe do Executivo Estadual<sup>243</sup>.

O trecho acima compunha notícia de meia página de jornal. O jornalista, partindo provavelmente do consenso da diretoria do jornal, resolveu até mesmo colocar na íntegra a resolução tomada entre representantes da classe produtora e dos portuários, sob mediação do governador do Estado. A novidade da atuação governamental era recebida com exaltação pela imprensa e pelo representante da Federação Nacional dos Portuários que elogiou o governador Virgílio Távora.

Esse modo de tecer entendimentos com os trabalhadores encontra semelhanças com a atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho. De acordo com Jorge Ferreira, Goulart inaugurou um novo estilo de relacionamento da autoridade pública com as lideranças sindicais e com os trabalhadores, “conversando, negociando, concedendo e aproximando-se dos trabalhadores<sup>244</sup>”. A disponibilidade de diálogo de Virgílio, relatada por Beleza, associada às antecipações que o próprio governador fazia em relação às demandas de trabalhadores, compunham um cenário de aproximação com as lideranças sindicais.

Virgílio também adota uma postura de procurar alianças na esfera federal, ao governo João Goulart, a fim de adquirir recursos para o seu plano de metas. As alianças com o governo federal são facilitadas devido à experiência junto ao governo parlamentarista como Ministro da Viação e também pela amizade cultivada ao “Joãozinho”, forma carinhosa que chamava o Presidente<sup>245</sup>, desde a época da

<sup>243</sup> Jornal *O Povo*, Fortaleza, 31/10/1963. Não haverá mais greve de portuários: Virgílio interveio. P. 2

<sup>244</sup> FERREIRA, Jorge. *Op. Cit.* 2005

<sup>245</sup> LINHARES, Marcelo. Virgílio Távora: sua época. Fortaleza: Casa de José de Alencar/ Programa Editorial, 1996. P. 79.

legislatura como Deputado Federal. Dentre os acordos políticos, estava o apoio às reformas de base propostas pelo Governo Federal:

VIRGÍLIO – REFORMAS DE BASE

Quanto às reformas de base, disse: “Precisamos nós mesmos fazer as mais profundas reformas antes que outros as façam”. Sobre o assunto o governador cearense pronunciou uma conferência no Centro Acadêmico 22 de agosto [do curso de Direito da PUC/SP]<sup>246</sup>.

O apoio às reformas, dentre elas a da estrutura agrária do país, era alvo de inúmeros projetos, alguns identificados à ala conservadora, outros à ala progressista. O debate, que rendeu bastante espaço nos jornais comerciais, referia-se à reforma agrária com ou sem emenda à Constituição e à forma de pagamento das terras desapropriadas: em dinheiro ou em títulos da dívida pública. Ressalta-se que a desapropriação de terras sem o seu devido pagamento não era cogitada. Virgílio apoiava a proposta do PTB<sup>247</sup> quanto a essa questão e justificava como mostra o excerto: era preciso fazer as reformas, enquanto a ala mais conservadora estava no poder, porque, deste modo, era possível manejar o processo de mudanças, conforme a conveniência.

O governo de Virgílio, apesar das ambiguidades, não destoava como um todo do projeto político da UDN, que era, ao mesmo tempo, liberal e conservador. As bases aliadas do governo compunham um perfil antitrabalhista e anticomunista, além do que, parte dos investimentos adquiridos para a modernização do Ceará era proveniente de acordos internacionais<sup>248</sup>.

Não obstante a imagem conciliatória, o governo estadual também utilizava os mecanismos de repressão aos movimentos sociais:

Como se sabe, na repressão a agitações estudantis, policiais arbitrários excederam-se nas violências, espancando e cometendo atos condenáveis contra estudantes e pessoas que nada tinham a ver com as ocorrências que se verificaram. Os fotógrafos de O POVO, “Gazeta de Notícias” e Correio do Ceará foram agredidos e o vereador Manuel Aguiar de Arruda barbaramente espancado, encontra-se hospitalizado<sup>249</sup>.

<sup>246</sup> Jornal *O Povo*, Fortaleza, 30/05/1963.

<sup>247</sup> Nesse caso, o PTB defendia a reforma agrária com emenda à Constituição e com pagamento em títulos da dívida pública.

<sup>248</sup> MELO, Op. Cit., 2006.

<sup>249</sup> Jornal *O Povo*, Fortaleza, /09/1963. Arrefecem agitações estudantis: normalidade volta aos poucos.

Os estudantes foram às ruas para protestar contra o aumento das passagens de ônibus e contra a ameaça de extinção da meia passagem estudantil. Além dos estudantes, a própria equipe que fazia a cobertura jornalística da movimentação estudantil sofreu repressão policial, o que foi prontamente divulgado pela imprensa.

Complementando a notícia, o jornal O Povo ainda informa:

PALAVRA DO GOVERNADOR – Falando ao O POVO, o governador Virgílio Távora afirmou sua determinação de garantir a tranquilidade pública. Declarou que condena as violências cometidas por policiais e que providenciará para que as responsabilidades sejam apuradas. Aqueles que pecaram contra a disciplina e postura militares serão punidos<sup>250</sup>.

À primeira manifestação, como mostra o trecho acima, o governador repreende o que seriam os excessos do uso do poder, por parte dos policiais e demonstra que o caso seria investigado. Todavia, ao passar dos dias, o discurso do governador mudou:

O governador do Estado, Sr. Virgílio Távora, comunicou-se ontem com o Presidente da República e com o Ministro da Justiça, o primeiro por telefone, o segundo por telegrama. Informando-os dos acontecimentos nos dias de anteontem e ontem com respeito aos conflitos entre estudantes e policiais. Disse o governador àquelas autoridades que, inclusive, três policiais haviam sido feridos pelos estudantes que chegaram também a disparar um tiro de revólver contra a viatura da rádio-patrulha “Por último, declarou que a cidade vinha pouco a pouco, voltando à normalidade, como resultado da pronta e enérgica atitude assumida pelo dispositivo policial do Estado<sup>251</sup>.

Conforme o excerto acima, a justificativa para a utilização do aparato repressivo encontra-se fundamento na ação desmedida e violenta dos estudantes. O protesto era lido como baderna e a atitude enérgica do policiamento do Estado era elogiada pelo governador. Além disso, Virgílio procurou o respaldo dessas atitudes em entendimentos com João Goulart.

---

<sup>250</sup> Idem.

<sup>251</sup> Jornal O Povo. Fortaleza, 26/09/1963. P.2

Dias após a manifestação estudantil, quatro dirigentes sindicais, dentre eles Moura Beleza, foram presos pela polícia estadual, em virtude da instauração de uma greve bancária, o que provocou o debate e a adoção de medidas por parte dos organismos de classe, dentre os quais, o Pacto Sindical:

PROTESTOS – O Pacto Sindical, a UEE e outras entidades sindicais telegrafaram ao Presidente da República e aos Ministros da Justiça e do Trabalho sobre os últimos acontecimentos desenrolados nesta capital, acusando o governo do Estado. Protestaram também contra a prisão do Exército dos líderes classistas José de Moura Beleza, José Carmênio, Pedro Dantas e José Raimundo da Silva, Presidente da Federação dos Bancários do Norte e Nordeste<sup>252</sup>.

Além de levar seus reclames aos postos responsáveis do governo federal, os trabalhadores organizaram protestos de rua contra os atos repressivos do governo estadual ao movimento sindical. Essas ocorrências foram o limiar entre o relacionamento positivo que o governador tentava manter com as lideranças sindicais e estudantis e suas bases aliadas, como ficou evidente em notícias veiculadas em artigos mais conservadores do jornal *O Povo*.

Conforme a coluna política de Oscar Pacheco:

A ação enérgica do Governo na repressão aos distúrbios estudantis garantiu ao Sr. Virgílio Távora um lastro de absoluta confiança em uma inabalável decisão de não permitir a intranqüilidade e a baderna no Estado. Fez-se o Chefe Executivo, o depositário de uma crescente fé do povo, na preservação da paz e da ordem<sup>253</sup>.

A prática repressiva foi referendada por setores conservadores do governo, aqui representada pelo jornalista Oscar Pacheco. Esse discurso se consubstanciou com o posterior discurso oficial do golpe civil-militar, que pronunciava a necessidade de manutenção da paz e da ordem.

A aliança parcial, informal e ambígua mantida entre o governo Virgílio Távora e os interesses estabelecidos pelas lideranças sindicais de esquerda representava a importância do Estado, para além da mediação das relações entre empregador e trabalhador. Aos poucos, a minoria militante penetrava espaços

<sup>252</sup> Jornal *O Povo*. Fortaleza, 27/09/1963. Coluna Sindical. P.5

<sup>253</sup> Jornal *O Povo*, Fortaleza, 27/09/1963. Panorama Político por Oscar Pacheco Passos. Virgílio e os tumultos.

estratégicos do Estado e requeria o poder de decisão quanto aos setores ligados aos trabalhadores, provocando enfrentamentos com poder já estabelecido.

### **3.4. ESPAÇOS NA INSTITUCIONALIDADE: O CASO DA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO CEARÁ**

O Pacto Sindical, enquanto organismo associativo de base do movimento sindical de esquerda, não concorria diretamente para o exercício de poder, através do sufrágio universal, contudo, a pressão intensa e em movimento sobre os poderes públicos implicava na possibilidade de estabelecer certo poder de barganha e de decisão na esfera estadual. Há vários exemplos de conquistas nas esferas de mando e de exercício de poder setorial que tinham como base campanhas de mobilização dos trabalhadores, como os casos de permanência dos Delegados do Trabalho, Amadeu Arrais, campanhas de 1961 e 1962, e Olavo Sampaio, em 1964, além da demissão provocada do Superintendente da Rede de Viação do Ceará, José Walter Cavalcante, em 1964.

Ao ser perguntado sobre as principais dificuldades combatidas através no movimento sindical de sua categoria profissional, o bancário e líder do Pacto Sindical, José de Moura Beleza, respondeu que o respeito ao horário de trabalho era o direito previsto em lei mais descumprido nas agências bancárias do Estado. Assim, Beleza aponta como divisor de águas a presença de Amadeu Arrais na Delegacia Regional do Trabalho:

Quando o Sr. assumiu o sindicato quais foram as principais dificuldades encontradas?

O respeito ao horário de trabalho, era o que mais os colegas reclamavam. Não havia a lei das seis horas, os bancários tinham o mesmo horário do trabalhador comum que eram oito horas. Normalmente, os bancários trabalhavam 10 ou 12 horas e às vezes mais. Era comum passar de madrugada na frente do banco e ter gente trabalhando e o pior sem pagar hora extra. Nós tínhamos um trabalho muito grande, porque não contávamos com a delegacia de trabalho. Naquele tempo, as delegacias de trabalho eram cheias de fiscais corruptos em todo o Brasil. Cada vez que o fiscal ia ao banco, ele ia receber gorjeta do patrão e não para fiscalizar. Então, nós tínhamos que ir para rua, fazer comício na porta do banco, com o microfone fazer barulho. Aí vinha a polícia dizendo que nós éramos subversivos, que nós estávamos subvertendo a ordem. Diante da

violência com que eles tratavam nossos colegas, nós agíamos com outra violência igual, prejudicando o trabalho daquela agência até que se cumprisse o horário. Não se cumpria tudo, mas melhorava e muito a situação.

Com o passar do tempo, a situação mudou na delegacia e nós conseguimos inclusive designar ou apoiar o Dr. Amadeu Arrais para Delegado do Trabalho. E aí a situação mudou. Cada vez que nós oficiávamos à delegacia, o Dr. Amadeu mandava fiscal e queria saber o resultado. A situação ficou *quase* de total respeito à lei. Havia multa, como há sempre, mas melhorou muito a situação<sup>254</sup>.

Beleza, ao rememorar práticas sindicais, recria uma imagem negativa da Delegacia Regional do Trabalho, e, portanto, do conjunto de processos e normas administrativas de fiscalização ligadas à promoção da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. No seu entender, os sujeitos, que detinham a função de fiscalizar, tornavam-se parceiros dos patrões, a fim de manter o *status quo*, exortando a interferência do Estado nas relações de trabalho, ou melhor, utilizando-se, para manter o mesmo estado de coisas, de mecanismos escusos com a anuência do Estado.

Essa questão de corrupção nos setores de inspeção do Ministério do Trabalho, do qual a DRT é integrante, não é novidade. De acordo com John French, esse serviço de fiscalização “nunca chegou perto de garantir o respeito aos direitos legais dos trabalhadores<sup>255</sup>”. Além disso, ainda conforme suas palavras, os setores responsáveis por fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista não foram capazes de fazer cumprir suas próprias regras, o que pode ser comprovado na relutância de empresários em pagar multas pelo descumprimento dessas normas.

Portanto, a posse de Amadeu Arrais à frente da DRT produziu mais um efeito simbólico de observâncias às leis trabalhistas, do que um efeito prático, porque o descumprimento legal por parte de empresários se manteve durante a sua gestão, o que pode ser observado pela crescente procura à Justiça do Trabalho e por denúncias de trabalhadores às reuniões sindicais. No entanto, a iniciativa de Amadeu Arrais em dinamizar o setor de fiscalização, gerava temores tanto por parte da ação corrupta dos funcionários da DRT, quanto dos patrões.

<sup>254</sup> Entrevista de José de Moura Beleza. NUDOC.

<sup>255</sup> FRENCH, John. Afogados em leis: CLT e cultura política dos trabalhadores. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001. P.19

Amadeu de Araújo Arrais assumiu o cargo em 18/07/1961 e permaneceu até 29/01/1963, quando tomou posse de uma cadeira na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará. Durante esse interregno, Arrais foi alvo de intensos conflitos a favor de sua substituição, em virtude de sua postura em dialogar e manifestar apoio a interesses dos trabalhadores, o que provocou pressão de grupos econômicos para sua retirada.

O mote da substituição ficou a cargo do PTB local, indicando Jeferson Quezado para o cargo de Delegado Regional do Trabalho. A imprensa local fez a cobertura dessa disputa que mobilizou diversas organizações classistas de trabalhadores:

“Pacto Firme: Na última reunião do Pacto de Unidade Sindical, foi estudada sob vários aspectos a atual campanha política para a substituição do Delegado do Trabalho, Dr. Amadeu Arrais. O Pacto transmitiu novos telegramas às autoridades do Governo Federal, inclusive ao ministro Franco Montoro, dando-lhes conhecimento da posição vigilante dos trabalhadores cearenses contra a medida pleiteada pelos políticos que aproveitariam a viagem daquele titular aos Estados Unidos para a substituição do Dr. Amadeu Arrais pelo Dr. Jeferson Quezado<sup>256</sup>.”

O caminho percorrido pela pretensa substituição era lido como medida golpista e arbitrária. A posição determinada das lideranças do Pacto Sindical, com objetivo de mobilizar vários setores da sociedade, inclusive a imprensa, a favor de seu posicionamento, gerou confrontos acalorados com políticos do PTB. Moura Beleza, Presidente do Pacto Sindical, no ano de 1962, em entrevista ao jornal *O Povo*, comenta, em virtude dessa disputa, sobre as declarações “levianas” de Aldenor Nunes Freire, do PTB, que se referia ao Pacto como entidade sem representatividade de classe. Segundo Beleza:

“O Pacto não se preocupa com declarações levianas com as que fez aquele deputado petebista, particularmente, quando o sr. Aldenor Nunes Freire diz que o seu partido, o PTB, existe, realmente, para dar bons empregos públicos aos seus correligionários<sup>257</sup>.”

A exigência da permanência de Arrais pelo Pacto Sindical causou *frisson* nas conversas e colunas políticas do Estado, o que implicava no questionamento da

<sup>256</sup> Jornal *O Povo*, Fortaleza, 08/02/1962 p.05. Coluna Sindical.

<sup>257</sup> Jornal *O Povo*, Fortaleza, 09/02/1962 p.05.



representatividade e do papel do Pacto Sindical nas relações de poder local, alcançando com isso, a intersindical cearense, maior visibilidade pública.

As lideranças sindicais, contrárias à mudança de Arrais, mobilizaram os trabalhadores em busca de aliados, a fim de conseguir a manutenção desse Delegado, no posto da DRT. Com o título “O Pacto quer permanência do Dr. Amadeu Arrais, o PTB não”, o jornalista de *O Povo* apóia, de modo evidente, a proposta da intersindical pela permanência do Delegado Regional do Trabalho:

A substituição de altos funcionários nos postos que ocupam desde o Governo do Sr. Jânio Quadros continua a agitar os meios políticos e certos setores profissionais desta capital. Depois de um período de aparente calma, voltaram certos políticos a reivindicar a substituição, da Delegacia do Trabalho, do Sr. Amadeu Arrais, que vem realizando a frente daquele órgão uma administração que tem merecidos aplausos tanto de empregados como de empregadores<sup>258</sup>.

A informação veiculada na imprensa, acima transcrita, enfatiza a prática favorável da DRT, de forma conciliatória para patrões e trabalhadores e apresenta a disputa por postos vitais da administração pública encarniçada dentro dos parâmetros de normalidade assentida. Essa adesão ao argumento do Pacto Sindical, pela permanência de Amadeu Arrais, pode ser sentida ainda no mesmo artigo:

Pacto - A pretensão desses políticos, inclusive de alguns ligados a certa firma produtora de refrigerantes, conflita com os interesses dos trabalhadores que, através do pacto sindical, já se manifestaram absolutamente contrários a substituição do dr. Amadeu Arrais na Delegacia Regional do Trabalho. (...) mais de quarenta presidentes de sindicatos e de círculos operários transmitiram telegramas ao Ministro do Trabalho e ao “premier” Tancredo Neves protestando contra as manobras, objetivando a saída do dr Amadeu Arrais da DRT<sup>259</sup>.

A citação acima transcrita reflete não apenas as discordâncias entre petebistas e comunistas, mas, principalmente, a partilha comum de interesses de outros setores ligados ao movimento operário, como os círculos católicos, o que provavelmente fortaleceu a campanha em prol da permanência de Amadeu Arrais, em seu cargo.

<sup>258</sup> Jornal *O Povo*, Fortaleza, 18/01/1962, p.05.

<sup>259</sup> Idem.

Amadeu Arrais, no principal posto do Ministério do Trabalho no Estado do Ceará, produziu práticas propagandísticas de caráter organizativo e reivindicativo. Com o intuito de conquistar a adesão de trabalhadores ao seu programa, a DRT, representada por seu delegado, passou a adotar medidas de educação e propaganda sindical com a promoção de eventos em todas as regiões do Estado:

ENCONTRO SINDICAL – Viajou para a cidade de Sobral, o Dr, Amadeu Arrais, a fim de presidir, naquela cidade o I Encontro Regional Sindical da Zona Norte do Estado. Diversos assuntos serão tratados na ocasião, destacando-se os problemas da sindicalização rural, carteiras profissionais e abusos das categorias econômicas contra os trabalhadores. O sindicato dos Bancários daquela cidade será o patrocinador do Encontro que congregará vários sindicatos e associações classistas da região<sup>260</sup>.

A passagem acima transcrita informa sobre os assuntos presentes na pauta de discussão do Encontro Sindical, realizado em Sobral. As atenções se voltam para a organização dos trabalhadores rurais e a assinatura das carteiras profissionais, único modo para a reivindicação dos vários benefícios, a começar pela própria noção de cidadania.

A realização de Encontros Sindicais na Zona Norte, com sede em Sobral, e na Região do Cariri, com sede na cidade de Crato, logo em seguida às discussões em torno de sua substituição, estendia sua base de apoio para além da capital Fortaleza, justificando o compromisso e o diálogo aberto com os trabalhadores cearenses.

A permanência de Amadeu Arrais no cargo foi vista como uma concretização de vitória dos trabalhadores, proporcionada pelas lideranças sindicais à frente do Pacto Sindical. Essa questão se tornou emblemática, porque se buscava a atuação de um espaço institucional de peso nas relações trabalhistas. A Delegacia Regional do Trabalho, naquele momento, era órgão estatal, vinculado ao Ministério do Trabalho, responsável por fiscalizar: o cumprimento das normas propostas pela Consolidação das Leis do Trabalho, os sindicatos classistas e as empresas empregadoras; além de referendar sobre posses e impugnações de eleições sindicais. Mesmo que na prática a legislação trabalhista continuasse sendo descumprida, o movimento sindical cearense contava com um aparato institucional

---

<sup>260</sup> Jornal O Povo, Fortaleza, 10/03/1962. Coluna Sindical.

estatal a seu favor, o que poderia corresponder em vantagens nos conflitos com os patrões.

Além disso, após a saída de Amadeu Arrais, que deixou o cargo para assumir a cadeira legislativa, como Deputado Estadual, o Pacto Sindical indicou e apoiou o nome de Olavo Sampaio, Professor da Universidade do Ceará, e militante comunista, para substituí-lo, sendo aprovado pelo Ministério do Trabalho. Novamente, setores conservadores passaram a pressionar o Ministro do Trabalho, a fim de destituir Olavo Sampaio do cargo:

Com a palavra o Dr. William Sá, que deu conhecimento da trama que hora se faz na bancada federal do PTB através do dep. Osires Pontes, por solicitação de Antonio Alves da Costa, para tirar o Dr. Olavo Sampaio da delegacia do trabalho<sup>261</sup>.

No campo da disputa política, líderes do PTB, ao lado de setores conservadores enraizados no movimento sindical, revelaram-se como principais opositores da militância sindical de esquerda no Ceará. Questões desse tipo, como mostra o excerto, eram alvos de debate nas reuniões do Pacto Sindical. E, mais uma vez, a intersindical coloca-se em mobilização pela permanência de pessoa ligada ao movimento sindical, afinada com programa nacional-desenvolvimentista, no cargo de Delegado do Trabalho:

DELEGADO DO TRABALHO – Embora haja empenho para a substituição do atual Delegado do Trabalho, dr. Olavo Sampaio, pelo dr. José Lourenço Colares, cerca de cem entidades sindicais, sindicatos e associações, além de outros representativos da parte da sociedade assinaram um manifesto dirigido ao Ministro do Trabalho, insistindo pela manutenção daquele Delegado, alegando que estão satisfeitos com sua atuação principalmente quanto à sindicalização rural.<sup>262</sup>

Essa disputa pelo cargo de Delegado do Trabalho media as relações de força no campo da política local; nesse sentido, a vitória do Pacto Sindical aumentava, na mesma proporção, a pressão e o poder de barganha nesse cenário. A justificativa utilizada pelas lideranças sindicais continha a preocupação e o desejo

<sup>261</sup> Ata do Pacto Sindical. 10/03/1964.

<sup>262</sup> Jornal O Povo, 26/07/1963. P. 5 Coluna Sindical.

de levar adiante o projeto de sindicalização rural, desenvolvida nas diversas regiões do Estado.

Militares infiltrados nas reuniões do Pacto Sindical elaboraram relatório que atribuía informações sobre o debate em torno da Delegacia e a atuação de Olavo Sampaio no meio sindical:

Nessa mesma reunião foi tratada a questão do afastamento do Dr. Olavo Sampaio do cargo de Delegado Regional do Trabalho, caso o PSD reivindicasse esse cargo. Surgiram discurso a respeito e por fim o Sr. José Jataí concluiu dizendo que os trabalhadores de Fortaleza farão greve em sinal de protesto, no dia que o Sr. Olavo Sampaio for substituído, porque o cargo de Delegado do Trabalho é um cargo do Trabalhador, haja vista a sua atuação no setor rural fundando novos sindicatos. O Sr. José Jataí também deu a entender que o Dr. Olavo era merecedor de toda a confiança porque defendia os mesmos princípios ideológicos dos trabalhadores do Pacto. Resumindo, Dr. UM BOM COMUNISTA. Na ocasião decidiram passar um telegrama ao Presidente da República, ao CGT e ao Ministro do Trabalho exigindo a permanência do Dr. Olavo<sup>263</sup>.

Em virtude dos militares utilizarem a produção e a apreensão de documentos para justificar suas ações, o responsável por redigir esse tipo de relatório, cujo excerto está reproduzido acima, possuía a perspicácia do detalhe, com o objetivo de recriar a fala e o ambiente, afora imbuir sua opinião no conteúdo desse lugar de onde fala. O que se observa, no excerto acima, é a utilização do conjunto linguístico próprio dos militantes de esquerda. Essa assertiva indica não só a reprodução da fala, mas, principalmente, o convívio e, portanto, a experiência relacional desses militares no âmago do movimento sindical.

Em consonância com o relatório militar, para a militância sindical, o cargo de Delegado do Trabalho estava associado diretamente ao trabalhador, portanto, sua nomeação deveria ter o consentimento dos representantes classistas. Colocado o debate dessa forma, a militância sindical reinterpreta, a partir de seu ponto de vista, as atribuições da Delegacia Regional do Trabalho.

Sob esse prisma e compartilhando os mesmos interesses, as atenções das lideranças sindicais e da gestão de Olavo Sampaio, à frente da Delegacia, volveram-se para a sindicalização rural:

---

<sup>263</sup> Relatório Periódico de Informações (Período de 15 de novembro a 15 de dezembro) Ministério do Exército/ 23º Batalhão de Caçadores, 16/12/1963.

Todo o seu empenho [de Olavo Sampaio] na sindicalização dos camponeses, causou algumas insatisfações nos proprietários de terra, que o conceituavam “subversivo”. Conceito esse, ao seu ver, contraditório, pois subversão era algo contra o Governo e ele era uma autoridade representante do governo<sup>264</sup>.

A proposta política da Delegacia, voltando suas práticas para o trabalhador do campo, incomodou, como mostra o excerto, proprietários de terra, que tinham o apoio de setores do PTB e do PSD. O documento transcrito acima é parte integrante de um estudo histórico, baseado principalmente em datas, personalidades e suas respectivas ações na DRT, organizado pela própria instituição, que contou com a colaboração, dentre outros, de Olavo Sampaio.

Desse modo, o documento, escrito após o fim da ditadura militar, reproduziu o que seria o argumento de Sampaio sobre a acusação de subversão. Assim, a imagem criada do passado enfatiza a ação de Sampaio enquanto representante do governo, portanto, munido de legalidade para atuar; desse modo, o documento também objetivava desconstruir o discurso oficial enraizado, durante os governos militares, que justificava, a partir do conceito de subversão da ordem, a repressão e a violência contra os grupos de esquerda.

Essas vitórias no campo institucional aproximaram setores da classe média, ligados a administração pública, ao Pacto Sindical, que avistaram nesta instituição classista possibilidades de alianças:

Em seguida usou da palavra o comp. Antonio Queiroz que disse está aqui pessoa de várias crenças, e de várias tendências mais que o objetivo era um só: a unidade para alcançar a vitória, em seguida teceu considerações sobre o assunto dos funcionários da prefeitura, referiu-se em seguida ao Sr. Eliatar, dizendo que apesar de ser um elemento mais próximo ao prefeito, mais que estava demonstrando seu inteiro apoio aos funcionários da Prefeitura<sup>265</sup>.

Ao longo do tempo, o Pacto Sindical adquiriu caráter interclassista de ação. O resultado eleitoral de 1962, favorável aos representantes intersindicais pois proporcionou a vitória de militantes para as funções eletivas de vereador e deputado estadual, possibilitou uma nova linguagem às reuniões do Pacto. As lideranças

<sup>264</sup> Olavo França Sobreira de Sampaio. Período: 10/05/1963 a 06/04/1964. IN: Resgate histórico da Delegacia Regional do Trabalho no Ceará. [http://www.mte.gov.br/delegacias/ce/ce\\_resgate.pdf](http://www.mte.gov.br/delegacias/ce/ce_resgate.pdf) Acesso em 09/07/2009.

<sup>265</sup> Ata do Pacto Sindical. 21/01/1964.

políticas vitoriosas nas eleições utilizavam o espaço social das reuniões intersindicais para firmarem seu apoio ao movimento sindical e prestarem contas dos seus exercícios à frente dos cargos eletivos. É nesse sentido que o líder Antonio Queiroz fala sobre a união de várias tendências nas reuniões, inclusive a participação de funcionários do alto escalão do governo, como o caso do Sr. Eliatar.

Outras pessoas ligadas a diversos níveis da administração pública viam no Pacto Sindical a possibilidade de se manterem em seus cargos:

Em seguida usou a palavra o Sr. Delegado do SAPS [Serviço de Alimentação da Previdência Social] dizendo de início que tinha assumido a direção daquela autarquia no dia 11 de janeiro de 1964, sem crédito e com grandes dificuldades, falou também que encontrou os vencimentos dos funcionários com atraso de 3 meses, e que depois que ele assumiu já está praticamente solucionado este problema. Em seguida disse que tinha vindo ao Pacto Sindical pedir o seu apoio, pois só com este apoio pode fazer daquele restaurante o melhor do Brasil. (...)

Em seguida o companheiro Xavier pediu um aparte, dizendo que tinha assistido várias denúncias de irregularidades, naquela autarquia. Em seguida o delegado do SAPS respondendo ao aparteante, disse que as denúncias eram verdade e que tinha encontrado naquela autarquia milhares de sacos de arroz e de açúcar, impróprios para o consumo da população, mais que ele estava tomando todas as providências. Em seguida disse que ia mandar buscar arroz no Maranhão, e assucar em Pernambuco nos caminhões do SAPS<sup>266</sup>.

O Serviço de Alimentação da Previdência Social, vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, compunha em todo o Brasil redes de restaurantes populares, a fim de garantir “refeições dignas e baratas” aos trabalhadores. Posteriormente, em 1943, o governo Vargas ampliou suas funções, proporcionando sua ação no campo da educação técnica e profissional<sup>267</sup>. O ato do Delegado do SAPS reivindicar o apoio das lideranças sindicais evidencia a postura assumida pelo Pacto Sindical, que privilegiava, no plano institucional, a ocupação de espaços nas esferas do poder.

Pedro Paulo, ao passo das lutas no campo institucional e da ação direta, cria textualmente um perfil da atuação da intersindical:

<sup>266</sup> Ata do Pacto Sindical, 28/02/1964. (sic!) Há uma falha de informação sobre a data desta reunião. A ata é iniciada com a data de 28/02/1964, mas é assinada no dia 04/02/1964, data da reunião sucessora, o que nos leva a crer que essa reunião na realidade aconteceu no dia 28/01/1964.

<sup>267</sup> EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. *Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)* IN: Revista Eletrônica Virtú do Instituto de Ciências Humanas de Juiz de Fora. <http://www.virtu.ufjf.br/artigo%207a3.pdf> Acesso: 01/08/2009.

Disse de início o comp. Pedro Paulo, que o Pacto Sindical já era conhecido nacionalmente, que tinha um rosário de lutas e vitórias em benefício dos trabalhadores e do povo, e prosseguindo disse V.S. pode ficar sabendo que nós aqui do Pacto já enfrentamos várias lutas pela permanência de homens, que se identificam com os interesses dos trabalhadores e como exemplo dessa afirmativa está há o próprio delegado do trabalho, este cidadão que permanece naquele posto<sup>268</sup>.

O excerto reproduz um ambiente dialógico, em que o líder sapateiro Pedro Paulo argumenta sua posição a respeito do apoio ao Delegado do SAPS e menciona o exemplo da permanência do próprio delegado do trabalho, como conquista dos trabalhadores, a partir da atuação do Pacto Sindical. Nesse sentido, podemos perceber que a dinâmica das alianças firmadas pelo Pacto se pautava, de certo modo, através do discurso daquelas pessoas que se prontificavam em defender o que, para as lideranças, seriam os interesses dos trabalhadores.

---

<sup>268</sup> Idem. 10/03/1964.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Surge a alvorada  
De um novo dia  
E a passarada  
Canta feliz de alegria  
Meu coração  
Sente a canção  
Do amanhecer do sol...  
Nasce a esperança  
Ri uma criança  
Surge um arrebol.

Sombras negras que fogem  
Aos sinais vermelhos do sol...  
Ouço uma mensagem de Paz  
No canto de um rouxinol...  
José Jatahy<sup>269</sup>

As explicações acerca do papel das esquerdas e do movimento sindical, durante o período de efervescência política que antecedeu o golpe civil-militar de 1964, são as mais diversas. Jorge Ferreira<sup>270</sup>, por exemplo, assevera que as esquerdas experienciavam uma radicalização crescente, a ponto de defender a ruptura institucional e a revolução; nesse sentido, o discurso de legalidade, que esteve ao lado do movimento dos trabalhadores e das esquerdas durante a crise de 1955, acerca da posse de Juscelino e Jango, à Presidência e à Vice-Presidência da República, respectivamente, e no decorrer da crise de 1961, pela posse de Jango à Presidência, estava agora ao lado dos militares e setores conservadores da sociedade.

José Antonio Segatto<sup>271</sup>, por outro lado, ao analisar o PCB nesse mesmo período, argumenta que o projeto político dos comunistas sofreu modificações quando posto em prática, através de sua atuação nos diversos segmentos da sociedade. Esse projeto, que previa conquistas de soluções parciais, no marco do

<sup>269</sup> Segunda música composta por Jatahy durante o cárcere na ala ironicamente denominada pelos ativistas de esquerda de “Pirambu” (em referência ao bairro Pirambu da cidade de Fortaleza), que reunia os militantes sem curso de nível superior, localizada no Quartel General do 23º Batalhão de Caçadores em Fortaleza. BONAVIDES, Annibal. *Diário de um preso político*. Fortaleza: Gráfica O POVO, 1986.

<sup>270</sup> FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA; DELGADO. (orgs.) *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>271</sup> SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA; DELGADO. (orgs.) *Op. Cit.* 2003.



regime, de acordo com Segatto, transfigurou-se em reformas de base; opção essa que trilhava caminhos cada vez mais radicais. Sob essa perspectiva, as reformas de base corresponderiam a uma etapa da revolução brasileira, “nacional e progressista”, o que colocava num mesmo fluxo “reforma” e “revolução”.

Ainda, de acordo com Segatto, recaía sobre o Estado, com base na pressão popular, a responsabilidade de implantar as reformas de base e, nesse marco, garantir os “direitos sociais”, o “desenvolvimento econômico” e os “interesses nacionais”, o que caracterizava em imprimir um caráter progressista na natureza autoritária do Estado brasileiro<sup>272</sup>.

Desse modo, em virtude dos entraves estruturais e da composição conservadora dos grupos hegemônicos, o movimento político e sindical de esquerda em ebulição passou a admitir uma solução extralegal para fazer cumprir as “reformas de base” com ou sem o Congresso Nacional. Nesse sentido, o autor sugere que “o fato de o PCB admitir a possibilidade de conquista de um governo nacionalista e democrático nos marcos do regime vigente não significava que ele não pudesse ser alcançado por outros caminhos e formas por cima da ordem estabelecida<sup>273</sup>”.

Concernentes às relações entre lideranças do Pacto Sindical e Estado, no Ceará, vistas no desenrolar dessa pesquisa, as práticas sindicais se inseriam nos marcos da legalidade vigente, mesmo utilizando-se da ação direta dos trabalhadores para pressionar os entraves e na tentativa de romper os limites da ação do Estado. Essa afirmativa se confirma à medida que o Pacto de Unidade Sindical, enquanto experiência organizacional de luta e de resistência, conquistou espaços nas esferas do poder, ligadas, de alguma forma, aos interesses dos “trabalhadores”, como, por exemplo, a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), o que se tornou possível devido a seu sistema de alianças.

Nesse patamar, a presente pesquisa procurou contribuir para o entendimento do período de redemocratização brasileira, principalmente, dos anos de 1957 a 1964, partindo da esfera regional, à luz de uma trajetória de organização intersindical. As lideranças sindicais cearenses, aliadas ao movimento sindical nacional, pressionaram e incorporaram ao seu discurso a inclusão das “reformas de base” na pauta de votação do Congresso. No entanto, as tensões locais ganhavam

---

<sup>272</sup> Idem

<sup>273</sup> Id Ibidem. p. 236.

contornos diferentes do eixo sul-sudeste e as conquistas, por dentro do Estado, tornaram-se um horizonte possível.

Procuramos perceber ainda o Pacto Sindical em contínuo processo de construção, enquanto espaço de sociabilidade, disputa e tensões internas, fugindo, desta forma, das tentações de homogeneizar o movimento organizado dos trabalhadores, sob o prisma da unidade. No decorrer da pesquisa, pudemos concluir que, mesmo se firmando como uma organização de cúpula, a intersindical cearense conseguiu, muitas vezes, ao longo de sua trajetória, se inserir e partilhar dos problemas dos trabalhadores cearenses. Entretanto, apesar de nosso esforço, algumas vezes não foi possível chegar a um entendimento acerca dos significados das relações entre trabalhadores e suas lideranças, no que foi priorizada a análise da ação das pessoas envolvidas com a militância sindical.

No tocante à estrutura sindical oficial, o PUS se apresentava como ruptura da legalidade vigente, ao mesmo tempo em que se colocava em luta pelo reconhecimento oficial, nos marcos do regime, procurando alterar, desta forma, a estrutura de verticalização do movimento sindical. Além disso, é possível observar na documentação ora pesquisada, que a orientação da direção do Pacto Sindical local se dignou a expandir novas centrais sindicais nos municípios do Estado, dentre os quais estão: Crato, Iguatu e Camocim, o que construía um projeto de horizontalização do movimento sindical, mesmo que, embrionariamente, essas instituições tivessem um caráter de movimentação de cúpula.

Nesse ritmo, entre novas descobertas, muitas dificuldades foram encontradas no caminho da pesquisa, algumas conseguimos contornar, outras não; no que se refere à composição política interna, por exemplo, a linha divisória entre partido, no caso o PCB, e intersindical, pareceu-nos, sobretudo, tênue. Mesmo integrando, no seu seio, lideranças que compartilhavam projetos políticos diferentes, a política pecebista, geralmente, prevalecia na intersindical, o que implicou em problema durante a pesquisa, porque, por vezes, não conseguimos perceber esses outros projetos em disputa, a não ser no caso da dissensão de José Moura Beleza, a respeito do governo Virgílio Távora.

Por fim, o movimento organizado dos trabalhadores, que tradicionalmente sofreu forte influência da Arquidiocese de Fortaleza, principalmente, devido à continuidade histórica dos círculos operários católicos desde o início do século XX, ganhou contornos e um dinamismo diferente com a construção, por vezes difícil, do

Pacto de Unidade Sindical. Este, por sua vez, se firmou como uma alternativa de esquerda dos trabalhadores cearenses nos marcos da legalidade vigente, ao mesmo tempo em que procurou remodelar o papel do Estado frente às organizações de classe.

## FONTES

### FONTES ORAIS:

**José de Moura Beleza.** (18/01/1992). Entrevista realizada pelos pesquisadores Francisco Ribeiro Moreira e Virgínia Maria do Vale Aguiar do Núcleo de Documentação Cultural (NUDOC). A gravação da entrevista encontra-se digitalizada e compreende três CDs.

**Localização:** Acervo do NUDOC.

**José Pattapio Costa Jatahy.** (06/01/1971). Entrevista realizada por Miguel Ângelo de Azevedo, conhecido como Nirez. A gravação tem duração de dezoito minutos.

**Localização:** Arquivo Fonográfico do Ceará/ Acervo Privado de Nirez.

**Tarcísio Leitão.** (29/01/2003). Entrevista realizada por Airton de Farias, disponibilizada em texto.

**Localização:** Acervo Privado de Airton de Farias.

**José Ferreira de Alencar.** (01/08/2003). Entrevista realizada por Airton de Farias, disponibilizada em texto.

**Localização:** Acervo Privado de Airton de Farias.

### JORNAIS:

#### **Jornais da Imprensa Liberal.**

O Povo (1957; 1958; 1960 a 1964).

Unitário (1957).

Tribuna do Ceará. (1958; 1963).

Correio do Ceará (1962; 1964)

#### **Jornal da Imprensa Partidária.**

O Democrata (1957 e 1958).

**Localização:** Os jornais *O Povo*, *Unitário*, *Tribuna do Ceará* e *O Democrata* encontram-se disponíveis no setor de hemeroteca da Biblioteca Pública Menezes Pimentel - BPMP.

## **ATAS SINDICAIS:**

Atas do Pacto Sindical dos Trabalhadores, Estudantes, Agricultores e Servidores Públicos. Fortaleza. (1963-1964)

**Localização:** As atas do Pacto Sindical encontram-se anexadas ao Inquérito Policial Militar- CE/ 1964, ANEXO IV. Disponível cópia na Associação Anistia 64/68.

Atas do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Fortaleza. (1953-1965)

**Localização:** Disponível no próprio sindicato, localizado à Rua Agapito dos Santos, esquina com Rua Pedro I, Centro de Fortaleza/ CE.

Atas do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Fortaleza. (1959-1964)

**Localização:** Disponível no próprio sindicato, situado à Av. Francisco Sá, 1823 – Jacarecanga, Fortaleza/CE. Disponível também em DVD, através do Projeto “Mundos dos trabalhadores na cidade da luz: Fontes para a história social do trabalho em Fortaleza, 1891-1979”, sob a coordenação de Luigi Biondi e Edilene Toledo.

Ata do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Fortaleza. (1961; 1962)

**Localização:** Projeto “Mundos dos trabalhadores na cidade da luz: Fontes para a história social do trabalho em Fortaleza, 1891-1979”, sob a coordenação de Luigi Biondi e Edilene Toledo. Disponível em DVD.

## **FONTES FONOGRÁFICAS:**

### **Composições de José Jatahy, disponíveis no Arquivo Fonográfico do Ceará, de propriedade de Nirez:**

- Canção do Motorista. (1963). Gravação sob regência da Orquestra da Rádio Dragão do Mar. Música cedida por José Jatahy ao Sindicato dos Motoristas em 1963.
- Piso no Arranque. (1963).
- Hino dos Ferroviários. (s/d). Gravação com Orquestra e Coro sob regência de Nelson Ferreira.
- Canção da Juventude. (s/d)
- Meu pé de piqui. (s/d)
- Falsa Felicidade. (s/d)
- Se te vejo em sonho. (s/d)

### **Composições de José Jatahy, disponíveis apenas de forma textual:**

- Hino do Pacto Sindical. (1962). Jornal *O Povo*. Fortaleza, 30/04/1962.
- Mensagem de Esperança. (1964).

## **LEGISLAÇÃO:**

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.070, de 15 de março de 1946. “Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências”.

Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del9070.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del9070.htm). Acesso em 20/10/2008.

BRASIL. Lei 1.522, de 26 de dezembro de 1951. “Autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo”. Disponível no sítio:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=108079>. Acesso em 10/08/2009.

BRASIL. Lei 3.995, 14 de dezembro de 1961. “Aprova o Plano Diretor da SUDENE, para o ano de 1961, e dá outras providências. Disponível no sítio: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/51992/lei-no-3995-de-14-de-dezembro-de-1961>. Acesso em 09/09/2009.

BRASIL. Lei 4.090, de 13 de julho de 1962. “Institui a Gratificação de Natal para os trabalhadores”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4090.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4090.htm) Acesso em 17/08/2009.

#### **DOCUMENTAÇÃO MILITAR:**

BRASIL. INQUÉRITO POLICIAL MILITAR/CEARÁ.

MINISTÉRIO DA GUERRA. IV EXÉRCITO. 10ª REGIÃO MILITAR. 1964.

Encarregado: Ten. Cel. Responsável. Hugo Hortêncio de Aguiar.

Tinha por finalidade “apurar os responsáveis pelas atividades subversivas, cujo palco foi a cidade de Fortaleza”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *O que é Sindicalismo*. 5ª.ed.São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. 7ªed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed. UnB, 2001.

BARREIRA, Luciano. *Os Cassacos*. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1992.

BATALHA, Cláudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. IN. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: UNICAMP, 2004.

BONAVIDES, Annibal. *Diário de um preso político*. Fortaleza: Gráfica O POVO, 1986.

\_\_\_\_\_. *As profecias do Arquimedes*. Fortaleza: Editora ABC, 1996.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. IN. Pinsky, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. 2º. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CORTEZ, Lucili Grangeiro. *O drama barroco dos exilados cearenses*. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo, 1985.

COSTA, Sérgio Amad. *Estado e controle sindical no Brasil: um estudo sobre os mecanismos de coerção – (1960/64)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964)*. 2ª Edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1986.



DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. *As eleições de 1954 e 1958 no Ceará: os partidos e suas lideranças*. Fortaleza: UFC/ Stylus Comunicações, 1989.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

EVANGELISTA, Ana Maria da Costa. *Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)* IN: Revista Eletrônica Virtu do Instituto de Ciências Humanas de Juiz de Fora. <http://www.virtu.ufjf.br/artigo%207a3.pdf> Acesso: 01/08/2009.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. DIFEL: São Paulo, 1983.

FERREIRA, Jorge. (org) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_.; DELGADO; (orgs) *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_.; REIS, Daniel Aarão. (orgs) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FRENCH, Jonh. D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

\_\_\_\_\_. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900 – 1950*. São Paulo: Editora Hucitec/ Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GIRÃO, Blanchard. *Só as armas calaram a Dragão*. 1ª ed. Rio de Janeiro – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, 2005.

GOMES, Ângela de Castro (coord.). *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

\_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

\_\_\_\_\_. (org.). *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONÇALVES, Adelaide; BRUNO, Allyson (orgs). *O Trabalhador Gráfico*. Edição fac-similar. Fortaleza: Editora UFC, 2002.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HOBBSAWN, Eric J. *Sobre História*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JAGUARIBE, Ana Elisabete Freitas. *Labaredas no ar: a rádio Dragão do Mar e o cotidiano de Fortaleza (1958-1964)*. Dissertação de Mestrado em História Social - UFC. Fortaleza, 2005.

LIMA NETO, Idelfonso Rodrigues. *Escrita subversiva: O Democrata, 1946-1947*. Dissertação de Mestrado em História Social - UFC. Fortaleza, 2006.

LINHARES, Marcelo. *Virgílio Távora: sua época*. Fortaleza: Casa de José de Alencar/ Programa Editorial, 1996.

LOVATO, Luiz Gustavo. Da personalidade jurídica e sua desconsideração. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7522&p=1> Acesso em 16/03/2009.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos, e por meio dos periódicos. IN. PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. 2º. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

MANFREDI, Silvia Maria. *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*. Coleção Educação Popular, nº 06. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

MARANHÃO, Ricardo. O Estado e a política populista no Brasil (1954-1964). IN: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. 3º Vol. O Brasil Republicano: sociedade e política. 2ª. Ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

MARTINS, Maria Helena T.S. *O estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Editora Jorge Zahar. 2003.

MELO, Francisco Egberto. *A cultura cívica na educação cearense (1963-1973)* – Na tapeçaria da História, entre o “Livro da Professora” e os festejos à Pátria e ao Progresso. Dissertação de Mestrado em História Social. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 1964: vinte anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; 1989.

MORAES, João Quartim. A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro. IN: *História do Marxismo no Brasil* Vol. 1. O impacto das revoluções. 2ª edição revista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MOTA, Aroldo. *História política do Ceará (1945-1985)*. Fortaleza: Stylus, 1985.

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando T. da. Trabalhadores, sindicatos e política. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). *O Brasil Republicano*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

NEVES, L.A. *O comando geral dos trabalhadores (CGT) no Brasil (1961-1964)*. Belo Horizonte: Vega, 1981.

NOGUEIRA, N.A. (org.). *PCB: vinte anos de política – documentos (1958-1979)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

OCHOA, Maria Glória W. *As origens do movimento sindical de trabalhadores rurais no Ceará: 1954 – 1964*. Fortaleza, CE: Edições UFC/STYLUS, 1989.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na História Operária Brasileira. IN: LOPES, José Sérgio Leite. *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Museu Nacional; São Paulo: Marco Zero, 1987.

PARENTE, Francisco Josênio C. Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986). IN: SOUZA, Simone de. *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha. 2000.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Que a união operária seja a nossa pátria!* História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. RS: UFMS, 2001.

PORTELLI, Alessandro. "Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores". IN: *Projeto História* (Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História). PUC- SP. Nº 10. Dezembro, 1993.

\_\_\_\_\_. *Um trabalho de relação: observações sobre a história oral*. Artigo traduzido por Lila Cristina Xavier luz.

REIS, José de Carlos. *Tempo, História e Evasão*. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RIBEIRO, Francisco Moreira. *A reação conservadora: o caso da União pelo Ceará*. Dissertação de Mestrado em História Social apresentada na Universidade do Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. *O PCB no Ceará: ascensão e declínio – 1922-1947*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará/ Stylus Comunicações. 1989.

RODRIGUES, Leôncio. *Conflito Industrial e sindicalismo no Brasil*. Difusão Européia do Livro: São Paulo, 1966.

SANTOS, Bárbara Cacau. *Partido Comunista sob o sol de Fortaleza: A atuação política do PCB nas eleições de 1962*. Monografia defendida como requisito de licenciado pela UECE, 2006.

SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. *Cidade Vermelha: a militância comunista em Camocim - CE (1927-1950)*. Dissertação em História Social: IFCS/ UFRJ, 2000.

SANTOS, Jovelina. *Círculos Operários no Ceará: "instruindo, educando, orientando, moralizando" (1915-1963)*. Dissertação em História Social: UFC, 2004.

SANTOS, Raimundo. Crise e pensamento moderno do PCB dos anos 50. IN: MORAES, João Quartim; REIS FILHO, Daniel Aarão. (orgs). *História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SEGATTO, Antônio. PCB: a questão nacional e a democracia. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVEIRINHA, Maria João. *O discurso feminista e os estudos dos media*. [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt) Acesso em 20/10/2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Contribuição à história do PCB*. São Paulo: Global, 1984.

SOUZA, Enilce Lima Cavalcante de. *Campo e palavras: dimensões da questão agrária no Ceará, 1954- 1964*. Dissertação em História Social – UFC, 2005.

TELES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária: a árvore da liberdade*. Vol. 01 Tradução de Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.